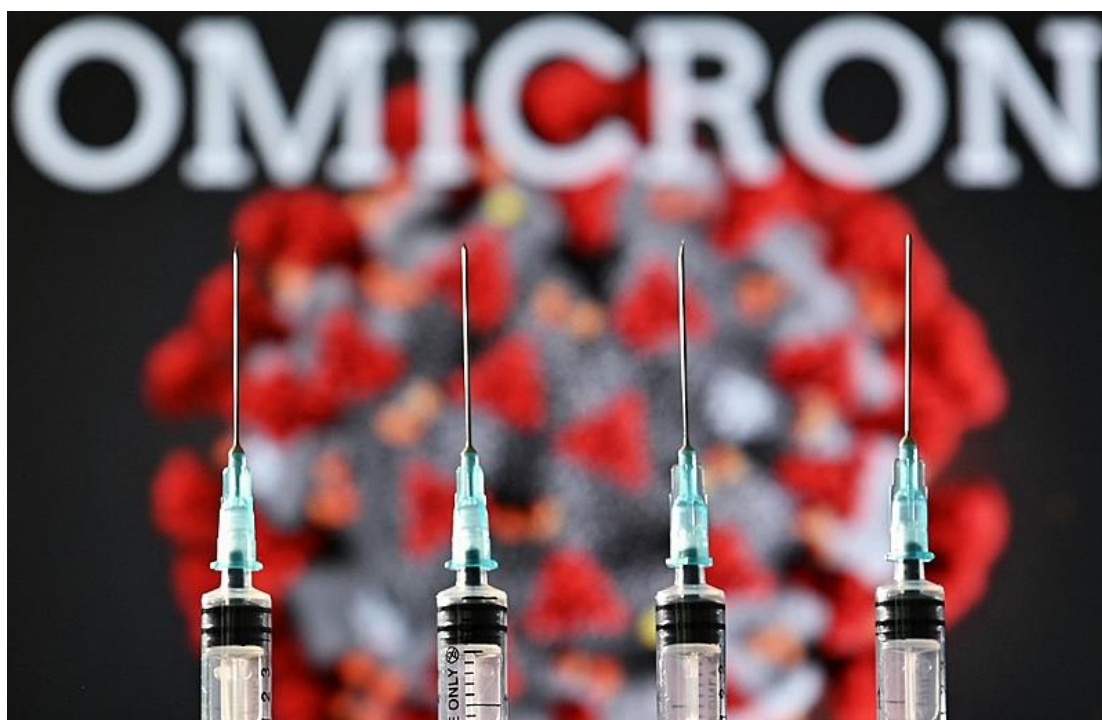


Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)
CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Nº 20/2021
16 a 30 de novembro de 2021



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 2021



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
03	Apresentação - <i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>	
08	Nações Unidas, Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Santiago Alcázar</i>	
13	Resposta da OMS e OPS à Saúde Global e a Diplomacia da Saúde - <i>Luiz Augusto Galvão</i>	
16	G77, MNA e cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Regina Ungerer</i>	
24	G20, Saúde Global e Diplomacia da Saúde – <i>Pedro Burger, Júlia Abbud Ribeiro e Thaiany Medeiros Cury</i>	
27	OCDE, Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Pedro Burger e Vinicius Roland</i>	
28	Instituições Financeiras Multilaterais na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
31	Covid-19 e Suspensão de Direitos de Propriedade Intelectual: Perspectivas em Face da Variante Ômicron - <i>Claudia Chamas</i>	
34	Informe BRICS sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Claudia Hoirsch</i>	
37	Resposta da Organização dos Estados Americanos (OEA) em Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Luana Bermudez</i>	
40	América Latina e Caribe na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Sebastián Tobar e Miryam Minayo</i>	
46	Região Africana na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg</i>	
55	Vacinação obrigatória e variantes lucrativas: a pandemia como negócio - <i>Ana Helena Gigliotti de Luna Freire</i>	
59	Nova cepa, outras ondas, futuro climático, xenofobia, refugiados, direitos fundamentais sob ataque e bipolaridade em um mundo fragmentado - Ásia Pacífico e Oriente Médio – <i>Lucia Marques</i>	
70	EUA na Saúde Global e a Diplomacia da Saúde - <i>Luiz Augusto Galvão</i>	
71	China na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>André Lobato</i>	

*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - pg. 73

**Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - pg. 74

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 20/2021 – 02 de dezembro de 2021

Apresentação

A quinzena sobre a qual se debruçam os analistas do Cris vinha marcada por dois espaços políticos de extrema relevância para a saúde global e a diplomacia da saúde: a *Sessão Especial da 74ª. Assembleia Mundial da Saúde (AMS)*, para discutir o estabelecimento de um tratado internacional sobre pandemias; e a *Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC)*, para debater a flexibilização de patentes para as vacinas da Covid-19. Contudo, quem roubou a cena a ambos os temas foi o responsável anúncio, pelas autoridades sanitárias da África do Sul, da detecção de uma nova variante de preocupação do coronavírus pandêmico, registrada como variante *Ômicron*, mais uma letra do alfabeto grego para designar uma fita de RNA que sofreu mutações e passou a ser o novo terror da população mundial. Desde então, já chegou há mais de 50 países, nos cinco continentes, inclusive no Brasil. O *apartheid* de vacinas gerou esta e tem potencial de gerar novas variantes, até piores.

Proibição de entrada de viajantes oriundos de países da África Austral passou a ser praticada em diversas fronteiras, em todo o mundo. Fechar fronteiras aos africanos, ao invés de apoiar o enfrentamento da pandemia nos países afetados é definitivamente uma injustiça, aliás, apenas uma entre muitas que o mundo vem vivenciando nestes dois estranhos anos da história da (des)humanidade. Nesse contexto, Xi Jin Ping não perdeu tempo, e anunciou a doação de 1 bilhão de doses de vacinas chinesas ao continente; porque não o fez antes, é uma incógnita, mas trata-se de inegável avanço, se de fato se materializar.

Mia Couto e Agualusa, dois intelectuais africanos muito queridos dos brasileiros, rapidamente vieram a público expressar sua decepção com as medidas discriminatórias contra a África do Sul e outros países da África Austral, e protestaram em folhas tupiniquins, no que foram ecoados por diversos colunistas e movimentos sociais.

Testes negativos e passaporte de vacinas para Covid-19 passaram a ser exigidos pela vigilância de fronteiras em diversos países, apesar de elas não estarem distribuídas equitativamente no mundo, assim como quarentenas e outras medidas restritivas. A OMS ampliou a prontidão e convocou os países a estudar o comportamento epidemiológico e clínico da nova variante para saber se, além de mais contagiante, ela produz doença mais grave e é mais letal; já as farmacêuticas iniciam testes para avaliar a capacidade protetiva de suas vacinas contra a *Ômicron*. No Brasil, persiste um conflito de orientações entre o Ministério da Saúde e a Anvisa quanto às exigências que serão adotadas nos aeroportos e fronteiras.

Em diversas partes do mundo, o passaporte vacinal também passou a ser exigido para permitir a circulação em determinados espaços nas cidades, como restaurantes, shoppings e igrejas e, em muitas destas cidades, até mesmo no transporte público.

No Brasil, um surto de gripe sazonal acomete grandes cidades que não conseguiram alcançar níveis adequados de vacinas contra a enfermidade; por outro lado, em favelas e comunidades pobres, a própria 2ª dose da vacina contra a Covid-19 é aplicada com maior atraso que em zonas mais abastadas. Enquanto isso, centros de pesquisa e universidades queixam-se dos entraves financeiros e logísticos que enfrentam para a produção de uma vacina brasileira contra o coronavírus. Já a Interfarma, com propaganda na grande imprensa, e certamente com

lobbies parlamentares, vai à luta contra a legislação de flexibilização de patentes para produtos destinados ao combate da Covid-19 aprovada pelo Congresso Nacional, afirmando que isto desestimula investimentos em inovação. Engraçado, pois as grandes farmacêuticas multinacionais aplicam recursos irrisórios em inovações médicas em território pátrio!

Voltando à diplomacia global em saúde, nosso analista, **Santiago Alcázar** revisa os últimos acontecimentos na esfera das **Nações Unidas**, considerando que a Conferência da OMC possa ter sido adiada mais pela falta de consenso e do que anunciar ao mundo, do que propriamente pelas razões alegadas, a pandemia.

Na **Organização Mundial da Saúde**, em decisão consensual, a Assembleia Mundial da Saúde (AMS) concordou em iniciar um processo global para redigir e negociar uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional, sob a égide da Constituição da OMS, para fortalecer a prevenção, preparação e resposta a pandemias. A resolução intitulada ‘*O mundo juntos*’, estabelece um corpo de negociação intergovernamental (INB), como nos informa **Guto Galvão**. A primeira reunião do grupo ocorrerá em 01/03/2022, visando acordar as formas de trabalho e cronogramas, e a segunda em agosto de 2022, para discutir o andamento do processo. Também realizará audiências públicas, visando informar sobre suas deliberações, entregará um relatório de progresso à 76ª AMS, em 2023, e os resultados finais à 77ª AMS, em 2024.

Para o diretor da OMS que, segundo **Galvão**, fez um discurso profundo e emocionante na abertura da Sessão Especial, a decisão representou uma oportunidade única, em uma geração, de fortalecer a arquitetura global de saúde com o estabelecimento de uma convenção vinculante. Para atores globais mais exigentes e críticos, como parcelas ativas da sociedade civil, a decisão posterga a tomada de medidas urgentes necessárias para um período excessivamente distante.

Boa parte dos líderes da saúde global, ministros da saúde dos estados-membros, abordou os desafios da nova variante, levando quase ao ostracismo o tema central da reunião, que era o tratado sobre pandemia. Representados por Botsuana, que falou na sessão especial em nome dos estados-membros da União Africana, os países africanos abriram fogo quanto ao que consideraram discriminação, tratamento desigual em relação a outros países que reportaram variantes de preocupação anteriormente, falta de apoio e solidariedade diante das grandes dificuldades com que passam a viver os países afetados da África Austral. E sem acesso à vacinas. O Presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, também bateu com força inusitada.

O debate que ocorre no **Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas** em torno a um Tratado sobre o Direito ao Desenvolvimento torna-se crucial, segundo **De Negri**, para materializar uma abordagem sistêmica dos direitos em favor do enfrentamento das desigualdades estruturais entre e em cada um dos países, estabelecendo o dever de cooperar em favor e não afetar negativamente o direito ao desenvolvimento de todos os povos e nações. O Direito ao Desenvolvimento, ao demandar uma nova ordem econômica internacional, estabelece as condições estruturais necessárias para prover, mediante relações políticas e econômicas justas, os meios para o exercício da soberania e da auto determinação de nações e povos como forma imediata que colocar em pauta a superação das barreiras de acesso à infraestrutura social e sanitária, sem o que, o enfrentamento das injustiças históricas de acesso, que hoje determinam a assimetria na resposta à pandemia, não serão superadas.

De igual forma se traduz como objetivo superior o avanço no Tratado sobre os Direitos Humanos e a ação das empresas transnacionais, as quais hoje exercem poderes fora do controle de muitos Estados e, portanto, fora do controle dos regimes democráticos, ou seja, dos povos,

na definição dos seus interesses e necessidades, o que se translada para a imposição dos direitos de propriedade intelectual e os interesses financeiros sobre os próprios direitos humanos ao direito ao desenvolvimento como aspiração coletiva.

Finalmente, completa **De Negri**, cabe reforçar a necessidade de entender onde se situam os princípios fundamentais dos direitos humanos na promoção de um novo contrato socioambiental e pela paz, onde a soberania de povos e nações projete as formas mais efetivas de construir bem estar mediante sistemas amplos e universais de proteção social que redistribuam ativamente as riquezas escandalosamente concentradas para que os direitos humanos encontrem sua materialidade na vidas de todas as sociedades do mundo.

Para **Ungerer**, o destaque desta semana do **UNOSSC** foi a realização online da segunda sessão técnica da Conferência Internacional Interministerial para discutir a cooperação triangular pós BAPA+ 40, particularmente referido ao desenvolvimento populacional (ICPD) e Agenda 2030. O evento marcou a nova forma de trabalhar e pensar imposta pela pandemia de Covid-19, que passou a exigir esforços de inclusão e inovação, favorecendo a cooperação triangular, que exige um aprendizado compartilhado, no qual a relação entre parceiros e beneficiários é crucial. Depois de quatro anos de ausência, o UNOSSC anunciou para 2022 a décima primeira GSSD Expo, que será realizada em setembro, na Tailândia.

Quanto ao **G-77 e a China**, o grupo participou de quatro reuniões da UNGA em temas sobre o a mitigação sísmica e projeto de substituição do ciclo de vida na Comissão Econômica e Social para a Ásia e Pacífico; o padrão das conferências da ONU; o sistema comum das Nações Unidas e o pedido de subvenção para o tribunal especial residual da Serra Leoa. O destaque do **MNA** foi a realização da cúpula de alto-nível para celebrar os 60 anos do movimento. Tudo isso vem comentado por **Ungerer** no seu informe sobre este conjunto de instituições.

Na **OEA**, como nos conta **Bermudez**, o que segue em evidência é a situação da Nicarágua, com pronunciamentos da CIDH e uma avaliação coletiva do Conselho Permanente.

O fechamento da quinzena do **G20** traz notícias sobre o desempenho da presidência italiana durante o ano de 2021 e as expectativas para o próximo ano, com a Presidência da Indonésia. Temas como recuperação econômica pós Covid-19 e desenvolvimento inclusivo e sustentável mantêm-se nas agendas. Para **Burger et al**, a possibilidade de mudança na geopolítica na região pacífico-asiática adquire espaço via G20, com expectativas de aumento da liderança indonésia na região. Já na **OCDE**, nesta quinzena, mais informações do Relatório *Health at a Glance* e a expectativa pelo lançamento do Relatório sobre o panorama econômico mundial (*World Economic Outlook*) de 2021.

Segundo **Cazumbá**, no **Banco Mundial, BID e FMI** continuam as iniciativas bilaterais e multilaterais, impulsionadas pelas incertezas em relação ao fim da pandemia.

Hoirisch reporta em seu informe sobre o seminário 'Qual o futuro dos BRICS?', bem como informa que cientistas de quatro países BRICS estão realizando sequenciamento genômico e modelagem matemática sobre a pandemia de Covid-19

Na última semana, o número de casos de Covid-19 aumentou 23% na região das Américas. A maior parte dos novos casos concentra-se na América do Norte, mas há aumento significativo também em alguns países da **América Latina e Caribe**. Para **Tobar e Minayo** destacaram-se, na última quinzena, a XLIX Reunião de Ministros do **Mercosul**; a publicação *Impacto da COVID-19 nas cidades fronteiriças do Mercosul*; o primeiro *Atlas de Vulnerabilidade*

Hidroclimática da Amazônia, lançado pela **OTCA**; o evento de apresentação das iniciativas nacionais e regionais de produção de vacinas do **PROSUL**; a reunião da **SEGIB**, na qual os chanceleres concordaram em fortalecer a resposta à Covid-19 e elegeram o novo Secretário-Geral Ibero-Americano; e a publicação do novo relatório da **CEPAL** sobre feminicídios ocorridos em 2020 na ALC à sombra da pandemia. A Unesco divulgou estudo realizado em 2019 no qual mostra que a ALC não tem feito progressos em educação; temem-se as consequências da pandemia sobre a educação em 2020 e 2021.

Em **África**, como já foi mencionado, o destaque foi a detecção da e reações à variante *Ômicron*, que levou a diplomacia do continente africano, aliado a vozes de apoio ao redor do mundo, a se insurgir contra as medidas tomadas pela maioria dos países ricos para o isolamento da África do Sul e demais países da África Austral, contado ao leitor por **Augusto Paulo e Rosenberg**. No polo positivo, fica reportado o *Fórum para a Cooperação China-África*, realizado no Senegal; confira!

A **Europa** vive cenário paradoxal, com uma onda avassaladora de novos casos, hospitalizações e mortes por Covid-19 se avolumando no continente, enquanto a nova variante é anunciada na África do Sul. Novas medidas de isolamento e vacinação obrigatória são recebidas com protestos pela Europa, que volta a fechar suas fronteiras. A política europeia para a pandemia se centra nas novas variantes e se materializa no inverso do ditado brasileiro que diz que ‘prevenir é melhor do que remediar’, conforme **Freire**, que analisa a Europa para este informe. Já a União Europeia anuncia a mobilização de 300 bilhões de euros em infraestrutura de desenvolvimento até 2027 para conter a influência chinesa com a Iniciativa do Cinturão e da Rota, comentada em edições anteriores na secção sobre China.

Nova cepa, outras ondas, futuro climático, xenofobia, refugiados, direitos fundamentais sob ataque e bipolaridade em um mundo fragmentado. Os países da **Ásia Pacífico e Oriente Médio** precisam lidar com as novas ondas de Covid-19 – e agora com a nova cepa *Ômicron* – (fechamento de fronteiras, novo *lockdown*, apartheid? escape da vacina?); com seus problemas internos (econômicos, tecnológicos, movimentos anti-vax, protestos, eventos climáticos); com as questões regionais (perseguições étnicas, conflitos armados e milhares de refugiados) e globais, como o efeito borboleta da bipolaridade sino-americana (falta de consenso em fóruns plurilaterais, premência em não escolher um lado, medo de uma guerra armada). E tudo ao mesmo tempo. Haja bom senso! Mas também ciência, diplomacia e inteligência geopolítica. E “costurando” todos esses temas, a Saúde em todas as políticas pode ser a esperança. É assim que **Lúcia Marques** entende a situação da diplomacia da saúde na vasta região que analisa.

Na **China**, o Conselho de Estado divulgou um *white paper* sobre as relações entre África e China. O documento afirma que o continente possui o maior número de países em desenvolvimento e que a China é o maior país em desenvolvimento, criando oportunidades para cooperação entre africanos e chineses. Conforme nos relata **Lobato**, o documento intitulado “*China e África na Nova Era: Uma Parceria de Iguais*” destaca os princípios de “sinceridade, resultados reais, amizade e boa fé”. O Centro de Controle de Doenças da China publicou estudo sobre como seria a transmissão do coronavírus no país, caso o país adotasse as mesmas medidas que os EUA: segundo os autores, seriam 630 mil casos diários, com 10 mil pessoas sofrendo de sintomas graves. Segundo os autores, as estimativas são conservadoras, de forma que o fim da política de tolerância zero com o vírus poderia causar um número muito maior de infectados.

O Cris está em festa! Na próxima semana, depois de um ano de preparo, sai o nosso livro *Diplomacia da Saúde: Respostas globais à pandemia*, por Ediciones ALASAG, braço editorial da

Alianza Latino-americana de Salud Global. *E-book e instant book*, com 32 capítulos, 455 páginas e mais de 60 autores, esta coletânea é produto do labor coletivo dos trabalhadores do Cris. Seus capítulos foram elaborados a partir do acompanhamento sistemático da saúde global e das respostas de atores-chave do cenário global da diplomacia da saúde à pandemia/sindemia, no transcorrer de todo o ano de 2021, tarefa realizada no âmbito do *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde do CRIS/Fiocruz*. Destina-se aos profissionais de saúde e de diplomacia, assim como professores e estudantes destas áreas, ativistas sociais, dirigentes públicos nacionais e dirigentes de instituições multilaterais globais e regionais, sociedade civil, organizações não-governamentais e empresas atuantes em saúde global. Disponível para *download* em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/diplomacia-da-saude_respostas_globais.pdf

Depois desta atividade continuaremos integralmente com as atividades internas de apoio à cooperação internacional da Fiocruz. Retornaremos com o primeiro volume da nova série de **Cadernos Fiocruz de 2022** em *03 de fevereiro de 2022*. Os Informes continuarão quinzenais, como até aqui; o primeiro número de 2022 analisará o que ocorreu no campo da saúde global e diplomacia da saúde nos meses de dezembro de 2021 e janeiro de 2022. A série também quinzenal de **Seminários Avançados CRIS em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2022** reinicia em *09 de fevereiro de 2022*, com o seminário *Saúde Global e Diplomacia da Saúde: Perspectivas 2022*.

Tenham todos uma boa leitura (deste informe e do livro), enviando-nos comentários e críticas sobre ambos, para que possamos alcançar o que desejamos: manter nossos leitores bem-informados para o exercício da plena cidadania.

Rio de Janeiro, Manguinhos, 02 de dezembro de 2021

Paulo M. Buss e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz

Nações Unidas, Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Santiago Alcázar

Em mais alguns dias, todas as grandes reuniões de líderes mundiais terão ficado no retrovisor. Com efeito, a 74ª sessão da OMS (maio), o 9º Foro Político de Alto Nível do ECOSOC (julho), a 47ª Cimeira do G-7 (junho), o debate geral da 76ª AGNU (setembro), a Cúpula do G-20 e a COP-26 (outubro) – são coisas passadas e, se não totalmente esquecidas, não mais presentes nas consciências no modo “urgente”.

Nos próximos dias mais duas reuniões encerrarão o ciclo de encontros de alto nível de 2021. De 29 de novembro a 1º de dezembro, a Assembleia Mundial da Saúde (AMS) realizará sessão especial para considerar a conveniência de concluir instrumento internacional sobre preparação e resposta a pandemias. Finalmente, de 30 de novembro a 3 de dezembro, a 12ª Conferência da OMC deverá debruçar-se sobre a questão do *waiver* de patentes.

Com respeito à sessão especial da AMS, a segunda na história da Organização, parece haver consenso sobre a conveniência de se ter um tal acordo. O que não se sabe é se um tal instrumento terá eficácia. Em quase dois anos de pandemia da Covid-19 apreendemos que o seu impacto abalou todas as referências políticas, econômicas, comerciais, sociais e culturais, não somente às da saúde. A competência da OMS restringe-se a sua área de especialização. O grupo que frequenta e transita nesses temas não frequenta nem transita nos foros onde são debatidos aqueles outros temas. São estrangeiros a eles. Nesse contexto, existe o perigo que a sessão especial considere somente os aspectos sanitários na preparação e resposta a pandemias, deixando de lado os determinantes econômicos e sociais, inclusive aqueles referentes à mudança de clima e à perda da biodiversidade. Ainda que o conceito de Uma Saúde, que engloba em um as saúdes humana, animal e botânica, seja amplo e abrangente, é discutível se seria suficiente para abarcar a totalidade dos aspectos envolvidos em uma pandemia. Não seria descabido, entretanto, que a sessão especial recomende a constituição de GT especial OMS/AGNU para tratar do tema, cobrindo dessa maneira os assuntos sanitários, bem como aqueles de competência de outros órgãos e agências do sistema das Nações Unidas. A pandemia, como se vê, não somente reclama a união de todos, mas a convergência de temas.

Com relação à 12ª Conferência da OMC, o *waiver* assume importância enorme à luz do apoio da quase totalidade dos países, bem como do recente apelo dramático do Presidente Joe Biden, reiterando a posição de seu Governo de abril deste ano, no sentido de suspender os direitos de propriedade intelectual (PI) sobre vacinas. É preciso deixar registro que o *waiver* atingiria todas as vacinas, não apenas as mais sofisticadas de mRNA. A suspensão de direitos de PI de vacinas produzidas por métodos tradicionais (Coronavac) ou as que utilizam vetores de adenovírus (AstraZeneca, Jensen) poderia resultar na ampliação global da distribuição de imunizantes mediante a produção local. Ainda que o *waiver* atingisse os fabricantes das vacinas de mRNA, a suspensão de direitos não teria efeito prático em razão da grande complexidade implicada em sua produção. O Presidente Joe Biden não ignora esse fato e sabe que a eventual perda da Jensen seria sobejamente recompensada pelo ganho da Moderna ou da Pfizer, ou até mesmo daquela primeira, que certamente já teria as condições tecnológicas e financeiras para juntar-se às duas últimas. O gesto generoso do Presidente norte-americano poderá render alguns dividendos na cena internacional, importantes ante o clima de suspeição e frustração deixado por seu antecessor.

As duas reuniões acima irão realizar-se em Genebra, onde as únicas certezas são a precisão dos relógios, a cobrança de multas, a qualidade dos chocolates e a passividade do Lac

Léman. Pode-se não saber o que decidirão, mas como as outras grandes reuniões, serão recheadas de interesses particulares, condições especiais e contradições, deixando a alguns irritados, a outros perplexos e a todos frustrados. Os assuntos que motivaram os encontros de alto nível, claro, serão agravados pela provável incompletude de seus resultados ante a urgência que demandavam. O tempo verbal é importante, uma vez que passada a reunião passa também a urgência que a havia motivado.

É comum assistir como a atenção para os mais importantes problemas pode desviar-se para assuntos pedestres, talvez, mas naquele momento, mais atrativos que qualquer outro. Chega dezembro e vem junto a necessidade de preparar-se para desembarcar do lotação que pronto se deterá no terminal. Olha-se em volta. Cumprimenta-se o vizinho. Celebra-se a viagem. Fazem-se resoluções. O ano que vem será diferente. Será melhor. Como sempre. Mas como sempre, tudo permanecerá igual, pois o melhor remédio para a mudança é subir de novo no lotação.

A atenção pode ter-se desviado, mas a Covid-19 e a mudança de clima, com tudo que implicam, continuam à espreita, terríveis e ameaçadoras, como as Fúrias da mitologia.

O Diretor Geral da OMS pergunta se o mundo agora está menos preparado que antes da pandemia. A pergunta tem sentido, pois o conhecimento acumulado em quase dois anos parece não ter sido suficiente para convencer a todos a crucial necessidade da solidariedade. Palmas para a ciência e a tecnologia, que tornaram possível a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de vacinas em tempo recorde. Palmas para as acertadas medidas econômicas compensatórias, ainda que em muitos países em desenvolvimento, elas tenham sido insuficientes e em alguns, cruéis e submetidas a vaivéns, como o de um fole. O que dizer, no entanto, ante a afirmação do DG de que muitos países na África não estão na trilha para conseguir o mínimo de 40% de imunização até o fim deste ano, como preconizada pelos líderes nos foros multilaterais? A nova variante ômicron da Covid-19 talvez seja a resposta da Natureza à postura medíocre e insensível das economias mais avançadas. Nunca foi tão acertada a fórmula ninguém está a salvo enquanto todos não estiverem a salvo repetida à exaustão pelo DG da OMS e o SG das ONU. A primeira onda da pandemia veio aos países em desenvolvimento em avião, por descuido. Esta última vai da África ao resto do mundo por estupidez e falta de solidariedade. A solidariedade é um componente essencial para o funcionamento a contento do multilateralismo. Sem ela, o que se tem são fragmentos de uma explosão. A estupidez é não perceber isso.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, ao concluir a COP-26, disse que os textos aprovados eram um compromisso. Mas estes, já se sabe, são como bonitos pacotes que encerram todo tipo de incoerências, algumas absurdas, outras incompatíveis e outras ainda, irrealizáveis. Pegando-se à esperança, como um moribundo que se agarra aos lençóis da cama para não se deixar ir, o SG reafirma a sua convicção de que é preciso acabar com os subsídios aos combustíveis fósseis. Eliminem o carvão! Ponham um preço no carbono! Quem o condenaria? As Fúrias dançariam ameaçadoras, mas nada poderiam contra essas súplicas que ecoam o desejo do movimento de jovens que querem um mundo melhor agora, imediatamente.

O Presidente Joe Biden, em Glasgow, parecia ver na inflação de preços de combustíveis uma oportunidade para mudança transformadora. Em seu discurso reconheceu que a volatilidade de preços deveria soar como uma chamada para a ação. Ao invés de continuar no mesmo caminho, dever-se-ia dobrar a aposta em energias limpas e confiar nas novas tecnologias. É curioso, portanto, que apenas três dias após ter animado com as suas palavras os

que esperavam algo, viesse a dizer, em outra circunstância, claro, que a OPEC estaria a ameaçar a recuperação econômica global com a decisão de manter em nível baixo a produção de petróleo¹. Incisivo, disse que o seu Governo usaria todos os meios para baixar os preços dos combustíveis. As Fúrias certamente não seriam condescendentes com tanta liberalidade no uso de incoerências, ainda que viessem encobertas por compromissos *bonitamente* embrulhados.

Enquanto isso, nas Nações Unidas, a Segunda Comissão (o órgão de apoio da AGNU responsável pelos temas econômicos e financeiros) aprovava o projeto de resolução intitulada “Proteção do clima global para esta e as futuras gerações da humanidade”. O texto do projeto ainda não está disponível, mas já se sabe que enfatiza a mitigação e a adaptação à mudança de clima como prioridades globais imediatas. Recomenda aos Estados-membros alinhar a resposta à Covid-19 às políticas de proteção do meio ambiente.

A mesma Segunda Comissão também aprovou projeto de resolução, pelo qual recomenda o fortalecimento da OMC para aumentar a preparação e a resiliência da Organização frente a pandemias. Outro projeto de texto, relativo ao comércio internacional e o desenvolvimento, ressalta a necessidade de coordenação global para assegurar a distribuição e o acesso equitativo a todas as vacinas. Todos os projetos de resolução são posteriormente encaminhados à AGNU, que sobre eles decidirá. É possível que se tornem compromissos, que como todos os anteriores são feitos de inconsistências, incoerências, contradições e uma ou outra picada de retórica para a boa forma.

A emissão de gases de efeito estufa, a grande estrela de Glasgow, remete à questão da possibilidade da substituição dos combustíveis fósseis por fontes de energia limpa, não poluentes. Todas as formas de energia, no entanto, são poluentes na medida que liberam uma parte de seu conteúdo ao meio ambiente. Em última análise, a questão não é se a substituição é possível – ela é – mas se será suficiente. O problema consiste em saber se poderá ser mantido o equilíbrio entre o que se extrai e o que a Natureza repõe.

Praticamente tudo o que nos rodeia e nos mantém é produto de mineração. As casas e os edifícios em que vivemos, os carros, caminhões, ônibus e aviões que nos transportam, os celulares e computadores com os que nos comunicamos, os pregos e argolas de todo tipo, os vidros e as tubulações – tudo contém elementos da tabela de Mendeleev, que têm que ser extraídos da crosta terrestre. Cádmio, molibdênio, vanádio, boro, tungstênio, silício são nomes que talvez não apareçam nas folhas do registro civil, mas estão presentes na mineração. Quem controla todas essas atividades, muitas das quais são ilegais? O Presidente Joe Biden sabe o que é cobalto? Sabe para que serve? Sabe que na guerra pelas fontes de energia verde, o cobalto é fundamental para as baterias dos carros elétricos? Sabe que dois terços da produção mundial desse mineral vêm da República Democrática do Congo? E que os EUA e a China disputam as minas congolenses, com a faca entre os dentes²? Ninguém ignora que quando o assunto é guerra, os meios justificam os fins. Foi sempre assim, mesmo quando criavam-se depois tribunais de guerra. Dispare primeiro, pergunte depois.

¹ Ver <https://www.ft.com/content/4a2fc7b2-c963-4418-9997-d1bf203c3a35?emailId=61845800f87a8f0004e17aae&segmentId=60a126e8-df3c-b524-c979-f90bde8a67cd>

² Ver https://www.nytimes.com/2021/11/20/world/china-congo-cobalt-explained.html?campaign_id=9&emc=edit_nn_20211121&instance_id=45964&nl=the-morning®i_id=165128819&segment_id=75001&te=1&user_id=98eb49ca6d28149944ad08fa1ae97899

Sem querer subtrair a responsabilidade dos governantes, que poder realmente detém eles? Em recente artigo, Jeffrey Sachs chama atenção para os esforços do Presidente Joe Biden e de seu enviado especial para o meio ambiente, John Kerry no sentido de ter aprovada legislação relativa a energia verde. Desde 1992, quando o Senado dos EUA ratificou a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança de Clima, a inação com respeito ao assunto tem sido a tônica do governo norte-americano. O mundo, diz Jeffrey Sachs, vê o que está acontecendo: um Congresso partido e corrupto mantém-se atado ao *Big Oil* e ao *Big Coal*.

O economista Partha Dasgupta revela em recente estudo³ que o custo global de todos os subsídios, que causam dano ao meio ambiente, situa-se entre US\$ 4 a 6 trilhões. Essa cifra tem que ser comparada aos US\$ 68 bilhões que, segundo Dasgupta, os governos gastam em projetos de conservação.

A verdade é que há muito estamos na economia dos trilhões. Milhões ou bilhões não têm mais o mesmo brilho de antes. O que são as promessas de bilhões, nunca cumpridas se para resolver os problemas que se acumulam no horizonte são precisos trilhões? A título de coda, que poder realmente têm os governantes? As Nações Unidas e todas as agências e órgãos especializados?

Neste bravo mundo novo que nos toca viver, a realidade tornou-se virtual. Nossas vidas, nossas relações, nossa compras, nossa segurança, nosso paradigma de pensamento são reproduzidos por complexos algoritmos cujo único propósito é estabelecer padrões de previsibilidade e, assim, deletar a indeterminação. O livre arbítrio pareceria condenado às estantes empoeiradas da filosofia medieval. A nuvem que tudo controla, controla também o controlador. Que futuro para os governantes e as Nações Unidas? É praticamente uma infantilidade que o que nos tirará destes apuros será uma espécie de ONU2.0.

O trajeto de volta no lotação terá que incluir uma nova parada para deixarmos entrar a solidariedade, a única capaz de resgatar o sentido da humanidade. Mas, como diz o Barão de Itararé, lembrado sempre por um dos nossos, “de onde menos se espera, daí é que não sai mesmo nada”.

POST SRIPTUM

Quando a tinta destas linhas ainda estava úmida, o sinal de Internet voltou e descortinou os últimos acontecimentos. Foi chocante descobrir que a 12ª Conferência da OMC, que deveria iniciar-se no dia 30 de novembro, foi adiada *sine die*. A restrição de viagem impostas a seis países africanos, tornando impossível que delegados desses países participem de modo presencial na Conferência, teria sido o motivo para o adiamento. É verdade que a 12ª Conferência, que originalmente deveria ter-se realizado em junho de 2020, no Cazaquistão, também foi postergada por conta da pandemia. Esta foi de fato o gatilho para os dois cancelamentos? Afinal de contas, a pandemia de 2020 é a mesma que nos atormenta em 2021. É, no entanto, ilusão imaginar que as duas situações se equivalem. Hoje, o ponto de gravidade da 12ª Conferência é a amadurecida questão do *waiver*, com o apoio do Presidente Joe Biden em favor da suspensão de patentes de vacinas. O adiamento da Conferência, nesse contexto, é assim uma garantia para que nada se decida. É obsceno!

³ Ver <https://www.gov.uk/government/publications/final-report-the-economics-of-biodiversity-the-dasgupta-review>

Outra notícia de última hora, ao menos para alguém que ficou meio desligado, foi a reunião de emergência dos ministros de saúde do G-7, convocada pelo Reino Unido para emitir resposta coordenada com respeito à variante ômicron da Covid-19. Como esperado, os ministros emitiram declaração reiterando os termos e compromissos acordados em Carbis Bay, por ocasião da Cúpula, e em Roma, por ocasião da Cúpula sobre Saúde Global. Nada novo. E como aqueles termos e compromissos eram vazios de efeito estufa, nada com o que se preocupar.

Resposta da OMS e OPS à Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Luiz Augusto Galvão

Na abertura da Sessão Especial da Assembleia Mundial da Saúde (<https://www.who.int/news-room/events/detail/2021/11/29/default-calendar/second-special-session-of-the-world-health-assembly>), o Diretor-Geral da OMS lembrou as palavras de Camus: "Todo mundo sabe que as pestes têm uma maneira de se repetir no mundo... Houve tantas pragas quanto guerras na história, mas sempre pragas e guerras pegam as pessoas igualmente de surpresa." Mas acrescentou que o mundo não precisa ficar indefeso e que podemos estar melhor preparados para mitigar o impacto.

Lembrou que mais do que nunca temos capacidade de antecipar pandemias e, portanto, podemos prevenir, detectar e tratar novas crises. Ele também repetiu o já surrado mantra que "nenhuma região, nenhum país, nenhuma comunidade e nenhum indivíduo está seguro até que estejamos todos seguros."

Agradecendo a África do Sul e Botsuana por haverem detectado, sequenciado e relatado a variante Ômicron, disse que esse fato demonstra que o mundo precisa de um novo acordo sobre pandemias que corrobore os princípios efetivos de resposta às futuras pandemias, quais sejam: liderança corajosa e compassiva; fidelidade à ciência; generosidade na partilha dos frutos da pesquisa; e compromisso inabalável com a equidade e solidariedade.

Ele enfatizou uma vez mais o problema na distribuição das vacinas, dizendo que mais de 80% das vacinas mundiais foram para países do G20 e que os países de baixa renda, a maioria deles na África, receberam apenas 0,6% de todas as vacinas, o que deve resultar em mais desigualdade vacinal e mais oportunidade do vírus se espalhar e evoluir de maneiras que não podem ser previstas nem prevenidas. Assim, ele voltou a apelar para que os estados-membro apoiem as metas de vacinar 40% da população de todos os países até o final deste ano, e 70% até meados do próximo ano.

103 países ainda não atingiram a meta de 40%, e mais da metade deles correm o risco de perder até o final do ano, principalmente porque não podem acessar as vacinas de que precisam, e a maioria delas na África.

Continuando o Diretor enfatizou que: a COVID-19 matou mais de 5 milhões de pessoas; o excesso de mortes causadas pelo vírus e pela interrupção dos serviços essenciais de saúde são muito maiores; um número desconhecido vive com condição pós-Covid, ou Covid longa, uma condição que estamos apenas começando a entender; os sistemas de saúde continuam sobrecarregados; e que milhões perderam serviços essenciais de saúde para doenças não transmissíveis e saúde mental. Na sequência mencionou que o progresso contra HIV, tuberculose, malária e muitas outras doenças pararam ou retrocederam; milhões de crianças perderam a vacinação para outras doenças que ameaçam a vida, e meses de educação.

Fora do setor estrito da saúde, sinalizou que milhões de pessoas perderam seus empregos, ou foram mergulhadas na pobreza e que a economia global ainda está saindo da recessão; as divisões políticas se aprofundaram, nacional e globalmente; as desigualdades aumentaram; a ciência foi minada e a desinformação aumentou.

Em seu cerne, a pandemia é uma crise de solidariedade e compartilhamento e a melhor maneira de enfrentar isso é um *acordo legalmente vinculante*, similar à Convenção-Quadro da OMS sobre o Controle do Tabaco (FCTC), o primeiro tratado internacional negociado no âmbito da OMS, e que tem demonstrado sua contribuição a um progresso significativo e rápido na proteção das pessoas para a exposição à fumaça do tabaco; na regulação da embalagem e

rotulagem de produtos de tabaco; na educação, comunicação, formação e conscientização pública; na proibição de vendas de e para menores; e em relatórios e troca de informações. Estima-se que a implementação do FCTC ajudou a salvar mais de 37 milhões de vidas e diminuiu a prevalência global de uso de tabaco de quase 33% em 2000 para 22% em 2021.

O Diretor lembrou que os países se uniram para negociar um tratado contra a ameaça humana do tabaco; contra o potencial destrutivo das armas nucleares, químicas e biológicas; contra a ameaça existencial das mudanças climáticas; e outras ameaças à nossa segurança e bem-estar e, portanto, poderiam estabelecer uma convenção, um acordo ou outro instrumento internacional que forneça um quadro abrangente para a cooperação internacional e a segurança global em saúde em quatro áreas-chave: melhor governança; financiamento adequado; melhores sistemas e ferramentas para prever, prevenir, detectar e responder rapidamente a surtos com potencial epidêmico e pandemias; e uma OMS fortalecida, empoderada e financiada de forma sustentável, no centro da arquitetura global da saúde.

Finalizando lembrou que a Constituição da OMS é, naturalmente, um tratado: um pacto vinculativo entre as nações, com uma visão que reconhece que o gozo do mais alto padrão de saúde alcançável é um dos direitos fundamentais de cada ser humano.

Mas, mais do que isso, afirma que a saúde de todos os povos é fundamental para a obtenção da paz e da segurança, e depende da maior cooperação dos indivíduos e dos Estados para superar os impulsos do isolacionismo; a rivalidade, a suspeita e a desconfiança; a miopia dos ciclos eleitorais e ciclos de mídia e construir o legado do qual todos nós nos beneficiamos, e deixar um novo legado para as gerações que virão.

O documento central da sessão é o *Relatório do Grupo de Trabalho dos Estados-Membros sobre o Fortalecimento da Preparação e Resposta às Emergências em Saúde da OMS* preparado para a sessão especial da Assembleia Mundial de Saúde (https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHASSA2/SSA2_3-en.pdf) que propõe aos estados-membro que considerem o seguinte:

a) Estabelecer um órgão de negociação intergovernamental encarregado de desenvolver uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre preparação e resposta pandêmica;

b) Traçar um processo claro, eficiente, eficaz, liderado pelos Estados-Membros, transparente e inclusivo de como identificar e desenvolver os elementos substantivos e a minuta zero de um novo instrumento, as modalidades de negociação do instrumento e com quais cronogramas;

c) Apoiar o Grupo de Trabalho para continuar seu trabalho sob a resolução WHA74.7, inclusive para identificar as ferramentas para implementar as recomendações que se enquadram no trabalho técnico da OMS e desenvolver ainda mais propostas para fortalecer o IHR (2005), incluindo potenciais alterações direcionadas ao IHR (2005) e elementos que possam ser mais efetivamente abordados em outros locais.

Situação epidemiológica mundial

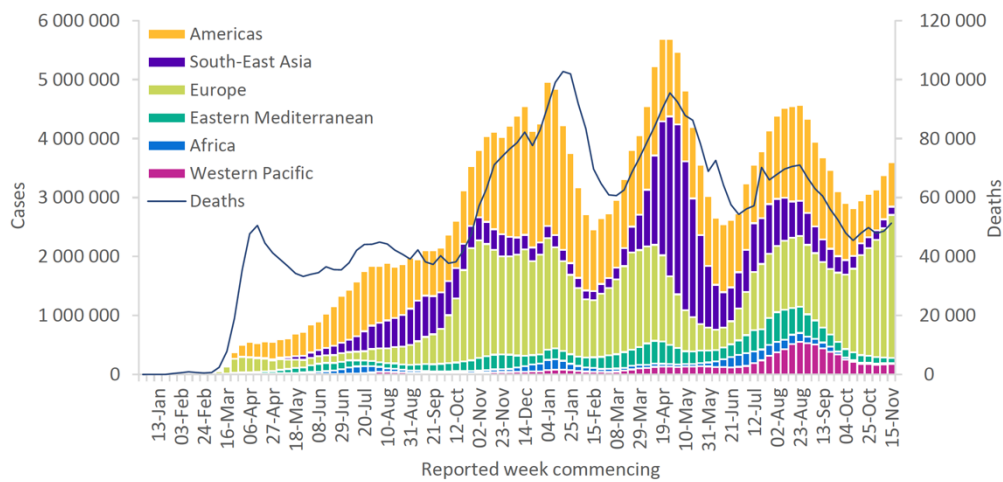
A grande novidade da quinzena foi, sem dúvida, a classificação do Ômicron (B.1.1.529) do SARS-CoV-2 como Variante de Preocupação. Ainda com mais perguntas que respostas essa é o foco das atenções da OMS e dos países nesse momento. A OMS pediu aos países que:

1. melhorem os esforços de vigilância e sequenciamento para entender melhor as variantes SARS-CoV-2 circulantes.
2. enviem as sequências completas de genoma e metadados associados a um banco de dados disponível publicamente, como o GISAID.

3. relatem casos/clusters iniciais associados à infecção por VOC à OMS através do mecanismo IHR.
4. onde existe capacidade e em coordenação com a comunidade internacional, realizar investigações de campo e avaliações laboratoriais para melhorar a compreensão dos potenciais impactos do VOC na epidemiologia da Covid19, gravidade, eficácia da saúde pública e medidas sociais, métodos diagnósticos, respostas imunes, neutralização de anticorpos ou outras características relevantes.

Globalmente, até 29 de novembro de 2021, foram notificados 260.867.011 casos de Covid19, incluindo 5.200.267 mortes, e até 25 de novembro de 2021, foram aplicadas 7.702.859.718 doses de vacina.

**Covid19: casos notificados semanalmente pela Região da OMS, e mortes globais
Situação for Região**



G77, MNA e Cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Regina Ungerer

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

Existem algumas definições de Cooperação Sul-Sul, mas o UNOSSC, a define como uma troca de conhecimentos e recursos político, econômico, social, cultural, ambiental ou técnico entre países em desenvolvimento. Pode ocorrer em uma base bilateral, regional, sub-regional ou inter-regional e pode envolver dois ou mais países em desenvolvimento.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Dois destaques do UNOSSC nesta quinzena

Primeiro destaque



Desenvolvimento Populacional (ICPD) e Agenda 2030”

No dia 22 de novembro de 2021, foi realizada a segunda sessão técnica da Conferência Internacional Inter ministerial para discutir “Cooperação triangular pós BAPA+ 40: uma parceria com as partes interessadas para a realização da Cooperação Internacional para o

No evento online participaram 93 pessoas de diversas partes do mundo com exemplos da Ásia à América Latina. Os apresentadores refletiram sobre o tema, expuseram experiências de sucesso e ideias com o intuito de promover o diálogo e criar parcerias voltadas para soluções inovadoras provenientes do Sul Global.

Destaque para a mudança na forma de trabalhar e pensar estabelecida pela pandemia do Covid-19 que exigiu esforços para criar oportunidades de inclusão e inovação favorecendo a Cooperação Triangular, exigindo um aprendizado compartilhado, em que a relação entre os parceiros e beneficiários é crucial.

O evento destacou o potencial e importância da Cooperação Sul-Sul e Triangular para fortalecer instituições e principalmente mecanismos de financiamento sustentável, com discussões reais e ponderadas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Muito se falou sobre replicação de experiências, que nem sempre serão possíveis ou evidentes, devido ao contexto local e aceitação da própria comunidade para a qual estão sendo propostas. Para que sejam melhor aceitas, estas devem ser incorporadas ao design, desde o

início, com contribuições da comunidade local, já que nem todas as experiências bem sucedidas de outros locais, podem ser replicáveis.

Ao se criar parcerias e cooperações, deve-se sempre focar no resultado esperado para que os países possam atingir seus ODS e não deixar ninguém para trás. Neste sentido, é muito importante o diálogo entre parceiros e que as parcerias sejam elas globais, internacionais, nacionais, subnacionais ou locais, possam ser bem sucedidas. Uma questão importante é que os parceiros de desenvolvimento devem poder utilizar indicadores para medir o sucesso e os ODS.

No chat que acompanhou o evento online, vários documentos foram compartilhados e um exemplo importante foi a Cooperação Triangular com a Índia e seu trabalho com organizações da sociedade civil que costumam inovar para preencher as lacunas de desenvolvimento e atender às necessidades de grupos marginalizados e vulneráveis.

Historicamente, a Índia é pioneira na cooperação triangular com projetos que datam da independência da Índia em 1947. Na última década, a cooperação triangular ganhou impulso em nível global e a Índia tem estado à frente disso.

Este é um modelo específico de Cooperação Triangular que está emergindo por meio do qual a Índia e seus parceiros visam alavancar inovações que contribuem para o desenvolvimento doméstico e os pontos fortes do cenário diversificado de organizações da sociedade civil da Índia, ampliando a cooperação bilateral e parcerias por meio de iniciativas triangulares. Especialmente nos países africanos e asiáticos vizinhos, há uma grande demanda para aprender com as inovações e conhecimentos vindos da Índia, visto que são considerados mais fáceis de se adaptar aos contextos locais. Este documento fornece percepções sobre as diferentes maneiras de se engajar na cooperação triangular com a Índia e apresenta oportunidades, bem considera os desafios no aprimoramento da cooperação triangular no futuro com uma ampla gama de OSC e parceiros governamentais.

O documento *“Triangular Co-operation with India: Working with civil society organizations”* pode ser visto [aqui](#).

Segundo destaque



Já começa a circular o anúncio para a *Global South-South Development Expo (GSSD Expo) 2022* que será realizada entre 12 e 14 de setembro de 2022 em Bangkok na Tailândia.

O tema desta décima primeira Expo será: *“Avanços da Cooperação Sul-Sul e Triangular para a Recuperação Sustentável do Covid-19: Rumo a um Futuro Inteligente e Resiliente”*.

Mais informações, conforme estiverem disponíveis.

Grupo do G-77

O Grupo dos 77 (G-77) foi criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento. Atualmente o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O Grupo dos 77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas.

Sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e assim aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 se tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. É importante ressaltar que a China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)⁴, Nairóbi (UNEP)⁵, Paris (UNESCO)⁶, Roma (FAO/IFAD)⁷, Viena (UNIDO)⁸ e Washington ((G-24)⁹.

A República da Guiné assumiu a presidência do G-77 em janeiro de 2021, por um período de um ano.

Entre os dias 11 e 28 de novembro de 2021, o G-77 e a China participaram de 4 reuniões da Assembleia Geral.

New York – 11 de novembro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no item 138 da agenda: Proposta de orçamento programa para 2022. Renovação da mitigação sísmica (*seismic mitigation retrofit*) e projeto de substituição do ciclo de vida (Life-cycle replacement Project) na Comissão Econômica e Social para a Ásia e Pacífico nas Instalações de Bangkok no 5º Comitê durante a 76ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas

No próximo ano, a Comissão Econômica e Social para Ásia e Pacífico (ESCAP) celebrará seu 75º aniversário. O G-77 e a China destacam o papel crucial desta Comissão como a plataforma intergovernamental mais inclusiva na região da Ásia-Pacífico, promovendo a cooperação entre seus 53 Estados membros e 9 membros associados na busca de objetivos econômicos e sociais inclusivos e sustentáveis e o desenvolvimento da região.

Neste sentido o G-77 e a China enfatizam a importância da implementação bem-sucedida e oportuna do projeto de renovação da mitigação sísmica e substituição do ciclo de vida para garantir a continuidade do trabalho da ESCAP em um local de trabalho seguro, resistente a desastres em um local eficiente e amigo do ambiente. Esperamos que o projeto seja concluído com êxito em 2023, de acordo com o cronograma revisado e os recursos aprovados pela Assembleia Geral.

O Grupo destaca a importância da colaboração entre a ESCAP e o país anfitrião, já que é fundamental a experiência local em áreas relacionadas a códigos, normas e procedimentos de construção, segurança e saúde ocupacional e práticas de gestão de construção no contexto local.

⁴ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

⁵ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁶ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁷ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁸ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁹ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Apesar de alguns atrasos, o contrato geral de construção foi finalmente adjudicado. Esperamos que, durante o restante do projeto, a equipe continue a monitorar os desdobramentos relacionados ao Covid-19 e seu impacto potencial nas obras e que todos os esforços sejam feitos para garantir que o projeto seja concluído a tempo até 31 de dezembro de 2023. Destacamos as alterações necessárias no design para garantir a segurança de todos em conformidade com os padrões de saúde e segurança para o Covid-19 e também modificações que incluam o uso eficiente de energia e espaço e contemplem acessibilidade para pessoas com deficiência.

Por último, o G-77 e a China reiteram a importância de uma governança, supervisão, controle interno, eficácia de custos, transparência e responsabilidade eficazes para garantir a conclusão bem-sucedida do projeto e incentiva a a equipe do projeto a trabalhar em estreita colaboração com o Global Asset Management Policy Service (GAMPS) na gestão de risco e no alinhamento com as lições aprendidas de outros projetos da ONU.

New York – 12 de novembro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no item 141 da agenda: Padrão de Conferências no 5º Comitê durante a 76ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas

O G-77 e a China agradecem ao Comitê de Conferências pelo trabalho realizado e qualidade de seus relatórios durante as principais sessões em 2021, garantindo a vitalidade e continuidade do trabalho da ONU, depois de dois anos enfrentando a pandemia do Covid-19.

O Grupo reconhece as iniciativas implementadas ao longo deste último ano para adaptar o trabalho às novas circunstâncias sanitárias, permitindo que a Organização pudesse cumprir com seus mandatos, nestes tempos desafiadores. Embora reconheçamos a utilidade das ferramentas digitais utilizadas até o momento, continuamos preocupados com o fato de que o percentual de reuniões virtuais realizadas até o momento, com interpretação, permanece relativamente baixo. Apelamos para que haja mais esforços para aumentar a disponibilidade destes serviços, cumprindo com a necessidade do multilinguismo, um valor fundamental das Nações Unidas.

O G-77 e a China reconhecem a escassez de liquidez da Organização que gerou o congelamento de contratações, especialmente nos serviços linguísticos. Não obstante, encorajamos o secretariado da ONU a priorizar o recrutamento de profissionais de interpretações, visando a diversificação linguísticas e promovendo a representação geográfica equitativa desses profissionais.

No entanto, o Grupo destaca que, enquanto for necessário, a utilização de plataformas virtuais em processos intergovernamentais, deve-se observar a participação plena e igual de todos os Estados membros, sem discriminação. Deve-se assegurar que os representantes dos Estados membros possam utilizar igualmente as plataformas contratadas pelas Nações Unidas, ainda que sejam utilizadas nas Capitais.

Apoiamos as medidas tomadas para aumentar a acessibilidade das pessoas com deficiência às instalações e serviços de conferências das Nações Unidas em NY e incentivamos que o mesmo seja feito para garantir a acessibilidade de todos os indivíduos em todos os postos de serviço.

Com respeito às instalações de conferências, o Grupo observa que o relatório do Secretário-Geral carece de informações suficientes. O Grupo questiona, especialmente a Comissão Econômica para África, em que renovações das instalações e melhorias tecnológicas são necessárias para garantir que a Comissão mantenha sua capacidade de prover serviços de conferências de ponta.

O Grupo continua preocupado com a deterioração das condições do centro de conferências de Nairóbi, que prejudica seriamente sua capacidade de oferecer serviços de conferências, especialmente para as reuniões regulares dos órgãos das Nações Unidas com sede em Nairóbi.

No dia 26 de março de 2021, o G-77 e a China já haviam se manifestado sobre o estado deteriorado do Centro de Conferências do Escritório das Nações Unidas em Nairobi/Quênia que se encontram em condições de funcionamento, abaixo da média e colocam em risco a implementação real das atividades nesses postos de trabalho. (Cadernos CRIS 6/21)

New York – 16 de novembro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no item 145 da agenda: Sistema comum das Nações Unidas no 5º Comitê durante a 76ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

O G-77 e a China agradecem ao Presidente da Comissão Internacional do Serviço Público (ICSC) por apresentar o relatório anual constante do documento A / 76/30¹⁰ e apoia as recomendações nele contidas.

O Grupo reafirma seu compromisso com um sistema comum e unificado para as Nações Unidas tendo a ICSC um papel fundamental para a regulamentação e coordenação das condições de serviço do sistema comum e unificado, conforme estipulado no artigo 1, parágrafo 1 de seu estatuto. Nossa posição é de que o ICSC tenha um mandato exclusivo para continuar e estabelecer um sistema de multiplicadores de pós-ajuste, de acordo com o artigo 11 do estatuto da Comissão e reafirmado pela resolução 74/255¹¹ da AGNU.

Destacamos o significativo progresso feito por esta Comissão em resposta às resoluções 74/255 e 75/245¹² da AGNU, em relação ao sistema de pós-ajustamento, particularmente em Genebra, através da adoção de novas regras operacionais, o estabelecimento de uma metodologia estatística adequada e, conseqüentemente, o lançamento da nova pesquisa sobre o custo de vida. Espera-se que o resultado proporcione um equilíbrio entre os objetivos de compensação desejáveis concorrentes, incluindo precisão, transparência, simplicidade, consistência e estabilidade da remuneração líquida e previsibilidade de seu ajuste periódico.

No entanto, gostaríamos de destacar a importância do subsídio para educação, incluindo a revisão detalhada da escala móvel e o nível do valor total do internato, conforme solicitado pela Assembleia Geral. O valor revisado do subsídio para a educação conforme

¹⁰ A/76/30 - Report of the International Civil Service Commission for the year 2021 - <https://undocs.org/A/76/30>

¹¹Resolução 74/255 da AGNU – United Nations Commons System - <https://undocs.org/en/A/RES/74/255A-B>

¹² Resolução 75/245 da AGNU – United Nations Commons System <https://undocs.org/en/A/RES/75/245>

apresentado e recomendado no relatório parece mais simplificado, simples e econômico do que o esquema anterior.

A recomendação da Comissão de estender a medida-piloto do subsídio, um valor reduzido de U\$ 15,000 por ano para funcionários com dependentes elegíveis, mas em postos de trabalho classificados com dificuldade E¹³

o subsídio de serviço não familiar no valor de \$ 15.000 por ano para funcionários com dependentes elegíveis em postos de trabalho não familiares em locais classificados com dificuldade E com uma classificação de dificuldade E¹⁴ em vez da opção de manter os dependentes elegíveis no posto de trabalho, carece de aprovação da Assembleia Geral. Esta medida também deve ser estendida aos postos de trabalho da categoria D não designados como não familiares.

O Grupo reconhece o valor de vários grupos de trabalho no desenvolvimento coletivo e construtivo de propostas para a consideração da Comissão, bem como a importância de consultas reforçadas com as partes interessadas na tomada de suas decisões.

Finalmente, o G-77 e a China reconhecem que, embora as políticas e decisões, por vezes complexas da ICSC, responda à Assembleia Geral, estas serão mais sustentáveis e melhor implementadas se contarem com a adesão da Organização e seus funcionários. É, portanto, recomendável que haja mais esforços para melhorar a comunicação com os funcionários e desmistificar as metodologias e práticas da ICSC, permitindo aos funcionários um desempenho melhor e mais harmonioso.

New York – 19 de novembro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no item 138 da agenda: Proposta de orçamento-programa para 2022: Pedido de subvenção para o tribunal especial residual de Serra Leoa¹⁵ no 5º Comitê durante a 76ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

O Grupo dos 77 e a China consideram de grande importância o funcionamento adequado das instituições judiciais mandatadas, particularmente o Tribunal Especial Residual para Serra Leoa (RSCSL). A este respeito, o Grupo está atento à preocupante situação financeira do Tribunal.

Por meio de sua resolução 75/253, a AGNU autorizou o Secretário-Geral a firmar compromisso no valor máximo de U\$ 2.537.000 para complementar os recursos financeiros

¹³ Classificação de dificuldade de posto de serviço das Nações Unidas. Cada posto é classificado de acordo com seu nível de dificuldade, variando de E (o nível mais alto de dificuldade) para A (nível aceitável de dificuldade)

¹⁴ Classificação de dificuldade de posto de serviço das Nações Unidas. Cada posto é classificado de acordo com seu nível de dificuldade, variando de E (o nível mais alto de dificuldade) para A (nível aceitável de dificuldade)

¹⁵ O Tribunal Especial Residual para Serra Leoa foi estabelecido por um acordo entre as Nações Unidas e o Governo de Serra Leoa para supervisionar as obrigações legais contínuas do Tribunal Especial para Serra Leoa após seu fechamento em 2013. Incluem proteção de testemunhas e supervisão de sentenças de prisão e gerenciamento dos arquivos SCSL.

voluntários do Tribunal Especial Residual para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

No que se refere à proposta de solicitação de subvenção para 2022, o Grupo acolhe e apoia a proposta do Secretário-Geral do valor total de U\$ 2.919.500. Este valor constitui a base do orçamento das operações Tribunal Especial Residual e que estes recursos irão cobrir as principais funções judiciais e não judiciais, que incluem: a proteção de testemunhas e as vítimas, os processos judiciais e administrativos, o controle da execução das penas, a assistência às autoridades nacionais e a cooperação do Estado, a manutenção de arquivos e a gestão dos tribunais; e a preservação do legado do Tribunal Especial para Serra Leoa e divulgação destinada a aumentar a visibilidade do Tribunal Especial Residual.

O G-77 e a China reconhecem as medidas de eficiência tomadas pelo Tribunal Especial Residual, incluindo o retorno do saldo não gasto e a limitação dos requisitos de viagem, entre outros.

Apesar do apoio dos Estados Membros e dos esforços de arrecadação de fundos realizados pelo Secretário-Geral, dos diretores do Tribunal e do Comitê de Supervisão, o Grupo está bastante preocupado com o futuro financiamento do Tribunal Especial Residual. Desde 2015 que o Tribunal não recebe contribuições voluntárias suficientes para suas atividades e, portanto, conta exclusivamente com as subvenções da Assembleia Geral. A natureza imprevisível das contribuições voluntárias representa sérios desafios à sustentabilidade do trabalho da Corte e à implementação efetiva de seu mandato.

A esse respeito, o G-77 e a China reiteram a necessidade de um mecanismo de financiamento sustentável de longo prazo para o Tribunal.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Atualmente, também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2019 a 2022, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. O Presidente da República do Azerbaijão, Mr. Ilham Aliyev é também o Presidente do Movimento dos Não Alinhados. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Em julho de 2021, ficou acordado que a República do Azerbaijão continuará na presidência do MNA até 2023 quando então a República de Uganda assumirá a presidência do MNA.

Destaque do MNA

Entre 11 e 12 de outubro de 2021, o MNA comemorou seus 60 anos de existência, em Belgrado, na Sérvia.

Vale lembrar que o MNA foi criado em 1961 sob a liderança do líder da ex-Iugoslávia, Josip Broz Tito, quando o mundo se polarizava entre o Oriente e o Ocidente. Com o aparecimento do MNA, Tito se tornou um estadista reconhecido em todo o mundo e o Movimento dos Não Alinhados ficou conhecido como um terceiro bloco durante a Guerra Fria.

Com a morte de Tito em 1980, o MNA foi perdendo sua influência, mas em muito pouco tempo, os países envolvidos no movimento continuaram organizando conferências e cúpulas discutindo temas de interesse para os países e mantiveram-se ativos até hoje.

Em outubro de 2021, o MNA organizou uma Reunião de Alto Nível para comemorar o 60º aniversário do movimento, realizada novamente em Belgrado com a participação de mais de 105 países e 9 Organizações Internacionais.

A última cúpula do MNA foi realizada no Azerbaijão em 2019, quando o país assumiu a secretaria geral do movimento. A próxima cúpula do MNA está agendada para ser realizada em Uganda em 2023, quando o país assumirá a presidência do movimento.

G20, Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Pedro Burger, Júlia Abbud Ribeiro e Thaiany Medeiros Cury

A presidência Italiana em números

Fonte: <https://www.g20.org/the-italian-g20-presidency-in-figures.html>

A presidência Italiana do G20 termina no dia 30 de novembro, passando o bastão para a Indonésia, que liderará o fórum multilateral das principais economias do mundo no próximo ano.

Tendo suas três prioridades, sendo elas o Povo, Planeta e a Prosperidade, como marco da sua presidência, o governo italiano desde que assumiu a presidência do G20, coordenou 175 eventos, 20 reuniões ministeriais, 2 reuniões especiais dos líderes do G20, uma sobre Saúde Global e outra sobre o Afeganistão, 6 reuniões dos *Sherpas*¹⁶, 62 Grupos de Trabalho e 60 reuniões da Trilha das Finanças, bem como outras várias iniciativas dos 8 Grupos de Engajamento. Mais de 5.000 delegados e 2.500 representantes da mídia participaram dos eventos. As atividades da Presidência foram reportadas por mais de 1.000 posts nos canais oficiais das mídias sociais e gerou mais de 3,5 milhões de posts e artigos relacionados ao G20. Por fim, 10 declarações e *communiqués* foram aprovados.

As expectativas sobre a nova presidência indonésia do G20 em 2022: o impacto regional

Fonte: <https://www.globalgovernanceproject.org/all-eyes-turn-to-indonesia-as-it-takes-on-the-2022-g20-presidency/>

Caitlin Byrne é diretora do Griffith Asia Institute na Griffith University em Queensland, Austrália. Sua pesquisa é voltada para a política externa e diplomacia australiana, com especial atenção ao engajamento do país na região Ásia-Pacífico. Neste artigo, Byrne avalia as expectativas da nova presidência do G20 para o próximo ano, a ser ocupada pela Indonésia. Uma das prioridades do governo indonésio para o fórum multilateral é a promoção do crescimento inclusivo, demonstrando o crescimento da influência política do país e almejando trazer atenção global para as necessidades da região (BYRNE, 2021).

Os temas relativos à recuperação econômica pós-pandêmica não sairão da agenda em um futuro próximo. Especialmente após a variante Delta, a recuperação econômica da região pacífico-asiática, de acordo com a previsão do Banco Mundial, será lenta e desigual, com o aumento da pobreza das famílias e desigualdade. Entretanto, a autora acredita que apesar disso a recuperação global, a longo prazo, será liderada por economias da Ásia.

Desde 2009, os líderes do G20 se encontraram quatro vezes na região pacífico-asiática, sendo elas: Seul (2010), Brisbane (2014), China (2016) e Japão (2019). A Indonésia, sendo o único país do sudeste asiático membro do G20, pode vir a dar ênfase em questões chaves para economias locais emergentes, especialmente para as partes da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), que mantém um forte interesse na agenda do fórum e vem participando como convidados da cúpula do G20. (BYRNE, 2021). A autora destaca, ainda, o sólido estabelecimento da Indonésia como um país gerador de impacto regional, assumindo a ASEAN no ano seguinte ao G20, em 2023.

¹⁶ *Sherpa* é um funcionário público ou diplomata que providencia trabalhos preparatórios antes de uma conferência de cúpula.

A prioridade da presidência indonésia será pautada no tema “Recuperar juntos, recuperar mais fortes” reforçando o objetivo da recuperação global da pandemia de Covid-19. Com a agenda de “dividendos triplos”, a Indonésia fará pressão para uma maximização dos investimentos em saúde e desenvolvimento econômico sustentável a nível local, regional e global. Além disso, será dada atenção especial aos interesses dos arquipélagos e pequenos estados insulares, bem como grupos vulneráveis. Temas como empoderamento da mulher, economia digital inclusiva, soluções de baixa emissão de carbono para atrair financiamento climático, engajamento dos jovens e empregos também serão valorizados, sendo os grupos de engajamento do G20 importantes nesse processo (BYRNE, 2021).

Ainda, a autora reforçou a liderança estratégica da Indonésia num mundo de intensa competição entre China e EUA. Membros do Quad (Diálogo de Segurança Quadrilateral), Austrália, Japão, Índia e Estados Unidos, diante disso, podem exercer pressão sobre a presidência indonésia para desempenhar algum controle sobre a China. No entanto, Joko Widodo, não demonstrou interesse pelas estratégias do Quad, objetivando fortalecer a liderança política doméstica para trazer resultados econômicos fortes no nível global, buscando cooperação entre os líderes em busca de estratégias coletivas para uma recuperação econômica (BYRNE, 2021). O objetivo, em suma, é investir em capital diplomático para garantir que a Indonésia alcance o desenvolvimento de economias pacífico-asiáticas e seu papel de liderança na região.

Após a reunião de Cúpula do G20, onde os líderes se comprometeram com a vacinação de 70% da população mundial, até meados de 2022, a imagem que vem sendo passada é de inconsistência. A mídia brasileira vem afirmando que reuniões do G20 foram insuficientes e ligam o surgimento da nova variante de coronavírus, Ômicron, a essa falha, após somente 3% da população em geral no continente africano ser vacinada, demonstrando a inação perante países mais vulneráveis.

<https://noticias.r7.com/internacional/lideres-do-g20-se-comprometem-a-vacinar-70-da-populacao-mundial-30102021>

<https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2021/11/01/avancos-timidos-no-g20-esvaziam-expectativas-para-a-cop-26.ghtml>

29/11/2021 – Ministros da Saúde do G7 reuniram-se em caráter de urgência para discutir impactos da nova variante ômicron.

Após alerta da OMS sobre um risco muito elevado para o planeta, e as dúvidas sobre as formas e velocidade de contágio, além da possibilidade de resistência à vacina da nova variante, Ministros da Saúde do G7 reuniram-se em Londres, em caráter de urgência, para discutir medidas para frear a variante ômicron. Em consequência da notificação da nova variante pela África do Sul, o Japão já fechou suas fronteiras a todos os visitantes estrangeiros, enquanto países como Estados Unidos, Reino Unido, Indonésia, Arábia Saudita, Kuwait e Holanda fecharam suas fronteiras para viajantes provenientes da África do Sul. No Brasil, o governo já proibiu voos de 6 países africanos: África do Sul, Botsuana, Eswatini, Lesoto, Namíbia e Zimbábue. Após reunião do G7 e relatos de novos casos, a Anvisa estuda recomendar o fechamento da fronteira aérea com mais países devido ao cenário global de transmissão da nova variante.

[OMS: ômicron representa risco elevado, mas há dúvidas sobre o potencial de danos que a variante pode causar | Mundo | G1 \(globo.com\)](#)

<https://www12.senado.leg.br/radio/1/conexao-senado/2021/11/29/g7-se-reune-para-tratar-da-variante-omicron-surgida-na-africa>

<https://noticias.r7.com/internacional/japao-fecha-fronteiras-e-g7-convoca-reuniao-sobre-variante-omicron-29112021>

<https://www.poder360.com.br/coronavirus/governo-proibe-voos-de-6-paises-africanos-ao-brasil-por-variante-omicron/>

Evento

30/11/2011 – Evento do T20 para o Handover: “From Italy to Indonesia: T20 Contribution to G20 Recovery Initiatives”.

<https://www.t20italy.org/2021/11/23/t20-handover-event-from-italy-to-indonesia-t20-contribution-to-g20-recovery-initiatives/>

OCDE, Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Pedro Burger e Vinicius Roland

O Relatório *Health at a Glance 2021* compara indicadores-chave sobre saúde de populações e o funcionamento de sistemas de saúde em todos os membros da OCDE e em algumas economias emergentes. A publicação contempla as situações sanitárias nacionais, os fatores de risco para a saúde pública, o acesso e a qualidade do auxílio, além dos recursos disponíveis. Este ano, o relatório destaca os efeitos diretos e indiretos da pandemia de Covid-19. Os capítulos estão divididos da seguinte forma:

- Capítulo 1. Contém um panorama dos indicadores e dashboards da situação de cada país. Nessa parte, a OCDE inclui e compara a situação sanitária e a capacidade de resposta dos países.
- Capítulo 2. Trata do impacto da COVID-19, abordando os efeitos diretos e indiretos da doença. O efeito estrutural das vacinas, as desigualdades de imunização entre subgrupos nacionais e os desafios da redução da eficácia dos imunizantes também são contemplados neste capítulo.
- Capítulo 3. Os indicadores de saúde nacionais são retomados, abordando especificamente 1) número de mortes evitáveis; 2) mortalidade por doenças circulatórias; 3) incidência de câncer e mortalidade; 4) condições crônicas; 5) saúde infante juvenil; 6) saúde mental; 7) autoavaliação de saúde.
- Capítulo 4. Aborda os fatores de risco para saúde como uso de drogas e álcool.
- Capítulo 5. Considera a disponibilidade e acesso aos serviços de saúde. Nota-se que a OCDE traz dados sobre o número de leitos e a taxa de ocupação.
- Capítulo 6. Apresenta a qualidade e os resultados dos serviços de saúde. O capítulo particulariza a análise, contemplando doenças específicas como diabetes.
- Capítulo 7. Neste capítulo, os gastos com saúde são analisados.
- Capítulo 8. Contempla a situação dos funcionários e funcionárias da área de saúde. O número de profissionais é analisado considerando idade, país e gênero. Também são apresentadas as remunerações e a migração internacional desses profissionais.
- Capítulo 9. Traz dados sobre o setor farmacêutico, incluindo sobre genéricos.
- Capítulo 10. Este capítulo contempla a saúde durante o processo de envelhecimento.

Fonte: OECD (2021), *Health at a Glance 2021: OECD Indicators*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/ae3016b9-en>.

A OCDE irá publicar seu relatório de prospecção econômica (*World Economic Outlook*, em inglês) para 2021 em primeiro de dezembro deste ano. A conferência de imprensa sobre o relatório será às 7:00 h (horário de Brasília) e pode ser acessada em https://oecd.tv/webtv-solution.com/c5a7e7963db5a45a5cc5962c7cca98ed/or/hybrid_press_conference_economic_outlook.html. O resumo do relatório estará disponível neste link, em inglês, francês e espanhol: <http://www.oecd.org/economic-outlook/>.

Fonte: OCDE. OECD to release Economic Outlook on Wednesday 1 December 2021. *In*: OECD to release Economic Outlook on Wednesday 1 December 2021. [S. l.], 24 nov. 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/oecd-to-release-economic-outlook-on-wednesday-1-december-2021.htm>. Acesso em: 29 nov. 2021.

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

BID e Banco de Desenvolvimento do Caribe juntos a favor da Resiliência Climática

BID aprovou um empréstimo de crédito global de US\$ 50 milhões (GCL) ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (CDB) para um programa que visa aumentar a resiliência de seus países membros elegíveis da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) a desastres e mudanças climáticas.

O programa aumentará a resiliência de desastres da infraestrutura e promoverá o crescimento resiliente a desastres para micro, pequenas e médias empresas (MSMEs). O CDB emprestará os recursos para financiar países membros elegíveis da OECS: Antígua e Barbuda, Comunidade de Dominica, Granada, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia e São Vicente, e Granadinas.

A iniciativa identificará os riscos críticos de desastres e mudanças climáticas para estradas e sistemas de água e saneamento e projetará uma combinação de medidas para reduzir a vulnerabilidade desses sistemas, contribuindo para sua resiliência e garantindo a continuidade de serviços essenciais durante emergências.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/caribbean-development-bank-enhance-climate-resilience-caribbean-idb-support>

BID visita Espanha para incentivar investimentos na América Latina e Caribe

O presidente do BID, Mauricio Claver-Carone e membros de sua equipe executiva concluíram uma visita a Madri para incentivar um maior investimento na América Latina e no Caribe para impulsionar a recuperação pós-pandemia da região. O principal objetivo da missão foi fortalecer o comércio internacional e atrair financiamentos e negócios que acelerem a transformação digital da região e contribuam para seu crescimento sustentável e inclusivo.

Na Conferência Técnica Multilateral, atividade central da visita, o Grupo BID apresentou sua *Visão 2025 - Reinvest in the Americas*, um modelo para estimular a recuperação e uma década de novas oportunidades na América Latina e no Caribe. A Conferência, organizada pela ICEX, principal organização do país para a internacionalização e investimento estrangeiro direto de empresas espanholas, contou com a participação de empresas líderes interessadas em ampliar as relações comerciais com a região.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-visits-spain-encourage-investment-latin-america-and-caribbean>

Iniciativa bilateral para combater a pandemia

O BID aprovou um financiamento de 400 milhões de dólares em um programa para mitigar o impacto de desastres naturais e emergências de saúde nas finanças públicas da **Guatemala**.

A operação foi aprovada no âmbito do *Centro de Crédito Contingente para Desastres Naturais e Emergências em Saúde Pública* (CCF), um instrumento inovador que reforça a

resiliência financeira dos países membros e aumenta o financiamento climático do Banco para a América Latina e o Caribe.

A **Guatemala** é um país com alta exposição a eventos naturais e riscos à saúde pública. À medida que os efeitos das mudanças climáticas se intensificam, espera-se que a frequência de eventos como inundações e secas aumente. O projeto ajudará o país a construir sua resiliência financeira e capacidade de resposta, aumentando a disponibilidade de financiamento de contingência eficiente e de acesso rápido para cobrir despesas públicas extraordinárias voltadas para populações afetadas por desastres naturais e emergências em saúde pública.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/guatemala-tackle-natural-disasters-health-emergencies-idb-support>

Banco Mundial

Iniciativas bilaterais para combater a pandemia

O BM aprovou US\$ 19 milhões em apoio à recuperação contínua da **Tonga** após os impactos da COVID-19.

O país está enfrentando uma fase de recuperação econômica após o início da pandemia COVID-19 – que impactou severamente os setores de turismo e construção de **Tonga** – bem como o ciclone tropical de categoria 4 Harold, que causou danos e perdas de mais de 12% do Produto Interno Bruto (PIB) total de **Tonga**.

A Operação Tonga segue a política de desenvolvimento de resiliência com uma opção de rebaixamento diferida por catástrofes, que se baseia no apoio anterior que se concentrou na redução das consequências econômicas dos dois grandes choques, fortalecerá a resiliência fiscal, climática e social da Tonga, inclusive por meio do apoio à gestão da dívida de **Tonga** – através da aprovação da Estratégia de Dívida de Médio Prazo do país, 2021 – 2025. Esse financiamento também ajudará a reduzir a vulnerabilidade que existe no país às mudanças climáticas e aos riscos naturais, através do apoio a uma legislação atualizada de gerenciamento de riscos de desastres e à política de financiamento de riscos de desastres.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/11/24/support-for-post-pandemic-recovery-resilience-and-jobs-in-tonga>

O BM aprovou uma nova linha de crédito contingente para ajudar a fortalecer a capacidade institucional e financeira das **Filipinas** de gerenciar riscos contra mudanças climáticas, desastres naturais e surtos de doenças.

Esta nova operação de empréstimos apoia os esforços contínuos do governo para fortalecer as políticas e o planejamento de resposta a desastres e recuperação. Isso inclui a integração do uso de planos de reabilitação e recuperação de desastres pré-aprovados para acelerar o acesso ao financiamento do governo nacional para recuperação pós-desastre.

Após desastres, trabalhadores qualificados em áreas como construção, soldagem, instalação e manutenção elétrica, colocação de tubulações, operação de equipamentos pesados e produção de alimentos são cruciais para reconstrução e reconstrução. Parte do programa apoiará o fortalecimento da entrega de treinamentos técnicos e vocacionais de base comunitária.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/11/17/wb-approves-credit-line-for-managing-risks-from-climate-change-natural-disasters-and-disease-outbreaks>

Fundo Monetário Internacional – FMI

África Subsaariana e a Vacinação

Segundo os dados do FMI, a África Subsaariana está perdendo a corrida para vacinar sua população contra a COVID-19. Desde 15 de novembro, apenas cerca de 4% da população da África subsaariana foi totalmente vacinada, contra apenas 1% há três meses. Levou entre 27 e 56 dias para alcançar o mesmo marco em economias avançadas e outros mercados emergentes e economias em desenvolvimento, respectivamente. A meta da Organização Mundial da Saúde (OMS) de vacinar 10% da população até o final de setembro foi atingida por apenas cinco países africanos subsaarianos. Espera-se que apenas um punhado de países da região atinja uma meta estabelecida pelo FMI, BM, OMS e Organização Mundial do Comércio (OMC) para vacinar 40% da população em todos os países até o final de 2021.

A falta de vacinas pesa na perspectiva de crescimento da região, contribuindo para a perigosa divergência com as economias avançadas. A África Subsaariana deverá ser a região de crescimento mais lento do mundo em 2021, com um caminho permanentemente menor de PIB real que poderia ter consequências duradouras para a estabilidade social e política. Além disso, atrasos contínuos na implantação da vacina deixam a África subsaariana e o resto do mundo expostos a novas cepas mais virulentas do vírus. Assim, é essencial que a comunidade internacional intensifique um esforço conjunto para garantir que o fornecimento global de vacinas seja distribuído de forma rápida e justa.

Disponível em: <https://blogs.imf.org/2021/11/22/in-the-race-to-vaccinate-sub-saharan-africa-continues-to-fall-behind/>

Covid-19 e Suspensão de Direitos de Propriedade Intelectual: Perspectivas em Face da Variante Ômicron

Claudia Chamas

“Apesar das seguidas advertências dos líderes de saúde, nosso fracasso para vacinar as pessoas no mundo em desenvolvimento agora retorna para nos assombrar. Fomos avisados - mas aqui estamos.”¹⁷ (Gordon Brown, ex-primeiro-ministro do Reino Unido)

A Variante Ômicron

Durante a pandemia viral, o surgimento de variantes não é um fato inesperado. O vírus se dissemina com facilidade nas populações não protegidas e pode haver mutações nos genes do vírus. Essa evolução faz parte da natureza dos vírus de RNA e, eventualmente, variantes podem afetar a efetividade das vacinas. Nesse contexto, o acesso equitativo às vacinas e outras ferramentas como máscaras e boa informação são partes essenciais da estratégia de combate à pandemia. Como alertou David Nabarro, o enviado especial da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre Covid, “Agora esta é uma doença fundamentalmente de pessoas e nações pobres”¹⁸.

Em 24 de novembro de 2021, a África do Sul relatou à OMS a existência da variante B.1.1.529 – denominada Ômicron¹⁹, considerada uma “variante de preocupação”²⁰, pois contém um grande número de mutações²¹. A detecção da variante, que ocorreu por meio de amostra coletada em 9 de novembro de 2021, foi acompanhada de aumento significativo de casos em Gauteng. A variante já foi encontrada na África do Sul, na Alemanha, na Bélgica, em Botswana, em Israel, em Hong Kong e em outros países, causando fortes e imediatas reações, especialmente fechamento de fronteiras por parte de alguns países e especulações quanto a medidas restritivas como retomada do uso obrigatório de máscaras, quarentenas, trabalho de casa e passaportes sanitários. A expectativa é que ocorra rápida transmissão comunitária. O impacto da variante Ômicron na efetividade das vacinas está sendo avaliado²².

O Adiamento da 12ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio

A despeito de inúmeras reuniões do Conselho de TRIPS, não houve saída para o impasse nas negociações em torno da proposta apresentada em outubro de 2020 pela Índia e pela África do Sul sobre a suspensão (*waiver*) dos direitos de propriedade intelectual no escopo da

¹⁷ “Despite the repeated warnings of health leaders, our failure to put vaccines into the arms of people in the developing world is now coming back to haunt us. We were forewarned – and yet here we are.” <https://www.theguardian.com/commentisfree/2021/nov/26/new-covid-variant-rich-countries-hoarding-vaccines> Acesso em 28 de novembro de 2021.

¹⁸ <https://www.theguardian.com/world/2021/nov/16/covid-now-a-pandemic-of-poor-nations-who-envoy-tells-uk-mps> Acesso em 28 de novembro de 2021.

¹⁹ A Organização Mundial da Saúde usa letras gregas para nomear as variantes. A primeira “variante de preocupação”, Alpha, apareceu na Grã-Bretanha no final de 2020, seguida pela Beta na África do Sul.

²⁰ Designada como “variant of concern” após reunião do Technical Advisory Group on SARS-CoV-2 Virus Evolution (TAG-VE), em 26 de novembro de 2021.

²¹ A Ômicron apareceu pela primeira vez em Botswana. Pesquisadores do Botswana Harvard H.I.V. Reference Laboratory em Gaborone sequenciaram genes dos coronavírus e encontraram amostras com compartilhamento de cerca de 50 mutações não encontradas em tal combinação anteriormente. Fonte: <https://www.nytimes.com/2021/11/26/health/omicron-variant-vaccines.html> Acesso em 28 de novembro de 2021.

²² <https://www.who.int/news/item/28-11-2021-update-on-omicron> Acesso em 28 de novembro de 2021.

pandemia da Covid-19²³. Há oposição da União Europeia, do Reino Unido e da Suíça. As apostas se voltaram para a reunião ministerial da OMC. Ngozi Okonjo-Iweala, diretora-geral da OMC se manifestou: “Se tomarmos uma atitude de tudo ou nada, significa que, potencialmente, todos sairemos sem nada.”²⁴

Logo após a descoberta da variante Ômicron – em 26 de novembro de 2021, a Casa Branca publicou o documento “Statement by President Joe Biden on the Ômicron COVID-19 Variant” e, mais uma vez, fez um apelo sobre a proposta de suspensão de direitos de propriedade intelectual: “Peço às nações que se reúnem na próxima semana por ocasião da reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio para que atendam ao desafio dos EUA de suspender as proteções de propriedade intelectual para vacinas contra a COVID, para que essas vacinas possam ser fabricadas globalmente. Apoiei esta posição em abril; esta notícia de hoje reitera a importância de avançarmos rapidamente nesse assunto”²⁵. O comunicado também acentua que “as notícias sobre essa nova variante devem deixar mais claro do que nunca porque essa pandemia não terminará até que tenhamos vacinação em nível global”²⁶.

Em sequência, o governo suíço decretou restrições de viagens e quarentena de dez dias na chegada ao país²⁷, medida válida para todos os cidadãos provenientes da África Austral, de Hong Kong, de Israel e da Bélgica, impedindo a participação de muitos representantes nos encontros presenciais em Genebra. Em face da gravidade da situação, o presidente do Conselho Geral da OMC, Embaixador de Honduras Dacio Castillo, convocou reunião emergencial. O grupo decidiu adiar a 12ª Conferência Ministerial (MC12) da OMC, que estava agendada para ocorrer entre 30 de novembro e 3 de dezembro, em Genebra^{28 29}. Eram esperados cerca de 4.000 ministros e representantes para a conferência³⁰. A OMC propõe que a conferência seja feita presencialmente em março de 2022³¹.

Ngozi Okonjo-Iweala ressaltou que “muitas delegações há muito sustentam que a reunião virtual não oferece o tipo de interação necessária para a realização de negociações

²³ “Waiver from Certain Provisions of the TRIPS Agreement for the Prevention, Containment and Treatment of COVID-19”,
IP/C/W/669.

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwia2baKzLz0AhWvILkGHd6cCckQFnoECA0QAQ&url=https%3A%2F%2Fdocs.wto.org%2Fdoc%2Fpages%2Fpages%2Fdirectdoc.aspx%3Ffilename%3Dq%3A%2FIP%2FC%2FW669.pdf&usg=AOvVaw2dwH_WbY_wmNzAbUDyJzvu Acesso em 28 de novembro de 2021.

²⁴ <https://www.ft.com/content/b9a66140-f031-4ed6-9048-f6029832c511> Acesso em 28 de novembro de 2021.

²⁵ <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/11/26/statement-by-president-joe-biden-on-the-omicron-covid-19-variant/> Acesso em 28 de novembro de 2021.

²⁶ <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/11/26/statement-by-president-joe-biden-on-the-omicron-covid-19-variant/> Acesso em 28 de novembro de 2021.

²⁷ <https://www.bag.admin.ch/bag/de/home/krankheiten/ausbrueche-epidemien-pandemien/aktuelle-ausbrueche-epidemien/novel-cov/empfehlungen-fuer-reisende/quarantaene-einreisende.html> Acesso em 28 de novembro de 2021.

²⁸ https://www.wto.org/english/news_e/news21_e/mc12_26nov21_e.htm Acesso em 28 de novembro de 2021.

²⁹ A Conferência ocorre a cada dois anos e, por causa da pandemia, não ocorre desde 2017. Este é o segundo adiamento da MC12. Inicialmente prevista para acontecer em junho de 2020, em Nur-Sultan, Cazaquistão, o encontro foi transferido para 2021, em Genebra. O Cazaquistão foi escolhido para presidir a reunião e o presidente do país, Kassym-Jomart Tokayev, faria um discurso na cerimônia de abertura da Conferência. Fonte: https://www.wto.org/english/news_e/news21_e/mc12_26nov21_e.htm Acesso em 28 de novembro de 2021.

³⁰ <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-11-26/wto-poised-to-postpone-ministerial-meeting-over-virus-concerns> Acesso em 28 de novembro de 2021.

³¹ <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-11-29/wto-proposes-holding-in-person-ministerial-meeting-in-march> Acesso em 29 de novembro de 2021.

complexas sobre questões politicamente sensíveis³². Enfatizou que a saúde e a segurança de todos os participantes da MC12 são prioridades, embora não seja solução fácil. O Embaixador Castillo reforçou a necessidade de manutenção dos esforços de negociação no ritmo das últimas semanas, objetivando preencher o máximo de lacunas. Ele frisou: “Esta nova variante nos lembra mais uma vez da urgência do trabalho de que estamos encarregados”³³. A suspensão (*waiver*) dos direitos de propriedade intelectual no escopo da pandemia da Covid-19 era um dos principais pontos da pauta. Havia esperança de um desfecho pró-equidade em relação às vacinas e a outros produtos de interesse no enfrentamento à Covid-19, no escopo da proposta apresentada pela Índia e pela África do Sul. A protelação da reunião bianual trouxe frustração aos que esperavam o destravamento da negociação com a presença dos ministros. Em 29 de novembro de 2021, está prevista reunião do Conselho de TRIPS para discutir o caminho a seguir em face do adiamento da MC12³⁴.

Perspectivas

O novo coronavírus segue sua natureza evolutiva e rapidamente se adapta com vista à sua propagação. As sociedades também precisam se adaptar, fortalecendo as parcerias, eliminando a discriminação, banindo o nacionalismo de vacinas e criando soluções de políticas públicas e globais que favoreçam o acesso equitativo. No momento, vários países enfrentam a quarta onda da Covid-19 e, como muitos já disseram, ninguém está seguro até que todos estejam seguros. É apenas uma ilusão pensar que promover a vacinação e outras medidas de saúde em determinada localidade torna o ambiente invulnerável. Basta uma nova variante para elevar a tensão e causar abalos sociais, políticos e econômicos.

É essencial resolver as inequidades de vacinas e outros produtos e de medidas de saúde e privilegiar as melhores evidências científicas. Oxalá os países-membros da OMC reflitam sobre a valiosa lição que a Ômicron oferece. O contexto impõe ágil tomada de decisão para que seja garantido a todos os povos o acesso pleno ao diagnóstico, à vacinação e ao tratamento. Uma pandemia global exige responsabilidade extraordinária. Ainda há tempo para o compartilhamento de tecnologia e a distribuição justa das doses. Ainda há tempo para a solidariedade internacional.

³² “many delegations have long maintained that meeting virtually does not offer the kind of interaction necessary for holding complex negotiations on politically sensitive issues.” Fonte: https://www.wto.org/english/news_e/news21_e/mc12_26nov21_e.htm Acesso em 28 de novembro de 2021.

³³ This new variant reminds us once again of the urgency of the work we are charged with”. Fonte: https://www.wto.org/english/news_e/news21_e/mc12_26nov21_e.htm Acesso em 28 de novembro de 2021.

³⁴ `javascript:openAPopup('https://www.wto.org/library/events/meetings_lightbox_e.htm?Query%3D%40MeetingId%3D201653%26Language%3DEnglish%26bodyCode%3DTRIPSCOM%26meetingIndex%3D610%26meetingID%3D201653%2C'links'%2C720%2C750%2C1)`

Informe BRICS sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Claudia Hoirisch



Qual o futuro dos BRICS? Seminário The BRICS and the financing mechanisms they created. Paulo Nogueira, Robert Wade e Aleksei Mozhin

Os BRICS não são uma aliança política completa e jamais tiveram a pretensão de ser. Representam um mecanismo de cooperação com fins limitados e não devem ser comparados à UE e ao G7, e nem por isso devem ser subestimados.

Existe um grande ceticismo do mundo em relação ao BRICS que começou em 2008, persistiu até 2014 e está ressurgindo agora. O criador do acrônimo BRICS Jim O'Neil tornou-se recentemente um dos maiores pessimistas em relação à formação do grupo. Existe uma tendência da comunidade do Atlântico-Norte (AN) de ir contra o BRICS - e mais especificamente contra a China, pois o grupo constitui o principal desafio para o acesso do AN desde a 2ª GM. Existe uma guerra de informações liderada pelos EUA que afeta a mídia e as universidades no Ocidente e afeta a forma que vemos os BRICS hoje. O acrônimo foi criado em 2001 mas só veio a existir politicamente em 2008, com a iniciativa russa. O ceticismo em relação ao grupo sempre existiu. No Brasil, esta descrença está presente desde a administração Temer e mais recentemente no governo Bolsonaro; cogitou-se até que o Brasil sairia do BRICS, mas na realidade, ele se tornou menos proeminente. Paulo Nogueira Batista Jr não concorda com esse ceticismo, mas reconhece que existem fundamentos. Exemplos disso são o conflito entre os dois maiores países do grupamento, Índia e China; o fato da China estar crescendo demais e ter se tornando demasiadamente importante, acarretando um desequilíbrio no grupo; e a Rússia estar sendo prejudicada pelas sanções econômicas impostas pelo ocidente devido a crise Rússia-Ucrânia e Rússia-Crimeia (2014) e por fim, o Brasil ter perdido o ímpeto na participação do grupo. Esses fatores macropolíticos tiveram impacto negativo na formação do grupo e nos mecanismos de financiamento criados pelo grupo: o Arranjo Contingente de Reservas (ACR) que funciona como um fundo monetário e o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD).

Os problemas políticos mencionados, afetaram os resultados financeiros mas também há que se mencionar os micro fatores. O NBD foi freado pelas más escolhas na administração do Banco: a falta de qualidades pessoais da diretoria foi um fator de grande influência. Os representantes russo e indiano eram fracos, contrastando com o fato de que no FMI, os diretores que representavam esses dois países foram um dos mais fortes da Instituição. Desde o início, o problema no NBD se deu pelo conservadorismo dos presidentes dos bancos centrais dos países, especialmente em relação ao Brasil. Isto explica o porquê o ACR não se desenvolveu tão bem.

Todavia, os fatores que juntaram os países BRICS em 2008 ainda persistem. Os EUA sempre tentam usar os conflitos entre Índia-China a seu favor para isolar a China. Os interesses da China no BRICS têm aumentado com a piora nas relações com o governo Biden. A Rússia por sua vez tem grande interesse nos BRICS e o Brasil depende do resultado das eleições em 2022, onde o país tem grandes chances de recuperar o seu forte papel. A AS continua com fortes

interesses no BRICS porque ele ressalta a sua importância. Embora ainda mantenham a promessa, ainda há muito a ser feito para que os mecanismos de financiamento dos BRICS cumpram os planos e intenções de seus fundadores. Apesar desses pontos fracos, o NBD e o ACR já avançaram em muitos pontos. Exemplo disso é que o NBD aprovou diversos projetos para o combate da Covid-19.

Quanto ao futuro dos BRICS, apesar dos obstáculos inevitáveis e previsíveis, a ação conjunta dos cinco países provavelmente continuará sendo uma característica importante do cenário internacional nas próximas décadas.

Para Wade, precisamos dos BRICS pois o Ocidente é coordenado pelos EUA, reforçado pelo G7 enquanto que ao sul global, falta um corpo corporativo. A estrutura existente do BM e FMI estão configuradas para favorecer o Ocidente, que é quem estabelece as regras.

Para Aleksei Mozhin da Rússia, o nascimento dos BRICS ocorreu mesmo em setembro de 2009, na cúpula do G20 (administração Obama) cujo tema foi a reforma da economia global. Na ocasião, o BRIC pleiteava um aumento de sua representação no FMI de 7%, mas teve que se contentar com 5%. Os quatro representantes do BRIC, cientes de que tudo que falavam individualmente era ignorado no FMI, se reuniram no dia seguinte onde debateram por sete horas uma frase que constava no documento do G20. A partir daí, concluíram que se os quatro chegassem a um acordo conjunto, teriam mais impacto. O aumento de representatividade do BRIC no FMI se mostrou uma vitória extraordinária, pois os governantes ricos achavam que não precisavam mexer na arquitetura financeira. Os BRIC também tinham a intenção de obter um aumento de sua representação no BM em 6%, mas na negociação final, abocanharam 3%. Para Mozhin, o BRICS é um clube onde os membros têm oportunidade de se reunir para trocar pontos de vista, apesar de terem divergências. Na percepção dele, o que mais tem enfraquecido o grupo é o conflito EUA x Rússia e China e o fato do Brasil e Índia terem uma relação mais suave com os EUA. Mas a única chance de cada um dos países que compõe o BRICS não ser ignorado, é permanecerem juntos.

O que o BRICS precisa mudar na sua atuação, para novamente se impor como um grupo influente? (Paulo Nogueira Batista Jr., economista e ex-presidente do FMI, ex-VP do Banco dos BRICS)

Dentro dos BRICS existem três líderes políticos de grande importância e peso: Putin, Xi Jinping e Modi. Os três estão ali, mas como o BRICS se recoloca? Na visão de PNB, falta o Brasil recuperar suas condições de atuação política. Dentro do contexto maior, há um vácuo de liderança no mundo, agravado com a saída da Merkel. Os EUA fizeram uma escolha tão infeliz quanto a nossa, com Trump, e lamentavelmente, Biden não está conseguindo recuperar sua liderança, nem a Europa. Os únicos três grandes líderes no G20, são os três BRICS, mas nenhum desses três grandes tem aceitação internacional suficiente para ocupar esse vácuo e nenhum dos três líderes consegue exercer o papel que o presidente Lula exerceu quando foi presidente, e em menor medida com a Dilma. À época, o Brasil conseguia ser um país independente, crítico da situação internacional, que não entra em choque aberto e profundo com nenhum país. De acordo com Nogueira, Lula é um líder político que deve ser comparado ao Nelson Mandela: um líder muito contestado em seu país, chegando a ser preso, perseguido, mas depois emergiu, despertando confiança na África do Sul e no resto do mundo. É um líder reformista, que não provoca rupturas. O Brasil terá que ser muito seletivo e assertivo. O BRICS no futuro deve ser visto como no passado: não como anti-EUA, mas como pró-BRICS e pró-Mundo para os PEDs em geral.

Cientistas de quatro países BRICS estão realizando sequenciamento genômico e modelagem matemática sobre a pandemia de Cov-19

Cientistas indianos, chineses, russos e brasileiros estão realizando sequenciamento genômico do SARS-CoV-2 e estudos sobre a epidemiologia e modelagem matemática da pandemia de COVID-19. Isso ajudará a rastrear mutações genéticas, recombinações, bem como a distribuição do vírus e fazer projeções sobre o futuro de sua disseminação. O sequenciamento genômico é necessário para identificação de mutações genéticas e recombinações do vírus, enquanto estudos epidemiológicos podem ajudar a avaliar sua distribuição. A modelagem matemática é necessária para avaliar sua futura disseminação.

Tendo isso em mente, o plano de pesquisa foi feito incluindo a experiência de cientistas e engenheiros de diversas origens. Um consórcio composto pelo Dr Ch Sasikala do Centre for Environment, Institute of Science and Technology, Jawaharlal Nehru Technological University Hyderabad, Yuhua Xin, do Engineer Institute of Microbiology, Chinese Academy of Sciences, Beijing, China, Ivan Sobolev, do Federal Research Center of Fundamental and Translational Medicine, Timakova, Russia, Dra. Marilda Siqueira, do Laboratório de Vírus Respiratórios e do Sarampo, IOC, Fiocruz/RJ, Brasil realizarão diferentes braços deste Projeto de P&D Multilateral do BRICS.

O plano de pesquisa colaborativa foi desenvolvido considerando os pontos fortes de colaboradores internacionais do Instituto de Microbiologia da Academia Chinesa de Ciências da China, Centro Federal de Pesquisa em Medicina Fundamental e Translacional da Rússia e Laboratório de Vírus Respiratórios e Sarampo, do IOC/MS do Brasil. O estudo fornecerá uma plataforma comum para compartilhar e analisar os dados de quatro países diferentes e entender as rotas de disseminação e dinâmica de transmissão do vírus.

Resposta da Organização dos Estados Americanos (OEA) em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Luana Bermudez

A Assembleia Geral da OEA, que foi realizada nos dias 10 a 12 de novembro aprovou uma resolução sobre a situação da Nicarágua, na qual estabelece que o Conselho Permanente deve fazer uma avaliação coletiva e apresentar os resultados até o dia 30 de novembro. Neste sentido, o Conselho se reuniu no dia 29 de novembro para realizar dita avaliação e contou com a presença do Sr. Alberto Brunori, representante regional para a América Central e o Caribe do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos; da Comissária Antonia Urrejola, Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH); do Dr. Daniel Zovatto, Diretor para a América Latina e o Caribe do Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (International IDEA); e do Sr. Luis Almagro, Secretário-Geral da OEA.

Antes de iniciar a discussão, o Ministro de Relações Exteriores da Nicarágua, Embaixador Denis Moncada, pediu a palavra e reiterou a decisão do Presidente Ortega, anunciada no dia 19 de novembro, de se desvincular da organização e denunciar a carta da OEA, já que a mesma estava interferindo em assuntos internos do país. Moncada afirmou ainda que a OEA nasceu por influência dos Estados Unidos como um instrumento de ingerência, intervenção e manutenção de hegemonia nos países da América Latina e do Caribe, e que o organismo estava perpetuando uma campanha de mentiras e agressão com medidas unilaterais absurdas.

Os convidados manifestaram sua profunda preocupação com o deterioro progressivo da situação de direitos humanos e a crise social instalada no país. Destacaram graves violações de direitos humanos e restrições indevidas a liberdade de expressão, como o fechamento de espaços democráticos, o anulamento da personalidade jurídica de partidos de oposição e de dezenas de organizações da sociedade civil, o fechamento de meios de comunicação, a detenção de jornalistas e ativistas, a proibição da imprensa internacional de entrar no país, além da morte de centenas de pessoas e a migração forçada de milhares de nicaraguenses. Urrejola recordou o relatório publicado pela CIDH dias antes das eleições na Nicarágua denominado “Concentração de Poder e Enfraquecimento do Estado de Direito”, onde denuncia a concentração de poder no executivo e o estado de exceção no país. Mencionou também a resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 22 de novembro, que considera a posição assumida pela Nicarágua como um ato de desacato às decisões do Tribunal, contrário ao princípio internacional que impõe aos Estados o dever de cumprir de boa fé as obrigações do tratado.

Brunori, em sua posição de representante da Alta Comissária de Direitos Humanos da ONU, Michelle Bachelet, reiterou o chamado da mesma para o estabelecimento do estado de direito na Nicarágua, a liberação de todas as pessoas detidas arbitrariamente, a reinstauração dos partidos políticos dissolvidos, a cessação de toda intimidação contra ativistas e jornalistas e o alinhamento de toda legislação que atualmente restringe indevidamente os espaços cívicos com as normas internacionais de direitos humanos.

Já Zovatto destacou a declaração conjunta publicada pela IDEA com a assinatura de 4 ex-presidentes da região, incluindo Fernando Henrique Cardoso, denunciando a falta de legitimidade das eleições da Nicarágua. Ele defendeu a necessidade de agir com firmeza, aumentar a pressão internacional, inclusive com a imposição de sanções políticas e econômicas

e solicitando as instituições financeiras internacionais que suspendam os desembolsos dos créditos em andamento.

E Almagro destacou que o processo eleitoral da Nicarágua não cumpriu os princípios fundamentais da democracia e as eleições não foram justas, livres e nem baseadas no sufrágio universal. Defendeu também que não é possível falar de ingerência e intervencionismo, já que, de acordo com a Corte Interamericana, o exercício efetivo da democracia nos Estados americanos constitui uma obrigação jurídica internacional e os mesmos consentiram que dito exercício deixou de ser unicamente um assunto de jurisdição doméstica, interna ou exclusiva.

Foi consenso entre os participantes a importância do estabelecimento de um diálogo amplo, genuíno, participativo e transparente, e da implementação de reformas eleitorais para o equilíbrio democrático no país.

Se pronunciaram também as delegações de 15 países membros.⁽³⁵⁾ Destes, a grande maioria demonstrou preocupação com a situação do país, lamentou a decisão adotada pelo governo da Nicarágua de denunciar a carta da OEA e defendeu a importância de um diálogo genuíno e inclusivo de todas as partes afetadas e a celebração de novas eleições. O representante do Brasil reiterou que a organização não pode se omitir em relação as graves violações de direitos humanos e da privação das liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos nicaraguenses, e o representante de Antigua e Barbuda destacou que o processo de avaliação coletiva não é uma intervenção nos assuntos internos, mas a defesa dos princípios da Carta Democrática Interamericana.

Já os representantes de São Vicente e Grenadinas, México e Bolívia, não concordam com a interferência na política interna dos Estados e acreditam que os desafios democráticos da Nicarágua devem ser enfrentados por eles mesmos. Porém, defendem a importância do diálogo político.

Já o representante da Argentina, concorda com todos os problemas em relação à situação da Nicarágua, porém ressalta que a OEA não foi eficaz na defesa da democracia na região e que não tem atuado com parcialidade. Além disso, defende também a importância da priorização do diálogo e não está de acordo com a aplicação de sanções e medidas unilaterais que só prejudicam mais a população afetada.

Por fim, o representante da Nicarágua se manifestou novamente negando os dados apresentados nos relatórios dos participantes, afirmando que são baseados em falsidades e destacando a necessidade de cumprir os princípios de independência, soberania e autodeterminação nacional.

<https://www.youtube.com/watch?v=9IKEY1FSWwM>

https://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/2021_Nicaragua-ES.pdf

https://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/chamorro_se_05.pdf

<https://www.idea.int/es/news-media/news/es/declaracion-impidamos-ortega-consolidar-su-dictadura>

³⁵ Uruguai, Equador, República Dominicana, Paraguai, São Vicente e Granadinas, Canadá, Venezuela, Colômbia, Estados Unidos, Costa Rica, Brasil, Chile, México, Bolívia e Argentina.

Antes da reunião do Conselho Permanente, a CIDH já havia feito alguns pronunciamentos sobre a situação da Nicarágua. No dia 15 de novembro, a comissão anunciou a atualização do registro de vítimas fatais no contexto da crise de direitos humanos na Nicarágua que começou em abril de 2018. Inicialmente o relatório da Comissão apontava 212 óbitos e agora constam 355 vítimas durante as repressões a protestos sociais no país.

No dia 17 de novembro, a CIDH e a Relatoria Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (REDESCA) publicaram uma nota expressando preocupação com a falta de informações sobre a pandemia por parte das autoridades nicaraguenses e com a ausência de uma resposta de saúde pública com foco na adoção de medidas preventivas e eficazes contra a disseminação do SARS-COV-2. Além disso também demonstram preocupação com o índice de vacinação, que se encontra mais baixo que os outros países da região, com cerca de 7% da população com o esquema vacinal completo.

E no dia 20 de novembro, a Comissão também publicou uma nota lamentando a decisão do governo nicaraguense de denunciar a Carta da OEA, fazendo um chamado ao país para que reconsidere sua decisão e convidado os países membros e os órgãos políticos da OEA a estabelecerem um diálogo.

<https://www.oas.org/pt/CIDH/jsForm/?File=/es/cidh/prensa/comunicados/2021/302.asp>

<https://www.oas.org/es/CIDH/jsForm/?File=/es/cidh/prensa/comunicados/2021/309.asp>

<https://www.oas.org/es/CIDH/jsForm/?File=/es/cidh/prensa/comunicados/2021/312.asp>

América Latina e Caribe em saúde global e diplomacia da saúde

Sebastián Tobar e Miryam Minayo

Segundo os dados do Sistema de Informação GEO-HUB Covid-19 para a região das Américas³⁶, até o dia 29 de novembro de 2021, foram registrados 96.6 milhões de casos positivos e 2,3 milhões de óbitos por Covid-19 nas Américas.

De acordo com a última entrevista coletiva da OPAS, em 24 de novembro, o número de novos casos de Covid-19 aumentou 23% em nossa região. Foram notificados 880.583 novos casos e mais de 15.000 mortes relacionadas.

A maioria dos novos casos concentrou-se na América do Norte, onde tanto os Estados Unidos³⁷ quanto o Canadá relataram um aumento na incidência de Covid-19. No Canadá³⁸, o número de novos casos dobrou ou triplicou na semana passada nos Territórios do Noroeste e Yukon.

Em contraste, na América Central o número de novos casos diminuiu 37%.

Quase todos os países da América do Sul, com exceção do Brasil³⁹, Suriname e Venezuela, estão relatando um aumento na incidência de Covid-19, com os aumentos mais pronunciados na última semana no Equador e Paraguai.

No departamento de Santa Cruz da Bolívia, o número de casos aumentou 400% após as recentes greves e protestos, que também impediram as pessoas de acessar os locais de vacinação e testes. Os principais destinos turísticos da Colômbia, como Bogotá e Medellín, registram um aumento no número de casos e internações, principalmente entre os mais jovens.

No Cone Sul, Chile⁴⁰ e Argentina⁴¹ também registram aumento no número de novos casos.

No Caribe, Trinidad e Tobago está enfrentando sua maior incidência de Covid-19 desde o início da pandemia, e pelo menos cinco de seus hospitais estão operando acima de 80% da capacidade. Um alto número de casos também está sendo relatado em Barbados, nas Ilhas Cayman e na República Dominicana. Segundo a CARPHA, em seu último o Situation Report⁴² (de 22 de novembro), houve um aumento de 0,6% no número de casos confirmados. Foram contabilizadas 27.519 mortes registradas na Região do Caribe. O risco de ocorrência de novos casos no Caribe continua muito alto.

³⁶ <https://paho-covid19-response-who.hub.arcgis.com> . Acesso 29 de novembro de 2021.

³⁷ <https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/index.html>

³⁸ <https://graphics.reuters.com/world-coronavirus-tracker-and-maps/es/countries-and-territories/canada/>

³⁹ <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/boletins-epidemiologicos/numeros-recentes>

⁴⁰ O Chile registra, de acordo com os últimos dados, 1.751.769 pessoas confirmadas com coronavírus, 2.670 a mais que no dia anterior. Nesse momento, a taxa de pacientes confirmados com coronavírus nos últimos 14 dias é de 173,11 por 100.000 habitantes, taxa que podemos considerar bastante moderada em comparação com outros países com pacientes com coronavírus. Neste momento são 38.218 pessoas mortas por coronavírus, no último dia 43 pessoas morreram, um número superior ao do dia anterior. <https://datosmacro.expansion.com/otros/coronavirus/chile>

⁴¹ <https://www.argentina.gob.ar/coronavirus/informes-diarios/reportes/noviembre2021>

⁴² <https://www.carpha.org/What-We-Do/Public-Health/Novel-Coronavirus/CARPHA-Situation-Reports-for-COVID-19>

Em relação a vacinação 568,4 milhões de pessoas nas américas receberam o esquema completo de imunização, com mais de 1.316 milhões de doses administradas⁴³. Embora pareça muito, as inequidades no acesso a vacina persistem: países como Chile (82,52%); Cuba (79,10); Uruguai (75,67%) y Canadá (75,64%) têm alta de cobertura vacinal e alguns até já estão dando uma terceira dose de reforço; outros países como Haiti (0,44%) ; Jamaica (16,44%) e Saint Vicente e Granadinas (19,33%) encontram-se com uma cobertura baixíssima.

Do total das vacinas que foram administradas na região, apenas 70.650.020 de doses foram distribuídas pelo COVAX (5,36%), demonstrando sua ineficácia⁴⁴

DIPLOMACIA DA SAUDE

XLIX Reunião de Ministros do MERCOSUL

Em 19 de novembro, foi realizada a XLIX Reunião de Ministros do MERCOSUL, em de Foz de Iguaçu, com a presença dos Ministros de Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. O Ministro brasileiro, Marcelo Queiroga, na qualidade de presidência pro tempore, destacou que o engajamento e a cooperação entre os países são essenciais para superar as dificuldades em relação ao fornecimento global de insumos de saúde (escassez, qualidade, segurança e custos), ainda mais urgentes diante dos desafios apresentados no contexto da atual pandemia. Informou ainda que mantém constante diálogo com os países do MERCOSUL, bem como outros vizinhos e colocou a Brasil à disposição para cooperar não apenas entre as capitais, mais também entre fronteiras.

As Ministras e Ministros aprovaram os seguintes Acordos e Declaração:

- Acordo N^o5/21: *“Acordo sobre Vigilância, Promoção e Atenção à saúde para a prevenção e controle de doenças não transmissíveis no MERCOSUL.”*
- Acordo N^o6/21: *“Promoção de um Ambiente Escolar Saudável”*
- *“Declaração de Ministros da Saúde do MERCOSUL e do Estado Plurinacional de Bolívia sobre necessidade de expansão da capacidade produtiva regional de medicamentos, imunizantes e tecnologias de saúde”*

Com relação à Declaração, o artigo 5º cria um Comitê *Ad Hoc* que visa a avançar nesta tarefa.

Instituto Social do MERCOSUR lança publicação sobre “Impacto da COVID-19 nas cidades fronteiriças do MERCOSUR: comércio e turismo afetados”

A publicação consta de duas partes e das reflexões finais. Na primeira parte, são analisados os contextos econômicos nacionais durante o início e o decorrer da pandemia de Covid-19. São analisadas as características sociodemográficas das cidades fronteiriças e o funcionamento econômico das cidades fronteiriças.

Na segunda parte, a pandemia Covid-19 é analisada como um elemento desestruturador da subsistência de adolescentes e jovens.

Finalmente nas reflexões finais, se desenvolve uma projeção de cenários para a juventude fronteiriça do MERCOSUL e são formuladas recomendações de políticas multiníveis

⁴³ https://ais.paho.org/imm/IM_DosisAdmin-Vacunacion.asp

⁴⁴ <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjA5ZDAxMmEtYTIjNC00M2I0LWE5MjUtYWQzZGQxNDc4OThhliwidCI6ImU2MTBINzJlLTJlYzAtNGUwZi04YTE0LTFINGIxMDE1MTImNyIsImMiOiR9>

para a recuperação socioeconômica, produtiva e trabalhista dos jovens fronteiriços do MERCOSUL.

A publicação está disponível em: <http://www.ismercosur.org/es/impacto-ciudades-mercosur>

Comemoração dos 50 anos do Organismo Andino de Saúde Convenio Hipólito Unanue

Em comemoração dos 50 anos do ORAS/CONHU impulsiona um conjunto de atividades:

- 30 de novembro: Foro: Plano Andino de Saúde e Mudança Climática: Avances e desafios Link de inscrição: <https://forms.gle/qVxb9zLx8GAUHCeu6>. Acceso libre a través de <https://www.facebook.com/orasconhu> e <https://www.youtube.com/orasconhu>
- 2, 3 y 4 de dezembro: Congresso Internacional de Salud Mental a través do Curso de Vida.: <https://www.orasconhu.org/portal/blog/804>
- 7 de dezembro: *Webinar*: Resultados do estudo: impacto significativos e aprendizados identificados por NNA participantes na experiência de podcasts como estratégia de participação social e digital
- 9 de dezembro: *Webinar*: Dia Internacional dos Direitos Humanos
- 14 de dezembro: *Webinar*: Lançamento: Livro Verde e Livro 50 anos do ORAS-CONHU.
- 15 de dezembro: Foro Internacional Saúde e Economia: Proteção social universal, um objetivo urgente. Acceso libre a través de: <https://www.facebook.com/orasconhu/> y <https://www.youtube.com/orasconhu>
- 16-18 de dezembro: 7a. Jornada Latino-americana de Medicina Centrada nas Pessoas
- No dia 17 de dezembro de 2021, vai ser realizada uma Reunião Extraordinária de Ministros da Saúde da Área Andina. Presencial e com transmissão nas plataformas do ORAS-CONHU.

OTCA: lançamento do Primeiro Atlas de Vulnerabilidade Hidroclimática da Amazônia

Em 30 de novembro, os oito países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) lançarão virtualmente o Primeiro Atlas de Vulnerabilidade Hidroclimática da Região Amazônica.

O Atlas procura entender o território amazônico ameaçado pelas mudanças climáticas. Um dos temas prioritários é analisar a vulnerabilidade de populações, ecossistemas a eventos hidroclimáticos extremos (secas e inundações), entendendo que vulnerabilidade hidroclimática é o grau de fragilidade de um sistema natural e humano na presença de uma ameaça causada por alterações no clima.

O Atlas foi construído em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e ficará disponível na página da OTCA: www.otca.org

PROSUL: Apresentação das iniciativas nacionais e regionais de produção de vacinas⁴⁵

Com a presença de funcionários e importantes autoridades internacionais, foram apresentadas diversas iniciativas nacionais e regionais de produção de vacinas no âmbito do Grupo de Saúde PROSUL.

⁴⁵ <https://foroprosur.org/se-presentaron-iniciativas-nacionales-y-regionales-de-produccion-de-vacunas/>

Foi o Segundo Workshop do Projeto de Escalonamento da Capacidade de Imunização, realizado em 19 de outubro.

Os objetivos da reunião foram apresentar as iniciativas nacionais dos países em torno da produção de vacinas. Além de dar a conhecer algumas iniciativas regionais relacionadas à produção e aquisição de vacinas pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias (CEPI) e o Banco Africano de Importação e Exportação (Afrexim).

Iniciativas nacionais

Em relação às iniciativas nacionais, em primeiro lugar interveio Leonardo Arregocés, Diretor de Medicamentos do Ministério da Saúde da Colômbia. O responsável destacou o avanço da estratégia nacional para o desenvolvimento e produção de vacinas, a preparação de um documento de política pública de segurança sanitária e o estudo para avaliar as capacidades regionais de produção de vacinas.

Já Kleber Barros, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Suprimentos Estratégicos do Brasil, referiu-se às competências e do portfólio de atividades desenvolvidas pela Coordenação Geral do Complexo Industrial da Saúde. Posteriormente, Jacqueline Pinos, oficial da Estratégia Nacional de Imunização do Equador, explicou os antecedentes do projeto que contempla a produção e embalagem da vacina SARS COV-2 e hexavalente.

Como encerramento das apresentações nacionais, Víctor Suárez Moreno, Chefe do Instituto Nacional de Saúde, Ministério da Saúde do Peru, apresentou a iniciativa de priorização para implantação de uma linha de embalagem por transferência de tecnologia, e a proposta belga para a construção da planta vacina por concessão.

Iniciativas regionais

Tomás Pippo, Assessor Regional de Políticas Farmacêuticas e Inovação, da Unidade de Medicamentos e Tecnologias em Saúde do Departamento de Sistemas e Serviços de Saúde da OPAS, compartilhou o andamento do projeto de criação de uma plataforma regional para a produção de vacinas e outras saúde tecnologias para COVID-19 nas Américas.

Por outro lado, Matthew Downham, representante do CEPI, apresentou uma atualização sobre a pesquisa de fabricação de vacinas na região, enfocando as lacunas e oportunidades para a América Latina e o Caribe.

Por último, Gwen Mwaba, executiva da Afrexim, centrou a sua apresentação na iniciativa do Fundo Africano de Aquisição de Vacinas (AVAT) da União Africana e nos desafios que enfrentaram naquele continente para a aquisição de vacinas durante a pandemia COVID-19.

A reunião contou com a presença de autoridades do Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), OPAS, CEPI e o Afrexim.

SEGIB: Chanceleres da Ibero-América concordaram em fortalecer a resposta durante a crise da Covid-19 e eleger Andrés Allamand como novo Secretário-Geral Ibero-Americano⁴⁶

⁴⁶ <https://www.segib.org/wp-content/uploads/NP-Reunion-de-Cancilleres-PT-2.pdf>

No dia 26 de novembro, chanceleres da Ibero-América, reunidos presencialmente em Santo Domingo, elegeram o Ministro das Relações Exteriores do Chile, Andrés Allamand, como novo Secretário-Geral Ibero-Americano. Allamand substituirá a costarriquenha Rebeca Grynspan, que deixou o cargo em setembro.

A I Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Ibero-América caracterizou-se pelo diálogo construtivo e pela busca de consensos, ou que permitiu a eleição de um novo Secretário-Geral.

Durante a reunião, os representantes dos 22 países da região também acordaram uma Declaração à qual apela para o fortalecimento do multilateralismo para articular e pactuar medidas inovadoras destinadas a promover a recuperação da crise da Covid-19.

Na Declaração, acordaram trabalhar juntos em temas chave como:

(1) Vacinas. Exigir que a comunidade internacional promova ações que garantam o acesso universal, oportuno, equitativo e justo à qualidade, restrições e acesso a vacinas, suprimentos médicos, diagnósticos e medicamentos eficazes, para que não prevaleçam lacunas e desigualdades entre os dois países. Promover várias iniciativas multilaterais, bilaterais e nacionais lançadas no México, Argentina, Cuba, Brasil e Chile para pesquisa, desenvolvimento, produção local, embalagem e distribuição de vacinas contra Covid-19.

(2) Financiamento. Promover debates no FMI sobre alternativas para canalizar voluntariamente os Direitos Especiais de Saque (DES) dos países que não os necessitem para os que requeiram, por meio, por exemplo, do novo Fundo Fiduciário para a Resiliência e Sustentabilidade (FFRS). Continuar a debater a política dos sobrecargos do FMI e sua suspensão temporária durante a pandemia.

(3) Propriedade intelectual. Promover, sem prejuízo dos diálogos em curso na Organização Mundial do Comércio (OMC), um debate ibero-americano sobre o impacto dos direitos de propriedade intelectual em saúde pública, com o objetivo de desenvolver, diante da pandemia, propostas flexíveis de alcance global que facilitem o acesso e a distribuição equitativa de tecnologias, medicamentos e vacinas.

(4) Cultura. Apoiar o Sistema e o Fundo Ibero-Americano de Garantias Recíprocas como uma medida que contribuirá para a recuperação do setor cultural e suas indústrias e para a promoção da competitividade e inovação das MPME e dos empreendedores e empreendedoras culturais. Reconhecer 2022 como o Ano Ibero-Americano da Cultura e do Desenvolvimento Sustentável.

(5) Cúpula Ibero-americana de 2024. Os chanceleres aprovaram que, após a República Dominicana, o Equador ostente a Secretaria Pro Tempore da Conferência Ibero-Americana e seja sede da Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

CEPAL: Pelo menos 4.091 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2020 na América Latina e no Caribe, apesar de maior visibilidade e condenação social

Segundo dados do Observatório de Gênero da Comissão Igualdade para a América Latina e o Caribe – que anualmente consolida e atualiza os números de feminicídios e mortes violentas de mulheres por motivos de gênero fornecidos pelos governos, pelo menos 4.091 mulheres foram vítimas em 26 países (17 na América Latina e 9 no Caribe) em 2020, uma redução de 10,6% em relação a 2019, quando 4.576 casos foram notificados,

A CEPAL, em um novo relatório chamado: *A sombra da pandemia: feminicídios ocorridos em 2020 na América Latina e no Caribe*⁴⁷, alertou que o feminicídio como forma extrema e letal de violência de gênero continua afetando milhares de mulheres e meninas todos os anos na América Latina e no Caribe, apesar de sua visibilidade, da resposta do Estado e da pressão massiva dos movimentos de mulheres que têm expressado a sua rejeição à violência de gênero na região.

É importante destacar que o indicador regional é uma aproximação porque ainda não existe uma metodologia comum para gerar estatísticas padronizadas sobre esse crime, explica a CEPAL. Na América Latina, as taxas mais altas de feminicídio são registradas em Honduras (4,7 por 100.000 mulheres), na República Dominicana (2,4 por 100.000 mulheres) e em El Salvador (2,1 por 100.000 mulheres), embora esses três países tenham registrado uma redução em relação a 2019, assim como Bolívia, Brasil, Colômbia, Guatemala, Paraguai, Porto Rico e Uruguai.

Embora os países da região tenham avançado na última década na produção de estatísticas sobre o feminicídio, é necessário fortalecer os sistemas de registro em nível nacional e padronizar as informações, a fim de ter dados melhores para a análise das características do crime em nível nacional, bem como para melhorar a comparabilidade regional e internacional, afirma a CEPAL.

A tolerância social e institucional, a impunidade e a dificuldade de acesso oportuno e de qualidade a serviços de saúde e justiça, entre outros fatores, contribuem para a ocorrência e perpetuação de todas as formas de violência contra a mulher, enfatiza a Comissão.

CEPAL: Décima primeira reunião da Conferência de Estatística das Américas, as autoridades destacaram a importância de consolidar as instituições estatísticas da América Latina e do Caribe.⁴⁸

Durante a inauguração da XI Reunião da Conferência de Estatística das Américas (CEA) da CEPAL, autoridades e representantes dos escritórios de estatística dos países da América Latina e do Caribe reafirmaram hoje a urgência de medir as brechas de gênero e contabilizar a perda de capital natural e bem-estar, e ressaltaram a importância de consolidar as instituições estatísticas para uma recuperação pós pandêmica, que coloca a igualdade e a sustentabilidade no centro.

“As dificuldades que a pandemia nos impôs não impediram que o trabalho colaborativo regional produzisse resultados importantes nestes dois anos. De fato, graças ao empenho e dedicação dos países, o biênio 2020-2021 termina com um total de 10 documentos finalizados, que reúnem recomendações e compilações de boas práticas para fortalecer a produção de estatísticas nas várias áreas temáticas, e que nós disponibilizamos à toda a comunidade estatística regional”, afirmou Alicia Bárcena durante a sua intervenção inaugural. Bárcena acrescentou que a incorporação da perspectiva de gênero é um elemento central do programa de trabalho da Conferência Estatística das Américas e advertiu que “as brechas entre homens e mulheres não devem ser apenas mais um problema. Devemos quebrar o silêncio estatístico sobre a igualdade de gênero”.

⁴⁷ https://www.cepal.org/sites/default/files/infographic/files/21-00793_folleto_la_pandemia_en_la_sombra_web_1.pdf

⁴⁸ <https://www.cepal.org/es/comunicados/paises-la-region-reafirman-urgencia-medir-brechas-genero-contabilizar-la-perdida-capital>

Região Africana na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg

Comunicado do Governo da África do Sul

A África do Sul veio a público lamentar o encerramento de muitas fronteiras aos seus cidadãos e viajantes, argumentando que a detecção da nova variante de Covid-19, Ômicron, "*graças à excelência das equipas científicas do país*", não deveria resultar nesse "*castigo*". O Presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, apelou ao levantamento "*imediato e urgente*" das restrições de viagens a partir da África Austral impostas por vários países, argumentando que falta "*justificação científica*".

O chefe de Estado disse estar "profundamente desapontado" com o fecho "completamente injustificado" das fronteiras e que a medida representa uma forma de "discriminação" contra o seu país e países vizinhos afetados pelas mesmas medidas.

"*Esta última vaga de proibições de viagens equivale a punir a África do Sul por ter sequenciado o genoma e pela capacidade de detectar novas variantes mais rapidamente. A excelência científica deve ser aplaudida, não punida*", disse o Governo sul-africano num comunicado, dois dias depois de ter anunciado a descoberta.

"*Também notamos que há novas variantes detectadas noutros países. Cada um desses casos não tem uma ligação recente com a África Austral. Deve notar-se que a reação a esses países é radicalmente diferente em relação aos casos na África Austral*", afirmou o Ministério dos Negócios Estrangeiros sul-africano, citado pelas agências internacionais de notícias.

O Governo sul-africano destacou que a Organização Mundial da Saúde (OMS) desaconselhou tais medidas para já, a fim de favorecer uma "*abordagem científica baseada no risco*", razão pela qual o executivo sul-africano está "alinhado" com esta posição.

"*Alguns líderes estão a procurar bodes expiatórios para resolver um problema que é global*", ainda de acordo com o Governo sul-africano. A Organização Mundial da Saúde diz o mesmo, mas de forma diferente, voltando a alertar para a necessidade de uma melhor distribuição das vacinas para evitar mutações perigosas, como essa variante detectada na África do Sul, onde a taxa de vacinação é de apenas 25%.

Nesse comunicado, a comunidade internacional é acusada de ter dois pesos e duas medidas na forma como reagiu à detecção da nova variante de covid-19, culpando "*alguns líderes*" de procurar bodes expiatórios para um problema que é global. No mesmo sentido vão as declarações da Organização Mundial da Saúde, que relembra que só se impedirá o surgimento de novas variantes se toda a população mundial estiver vacinada, e não apenas os países mais prósperos.

Uma das outras vozes que se indignou é a da representante da *African Vaccine Delivery Alliance* da União Africana, afirmando que a decisão dos países ricos é desajustada, acusando-os de continuarem a pensar que se uma doença surgir em África basta fechar o continente e "*deitar fora a chave*". Ela alerta que as decisões, neste caso, não devem e não podem ser políticas, mas científicas. E a resposta a esta pandemia que invadiu o mundo e teima em manter-se é a imunização da população, sem deixar ninguém para trás. Numa entrevista à televisão BBC, ela lembra mesmo que a vacina não existiria se a doença tivesse ficado contida no continente africano, sem afetar o resto do mundo

No seu Twitter, o DG da OMS afirmou que o surgimento dessa variante "*prova que temos que acelerar a igualdade da distribuição de vacinas o mais rápido possível e proteger os mais vulneráveis em todos os países.* Ele sublinhou que "*recorda que quanto maior a desigualdade na distribuição das vacinas maior a oportunidade de o vírus ser transmitido, e com isso mudar a sua estrutura*"

Também o Diretor Executivo (CEO) da "GAVI Vaccine Alliance", referiu, em comunicado, que apesar de ainda existir pouco conhecimento sobre a Ômicron, "*o que sabemos é que, embora grandes partes da população mundial não sejam vacinadas, as variantes continuarão a aparecer e a pandemia continuará*" concluindo que "*só impediremos o surgimento de novas variantes se formos capazes de proteger toda a população mundial, não apenas os países mais prósperos*".

Recorde-se que a União Europeia decidiu, depois de uma reunião de emergência do grupo de trabalho que se dedica a dar resposta integrada a crises, restringir temporariamente os voos a partir da África do Sul, Botsuana, Suazilândia, Lesoto, Moçambique, Namíbia e Zimbabué, introduzindo testes, rastreamentos de contatos e quarentenas aos passageiros provenientes da África Austral.

O primeiro país a reagir, mesmo antes de a União Europeia ter tomado qualquer decisão, foi o Reino Unido, que decidiu introduzir novas restrições às viagens de e para seis países africanos, incluindo a África do Sul, devido à crescente preocupação com a mutação do vírus recém-descoberta. Na tarde de sábado, 27 de novembro, juntou também Angola à lista vermelha. Também a Alemanha, a Itália e a Holanda anunciaram logo restrições a viagens de e para a África Austral. E, na noite de sexta-feira, 26 de novembro, chegou a notícia de que Portugal, onde ainda não foi registado nenhum caso desta variante, passa a obrigar os passageiros da África do Sul, Botsuana, Suazilândia, Lesoto, Namíbia e Zimbabué a ficarem em quarentena durante 14 dias. A partir de segunda-feira, 29 de novembro, os voos de e para Moçambique vão ser suspensos.

Entretanto a companhia Qatar Airways já incluiu Angola na lista vermelha, impedindo os voos de e para Luanda. Por sua vez, Angola anunciou este sábado que vai encerrar fronteiras com sete países africanos - África do Sul, Botsuana, Suazilândia, Malawi, Moçambique, Namíbia e Zimbabué - a partir de 01 de dezembro. O objetivo é tentar conter a propagação da nova variante, Ômicron. Mas a Ômicron chegou também à Europa, onde foram já detectados vários casos, dando razão a todas as vozes que se têm levantado para defender uma campanha de vacinação mundial. Sobre a nova variante, os estudos em curso dirão se é mais ou menos letal do que a Delta, que é a que atualmente mais mortes e contágios provoca em todo o mundo, e ainda se se trata efetivamente de uma variante com alta mobilidade.

O outro ponto em interrogação é se se trata de uma variante capaz de iludir as vacinas ou se é susceptível de ser controlada por elas. Os cientistas citados pelas revistas especializadas referem que o facto de surgirem novas variantes por si só não é nada de especial, porque sucede habitualmente, acabando por desaparecer naturalmente quando são de menor transmissibilidade que a ou as dominantes nessa geografia.

<https://novojornal.co.ao/sociedade/interior/covid-19omicron-nao-basta-fechar-o-continente-africano-e-atirar-fora-a-chave---a-resposta-e-a-vacinacao-sem-deixar-ninguem-para-tras-105691.html>

Comunicado do CDC África sobre a nova variante B.1.1.529 (Ômicron)

A 25 de novembro, o Instituto Nacional de Doenças Transmissíveis da África do Sul (NICD - *National Institute for Communicable Diseases*) anunciou a detecção de uma nova variante da SARSCOV-2, após o sequenciamento genômico. Esta variante é atualmente rotulada de B.1.1.529, ou ômicron (alfabeto grego).

O aparecimento desta nova variante coincide com um aumento súbito de casos na província sul-africana de Gauteng nos últimos dias e, conseqüentemente, está a ser acompanhada de perto pelas autoridades sanitárias na África do Sul.

Detalhes da nova variante de B.1.1.529

- ✓ até 25 de novembro, a variante B.1.1.529 tinha sido detectada em 77 amostras recolhidas entre 12-20 de novembro na província de Gauteng na África do Sul, 4 amostras do Botswana e uma amostra em Hong Kong.
- ✓ a variante B.1.1.529 exibe múltiplas mutações através do genoma do vírus, incluindo mais de 30 na região que codifica a proteína S (de *spike*, ou espículo) responsável pela fixação do vírus às células hospedeiras.
- ✓ algumas das mutações foram detectadas em variantes anteriores, tais como Alfa e Delta, e foram associadas a uma maior transmissibilidade e evasão imunológica.
- ✓ muitas das outras mutações identificadas ainda não estão bem caracterizadas e não foram identificadas em outras variantes atualmente em circulação.
- ✓ estão em curso mais pesquisas para determinar o possível impacto destas mutações na capacidade do vírus de transmitir mais eficientemente, de impactar a eficácia da vacina e de escapar à resposta imunológica, e/ou de causar doenças mais graves ou mais brandas.

Recomendações aos Estados-Membros da União Africana e às autoridades sanitárias

- recomenda fortemente a implementação de medidas sociais e de saúde pública (PHSM), incluindo o uso de máscara, distanciamento físico e lavagem das mãos, como cruciais para limitar a transmissão independentemente do aparecimento de novas variantes.
- desencoraja fortemente a imposição da proibição de viajar para pessoas originárias de países que tenham reportado esta variante. De facto, ao longo da duração desta pandemia, observou-se que a imposição de proibições de viagem a viajantes de países onde uma nova variante é reportada não produziu um resultado significativo. Em vez disso, deve ser dada prioridade à implementação de medidas sociais e de saúde pública.
- as vacinas continuam a ser uma ferramenta-chave para prevenir casos graves e mortes.
- As autoridades sanitárias nacionais devem reforçar a implementação de medidas sociais e de saúde pública e acelerar a imunização das populações, dando prioridade aos grupos de alto risco, antes das próximas novas vagas.
- os laboratórios e pesquisadores devem acompanhar de perto a taxa de abandono dos resultados do gene S. A vigilância genômica atempada deve ser reforçada através da coordenação com laboratórios nacionais e regionais de genômica patogénica. O CDC

África, através da Iniciativa Africana de Genômica Patogénica, apoiará esta coordenação a nível continental.

- os Estados-Membros devem notificar imediatamente o CDC África se identificarem qualquer nova variante.
- O CDC África continuará a acompanhar a situação e a fornecer mais orientações aos Estados-Membros e ao público à medida que mais informações se tornem disponíveis sobre essa nova variante.

[https://africacdc.org/news-item/africa-centres-for-disease-control-and-preventions-statement-regarding-the-new-sars-cov-2-virus-variant-b-1-1-529/;](https://africacdc.org/news-item/africa-centres-for-disease-control-and-preventions-statement-regarding-the-new-sars-cov-2-virus-variant-b-1-1-529/)

<https://www.nicd.ac.za/new-covid-19-variant-detected-in-south-africa/>

Comunicado da OMS-AFRO

Com a variante Ômicron agora detectada em várias regiões do mundo, a implementação de proibições de viagens que visam a África ataca a solidariedade global

Como um número crescente de países impõe proibições de voo às nações da África Austral devido a preocupações sobre a nova variante Ômicron, a Organização Mundial de Saúde (OMS) insta os países a seguirem a ciência e o Regulamento Sanitário Internacional (2005).

As restrições de viagem podem desempenhar um papel na ligeira redução da propagação da Covid-19, mas colocam um pesado fardo sobre vidas e meios de subsistência. Se as restrições forem implementadas, não devem ser desnecessariamente invasivas ou intrusivas, e devem ter uma base científica, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional que é um instrumento juridicamente vinculativo de direito internacional reconhecido por mais de 190 nações. Esta semana, as nações irão juntar-se a uma sessão especial da Assembleia Mundial da Saúde, organizada pela OMS para discutir como se preparar coletivamente e responder melhor às pandemias, com base nos seus compromissos com o Regulamento Sanitário Internacional.

A África do Sul seguiu o Regulamento Sanitário Internacional e assim que o seu laboratório nacional identificou a variante Ômicron informou a OMS a 24 de Novembro.

"A rapidez e transparência dos governos da África do Sul e do Botswana em informar o mundo sobre a nova variante é de louvar. A OMS está com os países africanos que tiveram a coragem de partilhar corajosamente informações de saúde pública que salvam vidas, ajudando a proteger o mundo contra a propagação da Covid-19", disse a Dr. Matshidiso Moeti, Diretora Regional da OMS para África. "Nas vésperas de uma sessão especial sobre preparação para pandemias, exorto todos os países a respeitarem as suas obrigações legais e a implementarem ações de saúde pública cientificamente fundamentadas. É essencial que os países que estão abertos com os seus dados sejam apoiados, uma vez que esta é a única forma de garantir que recebemos dados importantes de forma atempada".

Enquanto prosseguem as investigações sobre a variante Ômicron, a OMS recomenda aos países que adotem uma abordagem baseada na ciência e ponham em prática medidas que possam limitar a sua possível propagação. Foram impostas proibições de voo aos países da África Austral, mas até agora apenas dois detectaram a nova variante. Entretanto, países de outras regiões relataram casos de Ômicron. *"Com a variante Ômicron agora detectada em várias regiões do mundo, a implementação de proibições de viagens que visam a África ataca a*

solidariedade global. A Covid-19 explora constantemente as nossas divisões. Só levaremos a melhor sobre o vírus se trabalharmos em conjunto por soluções", disse a Diretora Regional.

A OMS está a aumentar o apoio à sequenciação genômica em África. Os laboratórios de sequenciação devem ter acesso a recursos humanos e reagentes de teste adequados para trabalharem em plena capacidade. A OMS está pronta a apoiar as necessidades adicionais de recursos humanos, bem como a mobilizar fundos e conhecimentos técnicos para reforçar as atividades de resposta da Covid-19, incluindo vigilância, tratamento e prevenção de infecções e o envolvimento da comunidade nos países da África Austral. Além disso, a OMS está a chegar a todos os países da Região para assegurar que recebem os recursos necessários para detectar e preparar-se para potenciais casos de Ômicron.

A OMS está a instar os países a tomarem medidas-chave para redobrar esforços para rastrear a variante Ômicron, incluindo a garantia de que o seu equipamento de teste PCR a possa detectar, aumentando a sua amostragem e sequenciação de amostras de teste Covid-19 em pelo menos o dobro para 150 amostras por semana a partir da média atual de 75, e rever amostras de sequenciação passadas para detectar potenciais sinais de Ômicron.

A OMS AFRO lembra que em setembro de 2020, juntamente com o CDC África, foi lançada uma rede de 12 laboratórios para fortalecer o sequenciamento genômico, tendo a vigilância genômica avançado significativamente desde o início de 2021, com o continente a registar um aumento de cinco vezes o número de genomas sequenciados.

<https://who-africa.africa-newsroom.com/press/who-stands-with-african-nations-and-calls-for-borders-to-remain-open?lang=en>

Outras atividades do CDC África

Governança forte para combater falhas (super-bugs): a resistência antimicrobiana ameaça o desenvolvimento de África

Os líderes de seis organizações regionais em África apelam a uma governação mais forte para combater a resistência antimicrobiana, ou AMR, na véspera da Semana Mundial de Sensibilização Antimicrobiana, celebrada de 18 a 24 de novembro.

A emergência e propagação da resistência antimicrobiana em África - onde microrganismos como bactérias, vírus, fungos e parasitas são resistentes ao tratamento antimicrobiano - está a complicar a gestão de muitas doenças infecciosas, e a pôr em perigo a saúde e o bem-estar animal, e a produção, segurança e proteção alimentar.

A abordagem à RMA requer uma abordagem holística e multissetorial. A Semana Mundial de Sensibilização Antimicrobiana em África tem como objetivo encorajar as melhores práticas entre o público, trabalhadores da saúde, agricultores, profissionais da saúde animal e decisores políticos a fim de prevenir o aparecimento e a propagação de infecções resistentes a drogas em pessoas e animais.

A semana também marca dois anos desde que foi formada uma parceria única de seis organizações regionais para avançar no combate à RMA em África, envolvendo os Parceiros Tripartidos (a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização Mundial de Saúde Animal (criada em 1924 como *Office International des Epizooties/OIE - the World Organisation for Animal Health*), a Organização Mundial de Saúde (OMS), com o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP - *the UN Environment*

Programme), o CDC África e o Escritório Inter-Africano de Recursos Animais da União Africana (AU-IBAR, *the African Union Inter-African Bureau for Animal Resources*).

Os eventos em África durante a Semana Mundial de Sensibilização Antimicrobiana (WAAW 2021 - *World Antimicrobial Awareness Week*) incluem:

Um evento de alto nível na quinta-feira 18 de novembro, incluindo painéis de discussão com representantes das organizações regionais e ministros da saúde humana, animal e ambiental. As seis organizações regionais lançarão também um comunicado apelando a uma maior governança da RMA em África e renovando o seu compromisso de abordar a RMA em conjunto.

Uma série de mesas redondas sobre as principais questões:

Sexta-feira, 19 de novembro: regulamentos e legislação necessários para uma gestão responsável dos riscos da RMA;

Segunda-feira, 22 de novembro: implementação e financiamento de planos de ação nacionais de RMA;

Terça-feira 23 de novembro: lições tiradas da COVID-19: o papel das organizações da sociedade civil e dos organismos profissionais na luta contra a RMA;

Quarta-feira, 24 de novembro: adopção de uma abordagem de saúde única e mecanismos de coordenação multissetorial para a RMA;

Uma conversa no Twitter no domingo 21 de novembro sobre o combate à RMA no contexto africano.

<https://africacdc.org/news-item/stronger-governance-needed-to-fight-superbugs-in-africa-antimicrobial-resistance-threatens-africas-development/>

O CDC África e o Centro de Dinâmica, Economia e Política de Doenças (CDDEP - *the Center for Disease Dynamics, Economics & Policy*) lançaram a primeira edição das *Diretrizes Africanas de Tratamento Antibiótico para Infecções e Síndromes Bacterianas Comuns*.

Os Estados-Membros da União Africana (UA) e os intervenientes em saúde pública identificaram a falta de diretrizes de tratamento clínico desenvolvidas localmente que definam quando tratar infecções e quais os agentes antimicrobianos adequados a utilizar como um obstáculo importante à prestação de cuidados de saúde de qualidade e à atenuação do aparecimento e propagação da resistência antimicrobiana. Com excepção de doenças seleccionadas, como o HIV, a tuberculose e a malária, os prestadores de cuidados de saúde em África têm tradicionalmente tido de utilizar o seu julgamento individual ou confiar em diretrizes desenvolvidas fora de África para orientar o tratamento de doenças infecciosas.

As Diretrizes Africanas de Tratamento Antibiótico para Infecções e Síndromes Bacterianas Comuns visam preencher esta lacuna, fornecendo aos profissionais de saúde em todo o continente recomendações especializadas para a seleção de antimicrobianos, dosagem e duração do tratamento para infecções bacterianas comuns e síndromes entre as populações de doentes pediátricos e adultos. As diretrizes visam também promover a utilização adequada de agentes antimicrobianos para mitigar o aparecimento e propagação de patógenos resistentes aos antimicrobianos.

As diretrizes basearam-se numa revisão das normas nacionais ou diretrizes de tratamento clínico existentes dos Estados-Membros da União Africana e de organizações internacionais, dados AMR disponíveis, e conhecimentos clínicos de médicos, farmacêuticos, e outros profissionais de saúde envolvidos no tratamento de doenças infecciosas em mais de 15 estados membros da UA. As recomendações de tratamento destinam-se a complementar as diretrizes de tratamento clínico nacionais e internacionais existentes, quando disponíveis, e a fornecer um modelo para adaptação local na sua ausência. As diretrizes destinam-se também aos clínicos, enfermeiros, farmacêuticos e demais profissionais envolvidos no tratamento de doenças infecciosas ou na distribuição de antimicrobianos em África.

As diretrizes e guias de referência rápida que as acompanham estão disponíveis em árabe, inglês, francês, português e espanhol nestes links:

- (a) <https://africacdc.org/download/african-antibiotic-treatment-guidelines-for-common-bacterial-infections-and-syndromes-2/>
- (b) <https://africacdc.org/download/african-antibiotic-treatment-guidelines-for-common-bacterial-infections-and-syndromes-recommended-antibiotic-treatments-in-adult-patients/>
- (c) <https://africacdc.org/download/african-antibiotic-treatment-guidelines-for-common-bacterial-infections-and-syndromes-recommended-antibiotic-treatments-in-neonatal-and-pediatric-patients/>

<https://africacdc.org/news-item/africa-cdc-and-cddep-release-african-antibiotic-treatment-guidelines-for-common-bacterial-infections-and-syndromes/>

Parceria entre CDC África e a Fundação Master Card para a compra de vacinas:

A Fundação Mastercard e o CDC África anunciaram conjuntamente que 15,2 milhões de vacinas adquiridas no âmbito da iniciativa “*Saving Lives and Livelihoods*” estão atualmente a ser distribuídas por toda a África. Através dessa iniciativa, a Fundação Mastercard está a comprar vacinas para mais de 65 milhões de pessoas. Esta é a primeira parcela de vacinas a ser distribuída ao abrigo dessa parceria. As vacinas ora adquiridas serão distribuídas nos Estados-Membros pelo Fundo Internacional de emergência para Infância das Nações Unidas (UNICEF – *United Nations International Children’s Emergency Fund*).

Lançada em junho de 2021, a iniciativa é agora uma parceria de 1,5 bilhões de dólares americanos que visa permitir a vacinação de milhões de pessoas, desenvolver uma força de trabalho para o fabrico de vacinas e fortalecer a capacidade do CDC África para supervisionar uma campanha histórica de vacinação e responder eficazmente a futuros surtos.

"A entrega atempada destas vacinas sublinha a eficácia do African Vaccine Acquisition Trust. Trabalhando com o CDC africano e múltiplas organizações, a Fundação Mastercard apoiará o lançamento de vacinas a milhões em todo o continente. Há ainda mais a fazer para aumentar urgentemente as taxas de vacinação. Apelamos aos governos, financiadores, sociedades civis e outros parceiros a darem um passo em frente para salvar vidas e meios de subsistência em África", disse Reeta Roy, Presidente e CEO da Fundação Mastercard.

"Estamos constantemente a ganhar ímpeto no esforço de vacinação continental. Em setembro, a primeira fracção de vacinas adquiridas pelo consórcio africano AVAT (The African Vaccine Acquisition Trust) começou a ser distribuída por 39 Estados-Membros. Agora estamos a

anunciar a entrega de vacinas adquiridas através da iniciativa Salvar Vidas e Meios de Subsistência (the Saving Lives and Livelihoods initiative) com a Fundação Master Card. E estamos a trabalhar arduamente no terreno para conseguir vacinações automáticas, o que é a medida final do sucesso" afirmou por sua vez o Dr. John Nkengasong, Diretor do CDC África.

As vacinas adquiridas ao abrigo da iniciativa com a Master Card, baseiam-se num acordo histórico negociado pelo consórcio AVAT no início deste ano para a compra de 400 milhões de doses da Johnson & Johnson, bem como num acordo mais recente para a compra de 50 milhões de Moderna. A Fundação Mastercard irá financiar a compra de 57 milhões da Johnson & Johnson e está a procurar comprar aproximadamente 17 milhões da Moderna. O mecanismo AVAT foi criado para permitir aos países africanos reunir recursos para a compra direta de vacinas a preços com desconto, possibilitado pelas encomendas por volume.

"Através do AVAT, assegurámos vacinas suficientes para vacinar 450 milhões de pessoas até setembro de 2022. A este respeito, a África cumpriu o seu lado do acordo. Até ao momento, a Fundação Mastercard é a única fundação que se tem intensificado a apoiar a África neste trabalho. Estão a cobrir todos os embarques do AVAT de novembro - e reiteramos a nossa gratidão pelo seu apoio. Esperemos ver outras fundações e corporações apoiarem a entrega local e nacional de vacinas", disse Strive Masiyiwa, Enviado Especial da União Africana.

"Este é um notável esforço de colaboração através do AVAT, no qual o Afreximbank⁴⁹ se orgulha de ter desempenhado o nosso papel. O arranjo para o fornecimento e distribuição de vacinas foi configurado com base numa garantia conferida a 2 bilhões de dólares americanos emitida pelo Afreximbank aos fabricantes de vacinas, com o apoio de parceiros. Através destes esforços combinados, a reabertura do comércio em todo o continente será acelerada", disse o Professor Benedict Oramah, Presidente do Afreximbank.

"As vacinas AVAT, parcialmente fabricadas na África do Sul, são um verdadeiro testemunho de que a produção local e a aquisição conjunta, tal como previsto na Área de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA), são fundamentais para a consecução de uma recuperação económica mais sustentável pós-Covid em todo o continente", disse Vera Songwe, Subsecretária Geral e Secretária Executiva da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA - *United Nations Economic for Africa*).

O lançamento de vacinas no âmbito da iniciativa com a Fundação Master Card será liderado pelo UNICEF, que está a supervisionar a entrega de vacinas para o esforço global do consórcio AVAT. O UNICEF tem uma vasta experiência na distribuição de vacinas, e uma relação consistente e bem estabelecida com os países africanos. Ele também está a apoiar a aquisição de vacinas para a iniciativa e o maior esforço de compra de vacinas AVAT.

"O UNICEF orgulha-se de continuar o nosso apoio à iniciativa desse consórcio para ajudar a vacinar os milhões de pessoas em África que foram deixadas para trás", afirmou a Diretora Executiva do UNICEF, Henrietta Fore. *"Com a nossa longa história de aquisição e distribuição de vacinas em todo o mundo, estamos empenhados em ajudar a reduzir a desigualdade das vacinas e a manter as pessoas seguras"*.

⁴⁹ O Banco Africano de Exportação e Importação (*African Export-Import's Bank*), também conhecido como *Afreximbank*, é uma instituição multilateral de financiamento do comércio panafricano criada em 1993 sob os auspícios do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Ela está sediada no Cairo, no Egito

<https://africacdc.org/news-item/mastercard-foundation-and-africa-cdcs-saving-lives-and-livelihoods-initiative-delivers-first-tranche-of-over-15-million-vaccines/>

Fórum para a cooperação sino-africana (FOCAC)

O Fórum para a Cooperação China-África, reúne-se, desde 2000, de três em três anos, alternadamente na China e em África.

Nesta segunda-feira, 29 de novembro, são de facto presidentes ou líderes das principais organizações internacionais cujos rostos são exibidos no enorme ecrã do Centro Internacional de Conferências *Abdou Diouf* em *Diamniadio*, em Dakar. Embora Macky Sall, o Chefe de Estado do Senegal e anfitrião desse Fórum, seja o único entre os Chefes de Estado fisicamente presente, o seu homólogo chinês Xi Jinping também está lá, à espera na sua secretária em frente da câmara.

Estão também presentes o congolês Félix Tshisekedi, na sua qualidade de atual Presidente pro tempore da União Africana, Moussa Faki Mahamat, Presidente da Comissão da UA, bem como os Presidentes do Egipto, Abdel Fattah al-Sissi, Comoros, Azali Assoumani e da África do Sul, Cyril Ramaphosa.

O discurso do Presidente do Senegal, anfitrião do evento, delineou as prioridades dessa cúpula, que foi colocada sob o lema de relançamento pós-Covid: os chineses e africanos devem unir-se para conduzir o continente no caminho da soberania farmacêutica e médica, modernizar a agricultura para torná-la um "*fator de emergência económica*", fortalecer a aprendizagem digital o desenvolvimento da capacidade industrial do continente através da abertura do mercado chinês e, sob a dupla bandeira das novas Rotas de Seda da China e da recentemente criada Área de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA), o fortalecimento da construção de novas infraestruturas.

Por sua vez, o Presidente da República Popular da China apresentou quatro propostas e nove programas para o período de 2022-2024. Trata-se de prosseguir a luta solidária contra a Covid-19, aprofundar e aumentar a cooperação, promover o "*desenvolvimento verde*" amigo do ambiente e "*defender a equidade e a justiça*", defendendo o verdadeiro multilateralismo e se opondo à "*interferência, discriminação racial e sanções unilaterais*". Os programas são muito mais concretos, e também aqui Xi Jinping coloca a luta contra a Covid-19 na linha da frente, anunciando 1 bilhão de doses de vacinas em África, das quais 600 milhões serão doadas e 400 milhões "de outras formas". Também anunciou projetos a favor da agricultura e da redução da pobreza, a promoção do comércio através de "*corredores verdes*" para exportar produtos africanos para a China e atingir um volume de 300 bilhões de dólares em três anos, um incentivo às empresas privadas chinesas para investirem no continente. Os projetos concretos de apoio à inovação digital, desenvolvimento verde, renovação de escolas, intercâmbios culturais - um festival de cinema africano na China e festivais de cinema chinês em África e uma maior colaboração na manutenção da paz e da segurança.

Também presente por videoconferência, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, felicitou os parceiros pela existência e dinamismo deste fórum, que descreveu como um "*excelente exemplo*" de cooperação internacional e multilateralismo.

<https://www.jeuneafrique.com/1273459/politique/chine-afrique-au-focac-de-dakar-macky-sall-et-xi-jinping-affichent-leur-unite/>

Vacinação obrigatória e variantes lucrativas: a pandemia como negócio

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

A pandemia recrudescer no mundo e a Europa é a região mais afetada atualmente. A União Europeia, orgulhosa de seu amplo portfólio de 4,6 bilhões de doses de vacinas, mergulha em paradoxos. Ao não conseguir convencer suas populações a se vacinarem, vive uma onda crescentes de casos. Ao não compartilhar suas vacinas com os mais pobres, proporciona o ambiente ideal para o surgimento da nova variante e reage com fechamento de fronteiras. Seria possível dizer que não há nada de novo no front, se não fosse pela vacinação obrigatória, prevista na Áustria⁵⁰ e cogitada na Alemanha, países que vêm batendo recordes pandêmicos, apesar da imunização.

Muita promessa para pouca entrega, diz o The Guardian, complementando que economizar em vacinas para os países em desenvolvimento sempre será uma falsa economia.⁵¹ Há que se considerar, contudo, que a União Europeia prepara sua estratégia de enfrentamento à pandemia, justamente preparando sua indústria para desenvolver vacinas para novas variantes. A presidente da Comissão Europeia, Úrsula Von der Leyen, disse que as fabricantes de vacinas são obrigadas a adaptar seus imunizantes assim que surgem novas variantes⁵². É duro dizer, mas as variantes do Sars-Cov-2, podem ser negócios lucrativos. Moderna, BioNTech e Johnson & Johnson (JNJ.N) estão trabalhando em vacinas que têm como alvo específico a Ômicron, caso seus imunizantes não sejam eficazes contra ela. A Moderna também testou uma dose mais alta de seu reforço existente.⁵³

A real politiquer deixa claro que o interesse não é proteger a população mundial, mas a sua própria. Há vacinas estocadas e pessoas não vacinadas. A “tragédia” já estava anunciada, apesar da repetida retórica de que “ninguém estará salvo enquanto todos não estiverem salvos”. Vários foram os alertas de que a iniquidade nas taxas de vacinação propiciaria o surgimento de novas variantes, mas a política dos países ricos da Europa, tem sido a do isolacionismo, que já se mostrou ineficaz, por que mesmo com fronteiras fechadas, o vírus chegou ao continente. A nova variante Ômicron, já responde por 42 casos na Europa, espalhados por 10 países⁵⁴, dentre os quais estão: Bélgica, Reino Unido, Alemanha, Áustria, Portugal, Itália, Dinamarca, República Tcheca e Holanda.

Em 26 de novembro, pelo menos 14 pessoas chegaram ao aeroporto de Amsterdã em voos de Joanesburgo e da Cidade do Cabo, carregando a nova variante, disse o Instituto Nacional de Saúde Pública (RIVM). Contudo, nesta terça 30 de novembro, autoridades de saúde holandesas, disseram que a variante Ômicron foi detectada na Holanda antes dos voos chegarem da África do Sul na semana passada com a nova variante. "Encontramos a variante do

⁵⁰ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/11/19/austria-confina-populacao-e-vacina-anticovid-sera-obrigatoria-em-fevereiro.ghtml>

⁵¹ https://www.theguardian.com/business/2021/nov/28/the-omicron-variant-reveals-the-true-global-danger-of-vaccine-apartheid?utm_term=Autofeed&CMP=tw_t_gu&utm_medium&utm_source=Twitter#Echobox=1638097905

⁵² <https://br.noticias.yahoo.com/l%3%adde-da-ue-pede-suspens%3%a3o-163952782.html>

⁵³ <https://br.financas.yahoo.com/news/alertas-da-moderna-sobre-variante-101534283.html>

⁵⁴ <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/hong-kong-expands-travel-curbs-omicron-fears-australia-reports-5-cases-2021-11-30/>

coronavírus Ômicron em duas amostras de teste que foram coletadas em 19 e 23 de novembro", disse o RIVM. "Não está claro ainda se essas pessoas visitaram a África Austral".⁵⁵

A Europa já enfrentava um aumento de casos muito antes do surgimento da Ômicron, que levou os países a restabelecerem restrições sanitárias, recebidas com manifestações violentas registradas por todo o continente. A Alemanha vive recorde de casos, que se apresentam como um grande desafio para o futuro chanceler Olaf Scholz. Angela Merkel, descreveu a situação como altamente dramática. Ela advertiu que, com a atual evolução, os recordes diários de casos e a baixa vacinação, a situação da covid-19 "será pior do que tudo o que vimos até agora". O ministro da Saúde alemão, Jens Spahn, declarou ao final do inverno europeu "quase todo mundo na Alemanha provavelmente estará vacinado, recuperado ou morto". "A imunidade [da população] será alcançada (...) A questão é se é por vacinação ou infecção, e recomendamos empaticamente o caminho por meio da vacinação", advertiu. A possibilidade de tornar obrigatória a vacinação vem sendo debatida por políticos alemães. Contudo, o porta-voz do governo de Angela Merkel declarou que "entende" o início do debate, mas que "uma decisão não foi tomada e não será tomada por este governo".⁵⁶

Por servir de alerta ao Brasil, o Museu da Vida da Fiocruz repercutiu o drama europeu em seu perfil do Instagram, no âmbito da "COVID-19 DivulGAÇÃO Científica", uma iniciativa que visa fornecer informações confiáveis sobre o novo coronavírus e a doença que causa.

Figura 1: Europa, epicentro da pandemia no mundo



Fonte: Museu da Vida, Instagram:

https://www.instagram.com/p/CW1QgLpP5XU/?utm_medium=share_sheet. Acesso em: 29/11/2021

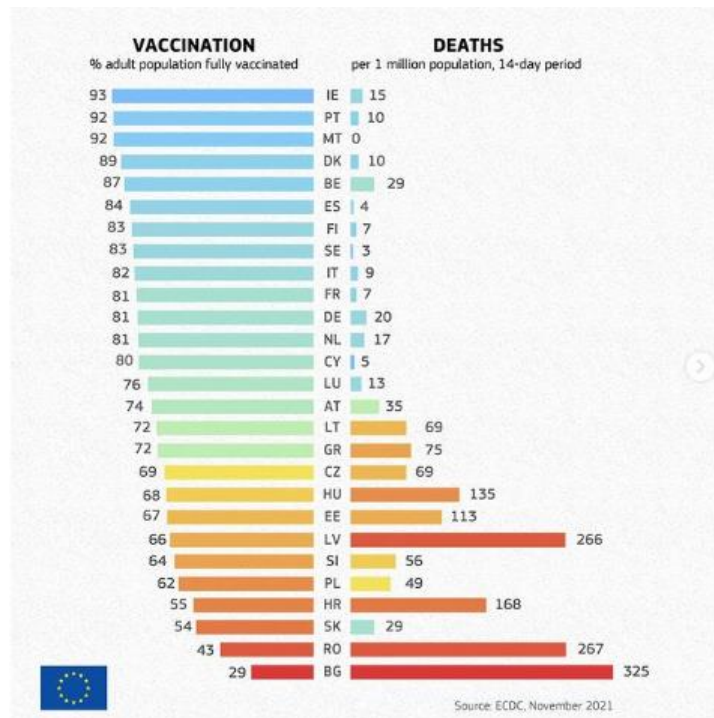
A Comissão Europeia divulgou tabela comparando os índices de vacinação contra a Covid-19 com as taxas de mortes por 1 milhão de pessoas nos últimos 14 (Figura 2). A Irlanda, que lidera as taxas de vacinação com 93% da população completamente imunizada, registrou 15 mortes por 1 milhão de habitantes nos últimos 14 dias. Portugal, com 92% da população imunizada, teve 10 mortes por milhão de população. Malta - também com 92% dos habitantes

⁵⁵ <https://www.reuters.com/business/healthcare-pharmaceuticals/omicron-variant-was-detected-netherlands-before-s-africa-flights-2021-11-30/>

⁵⁶ <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2021/11/22/alemanha-angela-merkel-coronavirus-pandemia.htm>

vacinados, não registrou morte nos últimos 14 dias. Em contrapartida, a Bulgária, que tem apenas 29% da população imunizada, registrou 325 mortes por milhão de habitantes no período; e a Romênia, com 43% da população vacinada, registrou 267 mortes por 1 milhão de habitantes.

Figura 2: Relação entre vacinação e mortes na Europa

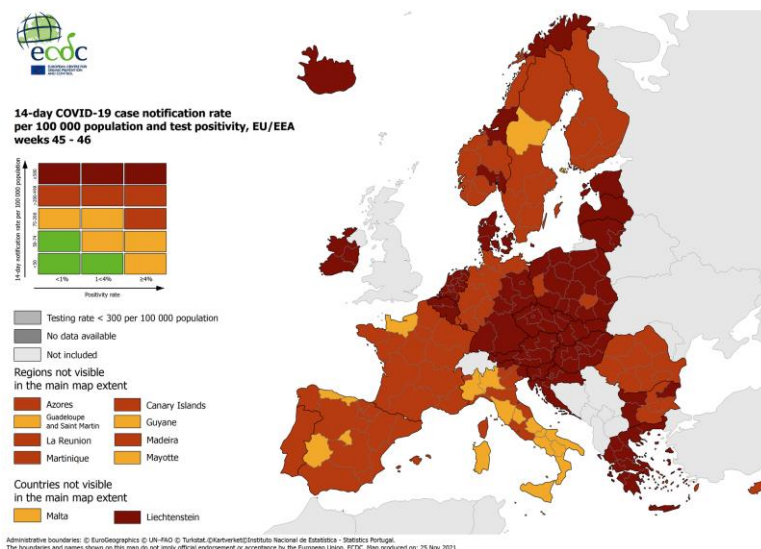


Fonte: Comissão Europeia, Instagram:

https://www.instagram.com/p/CWnmHmToL8P/?utm_medium=share_sheet

O desafio é que a nova onda não está restrita apenas aos não vacinados. A ausência do verde no último mapa publicado pelo Centro Europeu de Controle de Doenças (ECDC) mostra que mesmo em países com boas taxas de vacinação, ainda são significativas as taxas de notificação de novos casos e a taxa de positividade do teste (Figura 3).

Figura 3: Indicador combinado: taxa de notificação de 14 dias, taxa de teste e positividade



Fonte: ECDC: <https://www.ecdc.europa.eu/en/covid-19/situation-updates/weekly-maps-coordinated-restriction-free-movement>

A tardia reação à nova onda se deu com recrudescimento das medidas de restrição, mas sem coordenação entre os países da UE. Cada qual definindo suas políticas. Em termos de ação coordenada, foram observadas as manifestações do ECDC, a inserção da dose de reforço no Certificado europeu de vacinação e a recomendação da vacina Pfizer para crianças, pela Agência Europeia de Medicamentos (EMA).

O ECDC se manifestou em 24 de novembro⁵⁷ acerca do alto risco vivenciado pela Europa, a menos que medidas de saúde pública sejam aplicadas com urgência, com três recomendações principais: eliminar a lacuna da imunização, administrar doses de reforço nos adultos - priorizando pessoas acima de 40 anos de idade -, e reforçar as intervenções não farmacêuticas. Em 26 de novembro, publicou uma avaliação de ameaça da nova variante Ômicron, quando classificou como de preocupação, devido a preocupações com o escape imunológico e transmissibilidade potencialmente aumentada em comparação à Delta, predominante no continente.⁵⁸

A dose de reforço em até 9 meses após a segunda dose, passará a ser condição para validação do Certificado de vacinação europeu, conforme proposta apresentada pela Comissão. Previsto para entrar em vigor em 10 de janeiro, após aprovação pelo Conselho Europeu, o novo regulamento considera evidências científicas de que a proteção oferecida pelas vacinas contra infecção se reduz após seis meses da segunda dose e prevê 3 meses adicionais para que os países adaptem suas campanhas de vacinação⁵⁹.

A agência de medicamentos da União Europeia (EMA) recomendou nesta quinta-feira (25) a utilização da vacina anti-Covid do consórcio Biontech/Pfizer em crianças entre cinco e 11 anos de idade. A dosagem para o público infantil, no entanto, será de apenas 10 microgramas por injeção, enquanto pessoas com 12 anos ou mais tomam 30 microgramas por dose. A recomendação da EMA é de duas injeções nos braços, com intervalo de três semanas. O parecer será enviado para a Comissão Europeia, poder Executivo da UE e a quem cabe a palavra final.⁶⁰

⁵⁷ <https://www.ecdc.europa.eu/en/publications-data/rapid-risk-assessment-sars-cov-2-situation-november-2021>

⁵⁸ <https://www.ecdc.europa.eu/en/publications-data/threat-assessment-brief-emergence-sars-cov-2-variant-b.1.1.529>

⁵⁹ <https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/ue-vai-exigir-3%c2%aa-dose-de-vacina-anti-covid-em-certificado-digital/ar-AAR7Uq6?ocid=mailsignout&li=AAggXC1>

⁶⁰ <https://www.msn.com/pt-br/noticias/mundo/ag%c3%aancia-da-ue-recomenda-vacina-da-pfizer-para-crian%c3%a7as/ar-AAR7RfN?ocid=mailsignout&li=AAggXC1>

Nova cepa, outras ondas, futuro climático, xenofobia, refugiados, direitos fundamentais sob ataque e bipolaridade em um mundo fragmentado - Ásia Pacífico e Oriente Médio

Lúcia Marques

Os países da AP e OM precisam lidar com as novas ondas de Covid-19 – e agora a nova cepa Ômicron – (fechamento de fronteiras, novo lockdown, apartheid? escape da vacina?); com seus problemas internos (econômicos, tecnológicos, movimentos anti-vax, protestos, eventos climáticos); com as questões regionais (perseguições étnicas, conflitos armados e milhares de refugiados) e globais, como o efeito borboleta da bipolaridade sino-americana (falta de consenso em fóruns plurilaterais, premência em não escolher um lado, medo de uma guerra armada). E tudo ao mesmo tempo. Haja bom senso! Mas também ciência, diplomacia e inteligência geopolítica.

Esperança: a Saúde pode liderar as transformações para as mudanças climáticas

No mesmo sábado que Índia impactou negativamente a decisão final da COP26 – trocando “eliminação” por “redução gradual” do carbono -, Nova Delhi registrou índice de poluição do ar dez vezes acima do [limite diário recomendado](#) pela Organização Mundial da Saúde (OMS)⁶¹.

Em 2020, o [relatório da ONG suíça IQAir](#) mostrou que 22 das 50 cidades mais poluídas do mundo estão na Índia. Nova Délhi recebeu o título de capital mais poluída do planeta. Cerca de 99% da população mundial vive em locais onde os níveis de qualidade do ar excedem os limites da OMS. As cidades do sul e do leste da Ásia emergem como as mais poluídas do mundo. Bangladesh, China, Índia e Paquistão abrigam as 49 cidades mais poluídas do mundo. No Oriente Médio, Omã e Qatar lideram o ranking.

Durante a pandemia COVID-19, com o bloqueio imposto para conter o vírus, pôde-se observar reduções significativas na poluição do ar em várias cidades globais em comparação com anos anteriores - as contribuições contínuas para a poluição do ar em todo o mundo resultam da queima de combustíveis fósseis e da industrialização. O retorno às atividades mostra o retorno das concentrações de poluição. Infelizmente, 2020 também testemunhou vários eventos extremos de poluição do ar na forma de incêndios florestais e tempestades de poeira ligados ao aumento das temperaturas globais como parte das mudanças climáticas, bem como práticas agrícolas. Os [poluentes](#) de grandes preocupações para a saúde pública incluem material particulado, monóxido de carbono, ozônio, dióxido de nitrogênio e dióxido de enxofre. Segundo a OMS em todo o mundo, quase 80% das mortes causadas pela poluição do ar poderiam ser evitadas se os níveis atuais de poluição fossem reduzidos.

A saúde pode liderar a transformação para as mudanças climáticas. Desde poluição do ar; surgimento de novas doenças zoonóticas (e pandemias) por conta da degradação do meio ambiente e perda da diversidade; eventos extremos e desertificação interferindo na produção de alimentos e água; até doenças mentais por estresse, pelos eventos climáticos, escassez de alimento e água e consequentes conflitos. [O relatório](#) (resumo nas páginas viii-ix) da OMS sobre Saúde e Mudança Climática mostra que apenas 25% dos países foram capazes de colocar em

⁶¹ Nova Délhi está classificada entre as cidades mais poluídas do planeta, tanto por suas emissões de gases tóxicos procedentes da indústria, quanto pelas emissões de seu tráfego de veículos, além das queimadas agrícolas que saturam o ar a cada inverno.

práticas e estratégias para proteger a saúde da população dos efeitos da mudança climática; 77% das nações têm planos nacionais neste sentido, mas não dispõem de verbas; em outras o impacto da Covid-19 contribuiu para que algumas estratégias não fossem implementadas. A pesquisa aponta ainda que minorias étnicas, comunidades mais pobres, migrantes e deslocados internos, idosos e muitas mulheres e crianças são os grupos que mais precisam de proteção.

Para a diretora de Meio Ambiente, Mudança Climática e Saúde da OMS, Maria Neira⁶², a pesquisa mostra que muitos países estão despreparados e sem apoio para lidar com os impactos da mudança climática na saúde. Por outro lado, a pesquisa indica que em 43% dos países (39 de 90), o ministério da saúde contribuiu para o desenvolvimento do NDC do país. Ilhas Marshall levou medalha de ouro neste quesito.

A pesquisa e o resultado final da COP26 refletem a dura realidade: 1) os maiores poluidores estão preocupados com o problema imediato de gerar energia e 2) o financiamento para tecnologias verdes e para a transição energética está muito aquém do necessário. Especialistas dizem que o enfraquecimento da ambição reflete falta de opções de nações em desenvolvimento, como Índia e Indonésia, por exemplo.

EUA e China - Divergem em tudo, mas concordam em colaborar em mudanças climáticas

Com tanta tensão no ar, o anúncio de uma [declaração conjunta](#) entre EUA e CHINA, os dois maiores emissores de Gás Efeito Estufa (GEE), foi uma surpresa muito bem recebida pela comunidade global; alguns analistas ainda olham com desconfiança se essa colaboração realmente vai avançar ou se as tensões vão azedar as intenções. Os ambientalistas dizem que não é o suficiente para alcançarmos 1,5º de aquecimento até 2100 – num cenário otimista, com todos cumprindo as promessas em seus NDCs, chegaremos a 1,8º. Portanto, o futuro da Ásia Marítima, do Ártico, do Oriente Médio e do Sahel ainda está em risco (ver mais sobre no [Cadernos CRIS – Fiocruz – Informe 18 - outubro/novembro 2021](#), pag. 60). Mas foi um bom avanço.

Para reduzir as emissões de CO₂, os dois países se comprometem a trabalhar em conjunto e com outras partes. Individualmente, os Estados Unidos estabeleceram uma meta de alcançar eletricidade 100% livre de poluição por carbono até 2035. A China reduzirá gradualmente o consumo de carvão e fará os melhores esforços para acelerar este trabalho. Shiran Victoria Shen, especialista em política ambiental da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, [destacou](#) com otimismo que a China tende a prometer menos, mas fazer mais do que o acordado em seus compromissos internacionais.

A colaboração inclui compromissos de cooperar na redução das emissões de gás metano; proteger florestas; melhorar as trocas de tecnologia e informação; e aumentando o uso de energias renováveis. cooperar na formação de marcos regulatórios para reduzir as emissões nos próximos anos. Duas linhas da declaração se destacam: os dois países se comprometeram a apoiar a eliminação do desmatamento ilegal global, por meio da aplicação efetiva de suas respectivas leis de proibição de importações ilegais

A declaração conjunta também anunciou a criação de um grupo de trabalho encarregado de melhorar a ação climática na década de 2020-2030. O grupo se reunirá regularmente para discutir "ações concretas", como intercâmbios técnicos, reuniões de

⁶² Maria Neira participou dos Seminários Avançados CRIS sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde sobre Clima, biodiversidade e saúde: As COPs de Glasgow e Kunming – O mundo não pode mais esperar. Assista pelo link <https://www.youtube.com/watch?v=IL73Dtc6hj8>

especialistas governamentais e não governamentais, e escrutínio de como as disposições da declaração conjunta serão instituídas.

Futuro do trabalho

Ainda existe trabalho forçado em todo o mundo. A verdadeira situação dos trabalhadores migrantes foi uma das fragilidades que a Covid-19 trouxe à tona, tanto na Ásia Pacífico quanto no Oriente Médio. A pandemia mostrou que esses migrantes estão sujeitos aos caprichos de seus empregadores e vivem em condições difíceis. Para a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a recuperação pós-covid inclusiva, sustentável e resiliente deve envolver investimentos em proteção social, trabalho decente e transição justa. Os migrantes devem ser considerados como parte crítica dos sistemas alimentares.

A [109ª Conferência Internacional do Trabalho](#) está em andamento de forma virtual (encerra dia 11 de dezembro). O tema central é a [Chamada global à ação para uma recuperação centrada no homem](#) e discutirá as questões das desigualdades e do mundo do trabalho, bem como habilidades e aprendizado. Entre os [documentos adotados](#) para a conferência, destaco três: 1) [Resolução relativa a um chamado global à ação para uma recuperação centrada no ser humano da crise COVID-19 que é inclusiva, sustentável e resiliente](#); 2) [Resolução para o retorno à democracia e o respeito pelos direitos fundamentais em Myanmar](#); 3) [Resolução relativa à segunda discussão recorrente sobre proteção social \(previdência social\)](#)

Na Ásia Pacífico, dois países se destacam em proteção social e boas condições de trabalho: Singapura e Nova Zelândia. Já Bangladesh, Paquistão, Índia e Indonésia se destacam negativamente – excesso de horas trabalhadas semanalmente, baixo salário e quase ausência de proteção social. Coincidentemente são destes países o grande número de trabalhadores que migram para países vizinhos ou para o OM na esperança de melhores condições de trabalho. No Oriente Médio e Ásia Central, o destaque positivo vai para Arábia Saudita, Bahrein e Kazaquistão. O destaque negativo vai para o Qatar e Emirados Árabes, onde os trabalhadores migrantes são escravos modernos.

No Qatar – denúncia da Anistia Internacional às vésperas da Copa 2022

Durante os últimos anos, o Qatar vem sendo criticado pelas condições precárias dos trabalhadores migrantes que atuam nas obras dos novos estádios da Copa de 2022. São 1,2 milhão de trabalhadores imigrantes para uma população de 1,9 milhão de pessoas. A maioria vem da Ásia: Índia, Bangladesh, Nepal, Paquistão, Filipinas, Indonésia e Sri Lanka e estariam sofrendo abusos de direitos humanos. A Anistia Internacional vem acompanhando e acaba de divulgar um [relatório](#) sobre o progresso que, na verdade se mostrou um retrocesso. Apesar de novas leis (desde 2017) terem sido aprovadas no Qatar, oferecendo aos trabalhadores migrantes melhores proteções legais, a promessa e a realidade são muito diferentes, como apontou o relatório: velhas práticas abusivas ressurgiram, como a *kafala*⁶³.

⁶³ A *kafala* é um sistema utilizado para monitorar os trabalhadores migrantes que trabalham, principalmente, nos sectores da construção e doméstico nos estados membros do Conselho de Cooperação do Golfo e em alguns países vizinhos: Bahrain, Kuwait, Líbano, Qatar, Omã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. O empregador é responsável pelo seu visto e estatuto legal. Esta prática tem sido criticada por organizações de direitos humanos, uma vez que muitos empregadores confiscam os passaportes e abusam dos seus trabalhadores, com poucas hipóteses de repercussões legais. Há inclusive casos de pessoas que trabalharam sem receber salário.

A OIT também publicou [relatório](#) sobre mortes e lesões relacionadas ao trabalho no Qatar. O relatório identifica lacunas na coleta de dados sobre mortes e lesões relacionadas ao trabalho e exige melhorias e mostrou que 50 trabalhadores perderam a vida em 2020 e pouco mais de 500 ficaram gravemente feridos, com 37.600 sofrendo ferimentos leves a moderados. A maioria foi sofrida por trabalhadores migrantes de Bangladesh, Índia e Nepal, principalmente na indústria da construção. Quedas de altura e acidentes foram as principais causas de ferimentos graves, seguidas de queda de objetos em canteiros de obras. Sob o olhar da Segurança do Trabalho, esses acidentes também indicam desconcentração, desatenção e até mesmo, falta de alimentação. E quando terminarem as obras da Copa, o que será deles?

Arábia Saudita ratificou o Protocolo da OIT sobre Trabalho Forçado

O país saudita tem empreendido esforços para proteger os trabalhadores migrantes vítimas de trabalho forçado, incluindo a implementação de medidas regulatórias corretivas, como recuperação de passaportes, transferência de prestadores de serviços, cancelamento de relatórios maliciosos de fuga e término de relações contratuais, entre outros. A Arábia Saudita ratificou o [Protocolo da OIT sobre o Trabalho Forçado](#), tornando-se o 52º país em todo o mundo e o primeiro entre os membros do Conselho de Cooperação do Golfo a ratificar este instrumento. E com isso, o país se compromete a tomar medidas eficazes para prevenir o trabalho forçado, sancionar seus agressores, proteger suas vítimas e garantir seu acesso à justiça e aos recursos.

Envelhecimento da população e o futuro do trabalho – um problema para a Ásia Pacífico

A população da Ásia Pacífico está envelhecendo em aumento constante. O ritmo do envelhecimento deve acelerar significativamente entre 2020 e 2030 em países como Laos, Malásia e Vietnã. Japão, Coreia do Sul e China já vivem essa realidade preocupante: a força de trabalho está envelhecendo e, com o envelhecimento, cresce a pressão sobre os sistemas nacionais de pensões⁶⁴. Para não falar dos sistemas de saúde, que precisam lidar com o aumento das doenças crônicas típicas da idade.

As consequências de uma sociedade em rápido envelhecimento diferem entre países de alta renda, com capacidade suficiente para pensão universal e/ou saúde, e países de renda média, com menos recursos. A faixa de pessoas acima da idade de aposentadoria estatutária que recebem uma pensão de velhice entre as dez nações da ASEAN +6⁶⁵ vai de mais de 90% no Japão e Nova Zelândia para menos de 20% no Camboja, Indonésia e Malásia. Apesar de alguns avanços, os sistemas de pensões na região ainda não são capazes de atender uma população idosa em ascensão. E as políticas públicas para esse enfrentamento ainda devem levar em conta a necessidade de recuperação econômica da região e as mudanças no mercado de trabalho, consequentes das novas tecnologias digitais. Japão, por exemplo, tenta atrair trabalhadores migrantes para suprir a carência de mão de obra. China estimula as famílias a terem mais de um filho para mudar a pirâmide etária.

O [relatório](#) da OIT fornece uma visão geral de como os países da região Ásia-Pacífico estão reagindo a essas mudanças. Três aspectos foram analisados: mudanças tecnológicas, mudanças demográficas e mudanças climáticas. As deficiências são notadas em países que

⁶⁴ [Insights do mercado de trabalho Ásia-Pacífico: Envelhecendo: Confrontando a Ásia e a força de trabalho envelhecido do Pacífico \(ilo.org\)](#)

⁶⁵ ASEAN (Brunei, Camboja, Laos, Mianmar, Filipinas, Tailândia, Malásia, Vietnã, Indonésia, Cingapura) + 6 (Austrália, Nova Zelândia, China, Coreia do Sul, Índia e Japão).

lutam para fortalecer as instituições necessárias para entregar segurança econômica, igualdade de oportunidades e justiça social no próximo ano. Em muitos países como Vietnã, Índia, Camboja, Laos e Myanmar a força de trabalho está centrada na agricultura e serviços e correm o risco de ficar para trás num futuro I4.0 – 4RI tecnologia digital. No entanto, a análise também encontrou boas práticas. O relatório destaca exemplos de ações políticas inovadoras nos países que se esforçam para promover um trabalho decente para pessoas de todas as idades, ao mesmo tempo em que aproveitam as oportunidades de progresso tecnológico e promovem a sustentabilidade ambiental. Os países aderiram à visão de I4.0 e estão tentando construir o ecossistema para encorajar sua adaptação à produção rica em tecnologia e de maior valor agregado (especialmente para manufatura, mas também para agricultura e serviços). O setor verde é esperança para geração de mais empregos.

Direitos fundamentais sob ataque

Toda pessoa tem direito a um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável⁶⁶. Incansável, o Secretário Geral da ONU, António Guterres, segue tentando sensibilizar governos e líderes: “A exclusão e as desigualdades de todos os tipos - econômicas, sociais e culturais - têm um custo devastador para a segurança. Sem inclusão, o quebra-cabeça da paz permanece incompleto”⁶⁷ e com muitas lacunas. Em todas as sociedades, a diversidade de cultura, religião e etnia deve ser vista como um benefício poderoso, ao invés de uma ameaça. A maioria das reuniões do Conselho de Segurança da ONU são demandadas por situações de conflitos e, quase sempre, por questões de identidade, sejam étnicas, raciais, religiosas ou socioeconômicas. E nesse cenário, mulheres e crianças são as mais atingidas.

A despeito da pandemia COVID-19 e das emergências climáticas, os conflitos seguem acontecendo – se ampliaram, na verdade. E segundo a análise Climate Action Tracker (CAT) feita pela agência da ONU dos planos de ambição climática (NCDs) apresentados pelos países mais vulneráveis, que vivem uma realidade de conflitos, ficou claro que os países não conseguem investir em descarbonização e desenvolvimento verde, quando o cenário é de colapso das infraestruturas e dos sistemas básicos: saúde, alimentar, energético, entre outros. ([Marques, 2021a, p. 95](#) e [2021b, p. 60](#))

Segundo o Conselho de Segurança das Nações Unidas, hoje, enfrentamos o maior número de conflitos violentos desde 1945. São mais duradouros e mais complexos – dificultando os arranjos de paz. E como alertou Guterres, uma perigosa sensação de impunidade está se instalando - vista nas recentes tomadas de poder pela força, incluindo golpes militares:

1 - Ações de Israel nos Territórios Palestinos: anexação ilegal de terras da Cisjordânia e apartheid da Covid-19 (Marques, [2021b, p. 60](#)) [Marques, 2021c: 81](#); WHO, [2021a, 2021c](#)).

2 – Golpe militar em Myanmar – limpeza étnica e violação de direitos humanos (ONU [\(2021a\)](#); Marques, [2020b: 119](#)). Só em Bangladesh estão quase um milhão de apátridas Rohingya.

3 – No Yemen, os combates entre a coalizão saudita (Arábia Saudita) e os Houthis (apoiados pelo Irã), em áreas densamente povoadas, até o final de 2021, segundo recente relatório do PNUD, terão ceifado [377.000 vidas](#). Cerca de 60% das mortes terão sido causadas

⁶⁶ [a/hrc/48/l.23/rev.1 - E - a/hrc/48/l.23/rev.1-Desktop \(undocs.org\)](#) às vésperas da COP26, o Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovou que é um direito de todos ser humano o acesso a um ambiente saudável, limpo e seguro.

⁶⁷ [Observações ao Conselho de Segurança sobre a Manutenção da Paz Internacional e segurança | Secretário-Geral das Nações Unidas](#)

por impactos indiretos, como falta de água potável segura, fome e doenças. A ACNUR [reporta](#) a dificuldade de acesso à ajuda humanitária.

4 - [Síria: Conflito, COVID e custos crescentes](#), empurrando as pessoas para além de seus limites. O diretor executivo do Programa Mundial de Alimentos (PMA), David Beasley, concluiu uma visita de três dias à Síria, [alertando](#) que mais pessoas lá estão nas garras da fome do que em qualquer momento durante o conflito de décadas de seu país.

Os direitos humanos e o estado de direito estão sob ataque. Enquanto isso, EUA tem dois pesos e duas medidas para o tema quando se trata de aliados ou rivais. Acusa a China de intolerância e violência contra os Uigures, minoria étnica mulçumana no sudoeste chinês, mas não faz absolutamente nada contra a violência e o apartheid de Israel contra os Palestinos.

A controversa solução de Bangladesh para os Rohingya, o povo que ninguém quer

Em 2017, os Rohingya, minoria islâmica, sofreram perseguição militar - milhares foram mortos, mulheres e crianças violadas e casas e aldeias queimadas. Foram considerados não cidadãos de Myanmar e perderam todos os direitos civis (Marques, [2020b](#): 119). A campanha de foi descrita pela ONU como limpeza étnica.

Os Rohingya fugiram para Malásia, Indonésia, Arábia Saudita e Paquistão. Mas é em Bangladesh que está o maior campo de refugiados Rohingya, com 1 milhão de pessoas, e continua a aumentar. A Covid-19 acrescentou novos desafios a uma situação que já era complexa. Apesar das dificuldades, com ajuda das agências da ONU e da OMS, Bangladesh tem fornecido serviços básicos, inclusive para vacinar essa população contra Covid-19. O Banco Mundial preparou um documento-quadro ([World Bank, 2021a](#)) para política de refugiados – são mais de 80 milhões no mundo – com propostas para criar dispositivos para que os deslocados comprem ou aluguem terras e possam cuidar da sua subsistência. Proposta rejeitada por Bangladesh, que ainda espera que eles sejam repatriados.

Enquanto espera o repatriamento, o governo bengalês encontrou uma solução que já gerou dilemas entre organizações humanitárias e na própria ONU: realocar refugiados Rohingya para Bhasan Char, uma ilha remota e desabitada na Baía de Bengala, a 59 quilômetros do continente. Independente da anuência da ONU, o governo seguiu com o plano e já gastou [mais de US\\$ 300 milhões](#) para preparar a ilha para acolher 100.000 refugiados. O governo argumentou que os campos no Bazar de Cox estavam superlotados e mais difíceis de gerenciar devido aos desafios socioeconômicos e de segurança. Especialistas dizem que Bhasan Char é vulnerável a ciclones e inundações e que os refugiados estão sendo coagidos a se mudar.

Sem alternativa e para tentar monitorar e cobrar ações do governo bengalês, a ACNUR assinou um memorando de entendimento com o governo para iniciar suas operações de ajuda na ilha, onde milhares de refugiados Rohingya já foram realocados recentemente. Tanto ONU quanto o governo de Bangladesh mantiveram o memorando fora da opinião pública. As organizações de direitos humanos pedem que o documento seja tornado público para que os refugiados possam fazer escolhas informadas.

O jornal Devex⁶⁸ obteve uma cópia do memorando de um trabalhador humanitário. Embora garanta acesso "sem obstáculos" a Bhashan Char para a ONU e outras agências

⁶⁸ Devex é uma organização de notícias independente com mais de 100 funcionários em tempo integral. Nossos escritórios são em Barcelona, Londres, Manila, e Washington, D.C. [O que significa o MoU da ONU com o governo de Bangladesh para os refugiados rohingya |s? Devex](#)

humanitárias, afirma que o movimento de refugiados de e para a ilha será baseado apenas em suas necessidades. O governo e a ONU ainda não finalizaram os detalhes desse movimento. Os refugiados estarão livres para atravessar a ilha para realizar suas atividades diárias e serviços de acesso. De acordo com o MoU, o governo de Bangladesh comprometeu-se em fornecer educação formal em birmanês, seguindo o currículo de Myanmar, para uma possível volta ao país de origem.

Bipolaridade China E EUA

Mar Meridional da China e Taiwan – um pequeno acidente pode levar a um conflito com desdobramentos para além da Ásia Pacífico

O aumento galopante de tensões entre os EUA e a China, envolvendo o Mar Meridional da China e, principalmente, Taiwan, provocou um movimento diplomático, tanto dos dois países quanto dos aliados e parceiros. A Ásia Pacífico não pode retornar às tensões e divisão da era da Guerra Fria ou mesmo cair numa guerra “quente”⁶⁹.

O aumento da presença militar americana e de seus aliados: Reino Unido, Austrália, Alemanha, França, Japão no Mar Meridional da China⁷⁰ – navios de guerra, porta-aviões, submarinos nucleares – disparou o alerta dos líderes do sudeste asiático para o risco de um confronto acidental, em função de frequentes exercícios militares. A Ex-Presidente das Filipinas, Gloria Arroyo⁷¹, se juntou a diplomatas chineses para alertar sobre as graves ameaças à estabilidade e, conseqüentemente, para o equilíbrio no mercado de ações, moedas e commodities – a região é uma importante rota marítima para comércio, principalmente para a China (exportação das mercadorias e importação de itens, como aço, soja, etc). Por tanto, a China precisa proteger as rotas através do Mar Meridional e ela fará isso diplomaticamente, ou através das infraestruturas da *Belt and Road* ou com sua Marinha. Estados Unidos se impõe usando seu poderio militar ou aplicando sanções.

E, entre o mar e o rochedo, os países vizinhos tentam se equilibrar. Arroyo acrescentou que as disputas no mar regional eram administradas anteriormente pela expansão dos laços econômicos e diplomáticos entre as nações envolvidas, e com equilíbrio de poder. “Agora, a abordagem de equilíbrio de poder está mudando com a presença crescente de forças americanas e aliadas no Mar Meridional, que se tornará ainda mais formidável com os Aukus, aos quais a China pode sentir a necessidade de responder”, ela disse, referindo-se ao acordo

<https://www.arabnews.com/%20node%20/%201975206%20/%20world>

⁶⁹ Um estudo realizado pelo Australian [Strategic Policy Institute \(ASPI\)](#), think tank de relações internacionais do país, prediz possíveis conflitos diretos ou indiretos entre EUA e China nos próximos dez anos e reflete as ameaças que pesam sobre o planeta, principalmente na Ásia. [Estudo aponta que EUA e China têm 46% de chances de travar uma guerra armada nos próximos dez anos - A Semana na Imprensa \(rfi.fr\)](#)

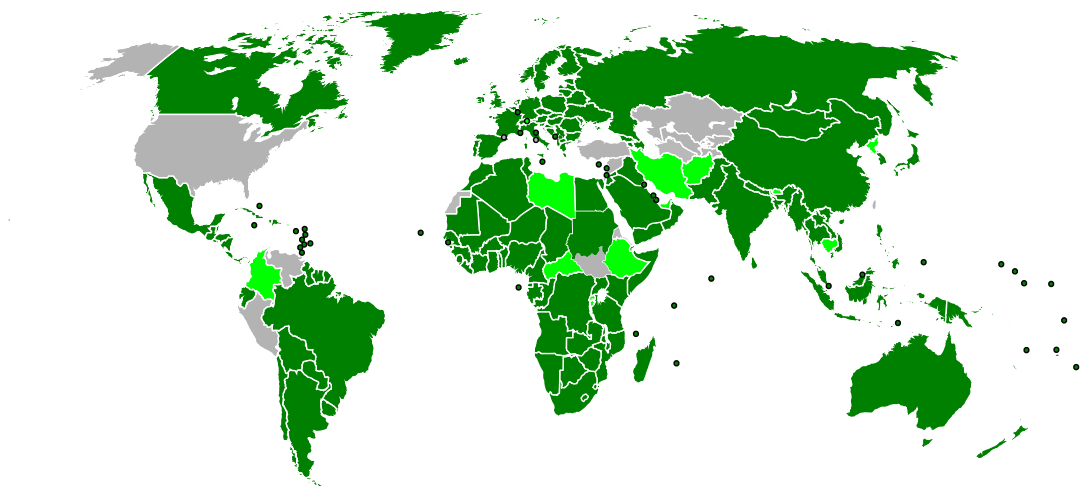
⁷⁰ É rico em recursos naturais e minerais e estratégico como rota de navegação para o comércio e para a indústria pesqueira, imprescindíveis para a China - e também para Filipinas, Vietnã, Malásia, Brunei, Indonésia, Singapura, Camboja, Taiwan e Japão. Todos reivindicam áreas que se sobrepõem; os reclamantes se movem para ocupar ou neutralizar uns aos outros há mais de 70 anos. ([Marques, 2020](#), p. 79; p.97.

⁷¹ https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3155365/more-warships-are-raising-risk-misfire-south-china-sea?utm_medium=email&utm_source=cm&utm_campaign=enlz-china&utm_content=20211109&tpcc=enlz-china&UUID=76717b2c-da31-4295-91ab-a46f871a89e1&next_article_id=3155333&article_id_list=3155399,3155365,3155333,3155289,3155339,3155400,3155327,3155321&tc=9&CMCampaignID=40464d181dd7fbd1beffe28a3bb1701

entre os EUA e a Grã-Bretanha para ajudar a Austrália a adquirir uma frota de submarinos nucleares.

A ASEAN, que tem parceria tanto com EUA quanto com China (e alguns dos membros disputam com a China partes do mar regional) já recomendou calma. Nenhum país quer precisar escolher um lado; não é bom para a economia, nem para a segurança da região.

Os EUA não são requerentes na região, mas defendem que sua presença é necessária para garantir apoio e segurança aos aliados. O país alega que a China não respeita a legislação internacional, no entanto os EUA não é signatário da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), de 1982. A Convenção declara que os recursos minerais da área internacional dos oceanos são patrimônio comum da humanidade e regula os Direitos do Mar: atividades relativas ao aproveitamento desses recursos naturais, recursos vivos, os de solo e subsolo; define mar territorial, zona contígua, zona econômica exclusiva, plataforma continental. A China apela aos EUA para que considerem a adesão à convenção e tomem ações concretas para participar da defesa do estado de direito marítimo internacional, recado de Wu Jianghao, ministro assistente das Relações Exteriores da China.



Cúpula APEC - o embate China X EUA atrapalha o consenso

O *efeito borboleta* da bipolaridade China e EUA em um mundo fragmentado já se faz sentir na falta de consenso nos fóruns plurilaterais. Além disso, a credibilidade na América ficou abalada depois da maneira caótica da retirada do Afeganistão - os aliados estão olhando com desconfiança e são mais cautelosos em assumir posições. [Marques, 2021, p. 49](#)

A abordagem de consenso da APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), com 21 países e os maiores PIBs, vem se deteriorando nos dois últimos anos. Os esforços da Nova Zelândia, que ocupa atual presidência do bloco econômico, para promover uma abordagem pan-APEC foram prejudicados por disputas intra-fórum, especialmente entre os EUA e a China, mas também Taiwan e a China, que solicitaram a adesão à Parceria Transpacífica Compreensiva e Progressiva⁷². A adesão à CPTPP tornou-se a última de uma série de tensões entre a China e Taiwan. No entanto, é a rivalidade bilateral EUA-China que mais poderia impedir a APEC de conseguir um consenso. Uma manifestação dessa tensão são as visões divergentes dos dois lados sobre a oferta dos EUA para sediar a APEC em 2023. A China está fria com a proposta

⁷² A adesão à CPTPP é uma importante estratégia para a China, pois o governo Donald Trump assinou em 2017 a saída dos EUA do bloco, criado pelo governo OBAMA em 2015.

americana e ainda não concordou com ela, criando uma situação incomum para o bloco, que geralmente decide os locais com bastante antecedência.

José Luís Fiori⁷³, em seu artigo “[Nos bastidores de Glasgow, um mundo tensionado e sem liderança](#)”, aponta o interesse do Reino Unido de organizar e sediar a COP26, com o objetivo “explícito de afirmar a liderança britânica, ou mesmo anglo-saxônica, desse grande processo de transformação ecológica, e com o objetivo não declarado de transferir para Glasgow a marca simbólica mundial dos *Acordos de Paris*”. E o mesmo interesse de protagonismo move os EUA para sediar a próxima cúpula de líderes da APEC 2023.

O desejo americano de sediar o evento de 2023 reflete a estratégia mais ampla da Casa Branca de desviar atenção e recursos para a região à medida que ela se afasta de outras preocupações geográficas de segurança, como o Afeganistão. Biden quer moldar a ordem regional para demonstrar o compromisso de seu país com uma Ásia-Pacífico livre e aberta. Mas esbarra na falta de credibilidade na América, e nas iniciativas *Belt and Road* e Parceria Econômica Abrangente Regional (RCEP), ambas chinesas.

Prioridades da APEC - ações para Covid-19 e futuro verde⁷⁴

Enquanto as atenções estavam voltadas para Glasgow e para os resultados da COP26, do outro lado do mundo, líderes do bloco econômico APEC participaram da cúpula virtual com o desafio de traduzir em atos a ambiciosa retórica sobre o clima, além de encaminhar a recuperação pós-COVID-19. Organizada pela Nova Zelândia, o evento contou com discursos do presidente americano, Joe Biden, e de seu colega chinês Xi Jinping., além de primeiros-ministros Scott Morrison (Austrália) e Justin Trudeau (Canadá).

Na abertura, a Primeira-Ministra neozelandesa, Jacinta Ardern, lembrou que a COVID-19 foi o maior choque econômico e político desde a Segunda Guerra Mundial para os quase 3 bilhões de habitantes da APEC, que geram cerca de 60% do PIB global. A cúpula visa promover uma recuperação inclusiva, sustentável e resiliente e, após extensas reuniões preliminares foi acordado um programa de reformas econômicas de cinco anos que dará início ao crescimento e criará empregos. Grande parte do crescimento da Ásia-Pacífico foi estimulado pela capacidade das pessoas de cruzarem as fronteiras para negócios, turismo, trabalho e educação. Com as restrições de circulação impostas para conter a pandemia COVID-19, as perdas de atividades econômicas foram substanciais. “Como ninguém está seguro até que todos estejam seguros, estamos determinados a garantir ampla imunização de nosso povo contra COVID-19 como um bem público global. Continua sendo uma prioridade expandir a fabricação e o fornecimento de vacinas” ([Declaração de Líderes de 2021](#)). Entre as prioridades: garantir que o Acordo TRIPS apoie os esforços para pesquisar, desenvolver, investir na fabricação e distribuição de mais vacinas COVID-19 e buscar uma resposta multilateral pragmática, eficaz e voltada para o futuro.

Olhando para as mudanças climáticas, o bloco confirma urgência em focar na recuperação verde e inclusiva ([Plano de ação para recuperação resiliente](#)). O [Roteiro de Segurança Alimentar Rumo a 2030](#), guiará o trabalho da APEC em direção ao objetivo de alimentos suficientes, seguros, nutritivos, acessíveis e baratos para todos. “Apoiamos os esforços para reduzir o desperdício e a perda de alimentos. Também continuaremos a tomar

⁷³ José Luís Fiori também participou dos Seminários Avançados CRIS sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde sobre Clima, biodiversidade e saúde: As COPs de Glasgow e Kunming – O mundo não pode mais esperar. <https://www.youtube.com/watch?v=IL73Dtc6hj8>

⁷⁴ <https://www.arabnews.com/node/1966356>

medidas concretas para implementar o Roteiro da APEC de Combate à Pesca Ilegal”, [destacou Ardern](#)

Mas até o momento, a única medida anunciada nesse sentido foi o congelamento de novos subsídios para os combustíveis fósseis, uma ideia que os líderes da APEC cogitam há uma década, mas não implementaram. A China destacou a necessidade de avançar para um desenvolvimento verde, sustentável e com baixas emissões de carbono. O presidente sul-coreano, Moon Jae-in, disse que a transição para energias limpas é uma grande transformação da civilização. "Se o mundo não está preparado para tomar ações decisivas a respeito da mudança climática, o mundo deve estar preparado para os resultados desastrosos das mudanças climáticas", falou Ardern

CENÁRIO PANDÊMICO E VACINAÇÃO

Nova cepa, novo apartheid e a velha humanidade – ou falta dela

Não foram poucos os alertas da OMS e da ONU para a possibilidade do surgimento de novas variantes de preocupação como consequência do aumento da disseminação do vírus, da falta de solidariedade e da desigualdade na distribuição de vacinas. Tedros (OMS) e Guterres (ONU) estavam sempre repetindo: “o mundo só estará seguro, quando todos estiverem seguros”. Muitas doses de vacinas perdidas em países ricos que compraram em excesso; muitos movimentos anti vacina com influência de celebridades. Governos anunciam controles de fronteira mais rigorosos – novo apartheid? -, enquanto cientistas tentam determinar se a mutação é resistente a vacinas. Leite derramado. E a sensação de que o ser humano levou 10 em desenvolver vacinas eficientes em tão curto tempo e levou zero em humanidade e solidariedade em distribuí-las.

A variante Ômicron chega enquanto os países ainda tentam conter as novas ondas da variante Delta e combater os anti-vax. Ministros da Saúde dos países do G7 se reuniram em caráter de urgência para discutir como frear a disseminação da Ômicron

No mesmo dia, OMS realiza Sessão Especial da Assembleia Mundial da Saúde para buscar um acordo ou outro acordo internacional sobre preparação e resposta da pandemia com vistas à criação de um processo internacional para elaborar e negociar tal convenção. Na abertura, Tedros Adhanom Ghebreyesus, Diretor-Geral da OMS destacou pontos cruciais que valem à pena reproduzir aqui:

- O COVID-19 expôs e exacerbou fraquezas fundamentais na arquitetura global para preparação e resposta pandêmicas;
- A segurança global da saúde é muito importante para ser deixada ao acaso, ou boa vontade, ou mudança de correntes geopolíticas, ou os interesses investidos de empresas e acionistas;
- A melhor maneira de enfrentá-los é com um acordo legalmente vinculativo entre as nações; um acordo forjado a partir do reconhecimento de que não temos futuro, mas um futuro comum;
- Então, certamente – certamente – chegou a hora de os países concordarem com uma abordagem comum e vinculativa a uma ameaça comum que não podemos controlar totalmente nem prevenir – uma ameaça que vem da nossa relação com a própria natureza;
- O surgimento da variante Ômicron altamente mutada sublinha o quão perigosa e precária é nossa situação. África do Sul e Botsuana devem ser agradecidas por detectar, sequenciar e relatar esta variante, não penalizada;
- De fato, Ômicron demonstra exatamente porque o mundo precisa de um novo acordo sobre pandemias: nosso sistema atual desincentiva os países de alertar outros para ameaças que inevitavelmente desembarcarão em suas costas;
- Em menos de um ano, quase 8 bilhões de vacinas foram aplicadas em todo o

mundo – a maior campanha de vacinação da história. Mas há um ano, quando começamos a ver alguns países fazendo acordos bilaterais com os fabricantes, alertamos que os mais pobres e vulneráveis seriam pisoteados na debandada global de vacinas; • Mais de 80% das vacinas mundiais foram para países do G20; Países de baixa renda, a maioria deles na África, receberam apenas 0,6% de todas as vacinas. Mas a equidade vacinal não é caridade; é no melhor interesse de cada país; • Apelamos a todos os Estados-Membros que apoiem as metas de vacinar 40% da população de todos os países até o final deste ano, e 70% até meados do próximo ano. 103 países ainda não atingiram a meta de 40%, e mais da metade deles correm o risco de perder até o final do ano, simplesmente porque não podem acessar as vacinas de que precisam; • A posição da OMS continua sendo que os profissionais de saúde, idosos e outros grupos de risco devem ser vacinados primeiro em todos os países antes daqueles com baixo risco de doença grave, e antes que os reforços sejam dados a adultos saudáveis já vacinados

Pode faltar seringas em 2022

O alerta vem da OMS que prevê escassez de agulhas para campanhas regulares de imunização no próximo ano; e a reutilização de seringas não é recomendada, mesmo depois de esterilizadas. O mundo tem a capacidade de fabricar cerca de 6 bilhões de seringas por ano, mas até 2022 poderá enfrentar um déficit de mais de 1 bilhão de unidades, não só para a vacina contra Covid-19 como para as campanhas regulares de vacinação. Esta é uma situação provável se a produção continuar no nível atual.

Israel começa a vacinar crianças de 5 a 11 anos contra a Covid-19

País tenta evitar um novo aumento de casos de coronavírus ampliando o grupo de vacinados. A imunização não será obrigatória, mas pelo menos a metade dos pais já demonstrou interesse em vacinar os filhos. O imunizante utilizado é o da Pfizer BioNTech, mas com dose menor do que a recebida por jovens e adultos a partir dos 12 anos. Israel passa por um período mais positivo na contenção da doença desde o final de setembro, quando começaram as aplicações da terceira dose da vacina para todos os grupos etários, não apenas para idosos.

Crise humanitária na Coreia do Norte.

A Coreia do Norte fechou suas fronteiras em janeiro de 2020 e seguem fechadas. Embora propague ter zero casos de Covid-19, o país agora enfrenta uma grande crise humanitária. Fechado para o mundo e sofrendo pesadas sanções econômicas por conta do seu pesado programa nuclear, o país enfrenta situação econômica e de segurança alimentar que pode precipitar mudanças.

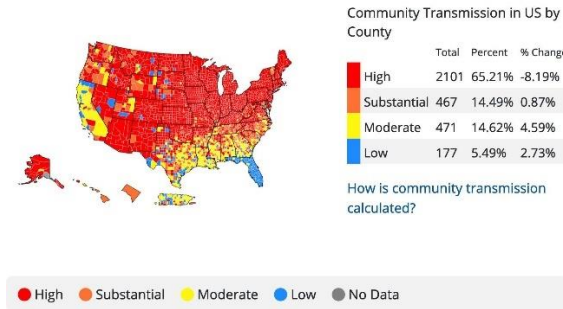
EUA na Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Luiz Augusto Galvão

Existe uma expectativa sobre qual será o impacto dos feriados de Thanksgiving com a volta de viagens internas e um possível aumento de casos, internações e mortes da COVID-19.

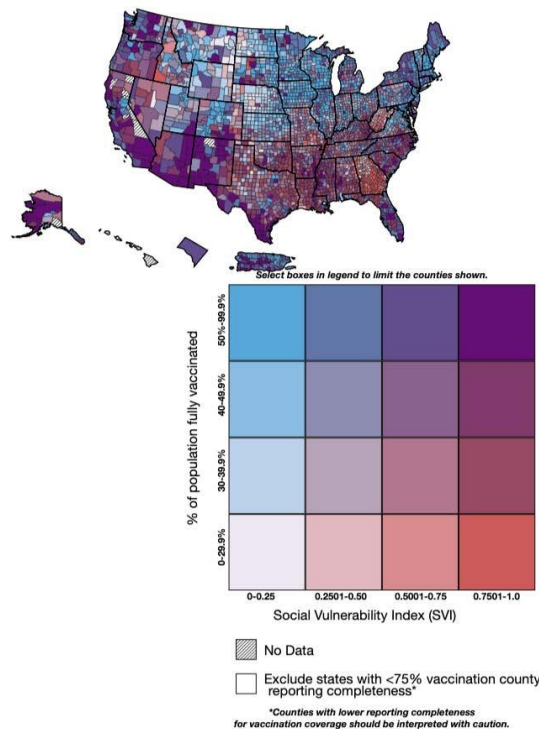
O nível de transmissão comunitária continua alto na maioria dos estados, apesar de uma tendência a diminuir onde existe aumento das taxas de vacinação.

Level of Community Transmission of All Counties in US



Continuam a existir grandes diferenças em relação a Covid segundo a vulnerabilidade social, como demonstra o mapa abaixo.

Percent of Population Fully Vaccinated by Social Vulnerability Index (SVI)



<https://covid.cdc.gov/covid-data-tracker/#vaccination-equity>

A China na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

André Lobato

Diplomacia

O Conselho de Estado divulgou um White Paper sobre as relações entre África e China. O documento afirma que o continente possui o maior número de países em desenvolvimento e que a China é o maior país em desenvolvimento, criando oportunidades para cooperação entre africanos e chineses. Chamado “China e África na Nova Era: Uma Parceria de Iguais”, o documento destaca os princípios de “sinceridade, resultados reais, amizade e boa fé”. Segundo o texto “quando a cooperação entre China e África é bem-sucedida, a cooperação sul-sul floresce”. O documento foi lançado dias antes do início do Fórum China-África de Cooperação. A China ofereceu mais um bilhão de doses para o continente. A mídia chinesa tem dado destaque a iniciativa. Uma das reuniões bilaterais do chanceler Wang Yi foi com Ministra dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Verónica Macamo.

A 18ª Reunião dos Ministros das Relações Exteriores de Rússia-Índia-China (RIC), no dia 26 de novembro, tratou da iniciativa em andamento na Casa Branca de se criar um encontro de “democracias”. Os ministros reafirmaram a centralidade das Nações Unidas e a necessidade de multilateralismo como fundamentais para se lidar com problemas globais. Entre eles, a Pandemia. Para os ministros, tanto OMS quanto OMC devem ser fortalecidas no sentido de democratizar ainda mais as relações entre países. Sanções unilaterais sem o aval do Conselho de Segurança foram criticadas. Rússia, EUA e China também fizeram uma teleconferência, mas com a presença dos vice-ministros.

A Plataforma Internacional para Finanças Sustentáveis (International Platform on Sustainable Finance) lançou um documento codirigido por China e União Europeia para esclarecer o que é parecido e o que é diferente na forma como europeus e chineses categorizam as indústrias e as políticas para um desenvolvimento de baixo carbono. O documento, chamado “Common Ground Taxonomy”, ficará aberto para consultas públicas até janeiro. O documento não possui valor legal e busca apenas ser um texto de consulta. Paralelamente, o embaixador da China para a União Europeia questionou medidas que considerou protecionistas da União Europeia.

Sanitária

O Centro de Controle de Doenças da China publicou estudo sobre como seria a transmissão do coronavírus na China caso o país adotasse as mesmas medidas que nos EUA. Segundo os autores, seriam 630.000 casos diários, com 10 mil pessoas sofrendo de sintomas graves. O estudo se baseou em dados epidemiológicos de países que adotaram estratégias de convivência com o vírus: EUA, Reino Unido, Israel, Espanha e França. Segundo os autores, as estimativas são conservadoras, de forma que o fim da política de tolerância zero com o vírus poderia causar um número muito maior de infectados.

A Agência de Seguros de Saúde da China ampliou novamente a lista de medicamentos reembolsáveis do sistema nacional de seguros de saúde. A lista de reembolsos agora conta com 2.800 medicamentos. No ano 2000, contava com 1535 itens. Trata-se de uma lista de itens básicos, e a agência recomenda que o seguro nacional seja complementado com planos adicionais.

O país planeja que, até 2025, mais da metade das crianças tenham em seus primeiros seis anos de vida alimentação apenas do leite materno. Medidas como proteção trabalhistas, para que lactantes não possam fazer turnos noturnos, por exemplo, e de comunicação, proibindo o anúncio de produtos que afirmem substituir o leite humano, estão sendo tomadas.

Socioeconômica

Esse ano foi especialmente marcado por uma grande devassa contra a chamada “cultura de celebridade”. Na semana passada a Agência do Ciberespaço chinês anunciou novas regras que visam coibir o que autoridades já compararam a um “novo ópio digital”. Os clubes de fãs devem ser administrados por agentes registrados e a quantidade de vezes que uma celebridade ou produtos associados ao seu trabalho podem aparecer na internet será limitado. Atitudes ilegais cometidas por celebridades terão suas publicações restritas.

China e globalização continuam, apesar dos esforços da Casa Branca, a ser um binômio cada vez mais coeso. O país ultrapassou os EUA em Investimentos Diretos Estrangeiros em 2020 e a expectativa é que o valor bata novo recorde em 2021. De acordo com pesquisa do HSBC, seis em cada 10 empresas consultadas planejam expandir suas cadeias de produção na China. 97% delas afirmaram que planejam a continuar a investir no país, enquanto 1/5 delas planeja investir ao menos 25% de seus lucros operacionais no país

Referências

http://www.news.cn/english/2021-11/26/c_1310333813.htm

<https://www.reuters.com/world/africa/chinas-xi-pledges-10-bln-credit-line-african-financial-institutions-2021-11-29/>

http://portuguese.news.cn/2021-11/29/c_1310340933.htm

<https://www.globaltimes.cn/page/202111/1240062.shtml?id=12>

https://www.mid.ru/en/foreign_policy/news/-/asset_publisher/cKNonkJE02Bw/content/id/4969746

https://www.mfa.gov.cn/mfa_eng/wjbxw/202111/t20211120_10450891.html

https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/business_economy_euro/banking_and_finance/documents/211104-ipsf-common-ground-taxonomy-instruction-report_en.pdf

<https://www.ft.com/content/9c9dbc9e-1d33-4e41-9c79-b0df51cd678e>

<https://www.globaltimes.cn/page/202111/1240060.shtml>

<http://weekly.chinacdc.cn/en/article/doi/10.46234/ccdcw2021.245>

http://en.nhc.gov.cn/2021-11/15/c_85184.htm

<https://www.sixthtone.com/news/1009060/cautious-optimism-over-chinas-plan-to-promote-breastfeeding>

<https://www.ft.com/content/103b678f-b367-49e3-b7ed-dc3a3abbd013#myft:my-news:page>

<https://www.ft.com/content/a0683e4f-dde6-4164-b4a3-5f5062c73825>

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Em **2021**, fechamos o ano com **20** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS também vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 já foram realizados **27** seminários, que podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

Próximos seminários – Série 2022

Seminário 01/2022 – 09/02/2022 - *Diplomacia da saúde global: Perspectivas 2022*

Os seminários serão transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ: Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 20/2021

Período de 16 a 30 de novembro

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 2021.

74 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.